



2^o Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

RELATÓRIO

CONSULTOR: CÉSAR HAAG – SOCIOLOGICA CONSULTORIA E PESQUISA

BELÉM-PA, dezembro de 2016



Organização



Participação e Apoio

Fiscários



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

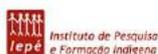
Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do Pará e Amapá

SIGLAS E ACRÔNIMOS

ACDAR	Associação das Comunidades da Área do Repartimento de Óbidos
ACORQAT	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas II
ACORQUE	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos da Pancada, Araçá, Espírito Santo, Jauari, Boa Vista do Cuminá, Varre Vento, Jarauacá e Acapu
ACRQA	Associação da Comunidade Remanescente de Quilombos Ariramba
ACRQAF	Associação de Quilombo da Comunidade Água Fria
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AFP	Associação Floresta Protegida
AIKATUK	Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana
AITA	Associação Intercomunitária do Tapajós
AMACEFF	Associação dos Moradores da FLOTA de Faro
UMFs	Unidades de Manejo Florestal
AMIM	Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão
AMOCREQ	Associação dos Moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cachoeira Porteira
AMOEXPA	Associação dos Moradores, Agricultores, Extrativistas e Ambientalistas da Localidade de Cachoeira do Panamá e Região do Rio Paru
AMPECP	Associação dos Moradores Produtores e Extrativistas da Comunidade de Padaria
AP	Amapá
APA	Área de Preservação Ambiental
APIM	Associação dos Povos Indígenas Mapuera
APINA	Conselho das Aldeias Wajãpi
APITIKATXI	Associação dos Povos Indígenas Tiriyo, Kaxuyana e Txikuyana
APIWA	Associação dos Povos Indígenas Wayana Apalai
APIWATA	Associação dos Povos Indígenas Wajãpi do Triângulo do Amapari
APROMOVA	Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais, Extrativistas, Hortifrutigranjeiros da Comunidade Morada Nova do Jari
APRSA	Associação de Produtores Rurais Serra Azul



Organização



Parceiros

Participação e Apoio



2^o Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

ARQMO	Associação dos Remanescentes de Quilombos de Oriximiná
ASA	Agente Socioambiental Wajãpi
ASMIPPS	Associação dos Micros e Mini Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Repartimento dos Pilões e Vila Nova
ASMIPRUT	Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais da Margem Direita do Tapajós de Piquiatuba a Revolta
AWATAC	Associação Wajãpi Terra Ambiente e Cultura
BA	Bahia
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCDRU	Contrato de Concessão do Direito Real de Uso
CCPIO	Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CI-BRASIL	Conservação Internacional-Brasil
CIGEX	Centro de Imagens e Informações Geográficas do Exército
COMEF	Comissão Estadual de Floresta
COMPERI	Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru
COOMFLONA	Cooperativa Mista da FLONA do Tapajós
COOPERFLORA	Cooperativa dos Produtores da Floresta Agroextrativistas do Vale do Jari
CPI	Comissão Pró-Índio de São Paulo
CPPTA	Curso de Pedagogia de Projeto em Temas Ambientais
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CR	Coordenação Regional
CTI	Centro de Trabalho Indígena
DHM	Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil
DOU	Diário Oficial da União
DSG	Diretoria de Serviço Geográfico do Exército
EETEPA	Escolas de Ensino Técnico do Pará
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENCEA	Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental
ESEC	Estação Ecológica
FAB	Força Área Brasileira
FCP	Fundação Cultural Palmares
FLONA	Floresta Nacional



Organização



Participação e Apoio

Parceiros



2^o Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do Pará e Amapá

FLOTA	Floresta Estadual
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
FSC	Conselho de Manejo Florestal
FUMDAM	Fundo Municipal de Desenvolvimento Ambiental
FUNAI CR	Fundação Nacional do Índio Coordenação Regional
FUNDEFLO	Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal do Pará
GT	Grupo de Trabalho
GTA	Grupo de Trabalho da Amazônia
GTI	Grupo de Trabalho Indígena
GTQ	Grupo de Trabalho Quilombola
ha	Hectare
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEFLOR-Bio	Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade
Iepé	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
IFAP	Instituto Federal do Amapá
Imaflora	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
ITTO	Organização Internacional de Madeiras Tropicais
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPE	Ministério Público Estadual
MPEG	Museu Emilio Goeldi
NSC	Natureza, Sociedade e Conservação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
PA	Pará
PAE	Projeto de Assentamento Extrativista
PARNA	Parque Nacional
PGE	Procuradoria Geral do Estado do Pará



Organização



Participação e Apoio





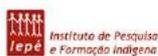
2^o Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do Pará e Amapá

PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNGATQ	Plano Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Quilombola
PNMT	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
PNUD	<i>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento</i>
PPCDAM	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	<i>Reserva Extrativista</i>
REVIS	Refúgio de Vida Silvestre
RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá
SAPEG	Seminário de Áreas Protegidas do Escudo das Guianas
SBF/MMA	Secretaria de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente
SEDR/MMA	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente
SEMA-AP	Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Amapá
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMMATUR	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo
SEPLAN	Secretaria Estadual do Planejamento
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SETUR	Secretaria de Estado do Turismo
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TI	Terra Indígena
TQs	Territórios Quilombolas
UCs	Unidades de Conservação
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UNIDA	Unidade Integrada de Defesa Ambiental
UPA	Unidade de Produção Anual



Organização



Participação e Apoio





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

UT
WWF Brasil

Unidade de Trabalho
Fundo Mundial para a Natureza



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do Pará e Amapá

FIGURAS

Figura 1: Programação do primeiro dia do seminário.....	16
Figura 2: Programação do início da manhã do segundo dia do seminário.....	16
Figura 3: Programação do segundo dia do seminário.....	19
Figura 4: Programação do final do segundo dia e do terceiro dia do seminário.....	19
Figura 5: Exemplo de mosaico com pedaços de azulejos. Fonte: Marcos Pinheiro, Rede Mosaicos	37
Figura 6: Mosaicos, Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Brasil (Fonte: Marcos Pinheiro, Rede Mosaicos)	39
Figura 7: Portaria que instituiu o Grupo de Trabalho Quilombola.....	47
Figura 8: Mosaico da Amazônia Oriental (Fonte: Imazon)	54
Figura 9: Método 4P (Fonte: Marcos Pinheiro, Rede Mosaicos).....	55
Figura 10: Ferramentas de comunicação e educação (Fonte: Marcos Pinheiro, Rede Mosaicos) ...	56
Figura 11: Exemplos de produtos de comunicação e educação (Fonte: Marcos Pinheiro, Rede Mosaicos)	57
Figura 12: Exemplos de datas importantes para se comunicar com os públicos-alvo (Fonte: Marcos Pinheiro, Rede Mosaicos).....	58
Figura 13: Exemplo de matriz de planejamento (Fonte: Marcos Pinheiro, Rede Mosaicos)	58
Figura 14: Plano de Comunicação da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha (Fonte: Jair Borges, SEMA-AP)	66
Figura 15: Mapa do Ordenamento Territorial da RESEX Tapajós-Arapiuns (Fonte: Maurício Santamaria)	78
Figura 16: Ordenamento Territorial da FLONA Tapajós (Fonte: José Risonei Assis da Silva, Chefe da FLONA Tapajós)	80
Figura 17: Situação do território da Comunidade Remanescente Quilombola de Cachoeira Porteira (Fonte: Joanísio Mesquita, IDEFLOR-Bio)	84
Figura 18: Vazio cartográfico do Estado do Amapá (Fonte: Patrick Farias, SEMA-AP).....	87
Figura 19: Avanço do desmatamento sobre a APA do Rio Curiaú (Fonte: Patrick Farias, SEMA-AP)	89
Figura 20: Exemplo do uso da tecnologia digital para vender produtos oriundos da floresta (Fonte: Origens Brasil)	94
Figura 21: Comunidades localizadas na FLONA Saracá-Taquera. Fonte: Elzo Picanço, SEMMA Oriximiná.....	104



Organização



Participação e Apoio





2^o Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do Pará e Amapá

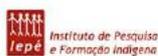
Figura 22: Distribuição dos recursos arrecadados pela concessão em Florestas Nacionais (Fonte: Elzo Picanço, SEMMA Oriximiná)	105
Figura 23: Concessões Florestais em Florestas Públicas Estaduais do Pará (Fonte: Cintia Soares, IDEFLOR-Bio)	109

FOTOS

Foto 1: Credenciamento dos participantes (Foto: Rafael Araújo)	13
Foto 2: Participantes do II SAPEG (Foto: Rafael Araújo)	14
Foto 3: Lideranças indígenas fazendo a abertura do II SAPEG (Foto: Rafael Araújo)	15
Foto 4: Leitura da programação do seminário (Foto: Rafael Araújo)	17
Foto 5: Lideranças quilombolas (Foto: Rafael Araújo)	21
Foto 6: Juventino e Ângela Kaxuyana, lideranças indígenas (Foto: Rafael Araújo)	22
Foto 7: Marcos Pinheiro, Rede Mosaicos (Foto: Rafael Araújo)	38
Foto 8: Francisco Paes - FUNAI Bahia, Liderança Wajãpi e o Cacique Aretiná (Foto: Rafael Araújo)	41
Foto 9: Liderança indígena Wajãpi do Amapá (Foto: Rafael Araújo)	43
Foto 10: Marcos Velho, FUNAI Macapá (Foto: Rafael Araújo)	44
Foto 11: Renata Apoloni (Foto: Rafael Araújo)	45
Foto 12: Subsídios produzidos em oficinas em territórios quilombolas (Fonte: Renata Apoloni, MMA)	47
Foto 13: Entrega de exemplares da Minuta a lideranças quilombolas (Foto: Rafael Araújo)	48
Foto 14: Jovens Protagonistas do Amapá (Fonte: Cassandra Oliveira, PNMT/ICMBio AP)	61
Foto 15: Oficina de construção do Plano de Comunicação das Unidades de Conservação do Amapá (Fonte: Jair Borges, SEMA-AP)	64
Foto 16: Oficina de comunicação – grupo Moradores Tradicionais não indígenas das Unidades de Conservação (Foto: Rafael Araújo)	67
Foto 17: Oficina de Comunicação – grupo Poder Público Local	69
Foto 18: Oficina de Comunicação – grupo Jovens	71
Foto 19: Oficina de Comunicação – grupo Povos Indígenas do Oiapoque (Foto: Rafael Araújo)	73
Foto 20: Oficina de Comunicação – grupo Wajãpi: Apina, Awatac e Apiwata (Foto: Rafael Araújo)	74
Foto 21: Maurício Santa Maria, chefe da RESEX Tapajós-Arapiuns (Foto: Rafael Araújo)	77



Organização



Participação e Apoio





2^o Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do Pará e Amapá

Foto 22: Vila de Cachoeira Porteira (Fonte: Joanísio Mesquita. IDEFLOR-Bio)	82
Foto 23: Joanísio Mesquita, IDEFLOR-Bio (Foto: Rafael Araújo)	83
Foto 24: Patrick Farias, SEMA-AP (Foto: Rafael Araújo)	86
Foto 25: Situação da cobertura vegetal na área urbana do Município de Juruti em 2007e 2014 (Fonte: Ellen Acioli, CI)	91
Foto 26: Consulta pública que criou o Refúgio de Vida Silvestre Lago Mole (Fonte: Ellen Acioli, CI)	93
Foto 27: Patrícia Cota Gomes, Origens Brasil (Foto: Rafael Araújo).....	96
Foto 28: Jeremias Dantas, COOMFLONA (Foto: Rafael Araújo)	98
Foto 29: Inventário florestal, etapa: medição de árvores (Fonte: Jeremias Dantas, COOMFLONA)	99
Foto 30: Manejo florestal comunitário. Etapa: Colheita de árvores (Fonte: Jeremias Dantas, COOMFLONA).....	100
Foto 31: Cooperados da COOMFLONA (Fonte: Jeremias Dantas, Vice-presidente).....	102
Foto 32: Elzo Picanço, SEMMA Oriximiná (Foto: Rafael Araújo)	106
Foto 33: Bruno Caporrino e Denise Farjado do Iepé (Foto: Rafael Araújo).....	117
Foto 34: Paulo Russo, ICMBio Brasília (Foto: Rafael Araújo).....	118
Foto 35: Paula Gomes, Vereadora do Município de Óbidos	120
Foto 36: Joelma, representante quilombolas do Estado do Amapá (Foto: Rafael Araújo)	121
Foto 37: César Haag, moderador do II SAPEG (Foto: Rafael Araújo).....	122
Foto 38: Encerramento do II SAPEG (Foto: Rafael Araújo).....	122



Organização



Patrocinadores





2^o Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

SUMÁRIO

SIGLAS E ACRÔNIMOS	2
FIGURAS	7
FOTOS.....	8
1. INTRODUÇÃO	12
2. ABERTURA	15
3. DEBATE SOBRE A IMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO DO MOSAICO CALHA NORTE PARA A GESTÃO DO BLOCO DE ÁREAS PROTEGIAS DO ESCUDO DAS GUIANAS E PARA OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIÃO	20
4. MESA DE DEBATE: PLANEJAMENTO, OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA A GESTÃO TERRITORIAL DO BLOCO DE ÁREAS PROTEGIAS DO ESCUDO DAS GUIANAS	36
4.1. O que são mosaicos? Experiências de Planejamento e Gestão de Mosaicos de Áreas Protegidas na Amazônia	36
4.2. A lógica da participação dos povos indígenas e seus territórios na governança do Bloco de Áreas Protegidas do Escudo das Guianas – Calha Norte do Pará e Amapá.....	40
4.3. Estado da arte dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas da Calha Norte do Pará e Amapá	43
4.4. Novas perspectivas para a gestão ambiental e territorial dos territórios quilombolas: construindo instrumentos de apoio no âmbito das políticas públicas.....	45
5. DEBATES REGIONAIS – APROFUNDAR QUESTÕES REGIONAIS LIGADAS ÀS ÁREAS PROTEGIDAS DA CALHA NORTE DO PARÁ E DO ESTADO DO AMAPÁ	50
5.1. Participação dos povos e comunidades tradicionais na criação do Mosaico de Áreas Protegidas da Calha Norte do Pará	50
5.2. Os planos e projetos para a comunicação das áreas protegidas do Amapá	53
5.2.1. Plano de Comunicação do Mosaico da Amazônia Oriental	53
5.2.2. Projeto de Educomunicação do Mosaico da Amazônia Oriental	59
5.2.3. Plano de Comunicação das Unidades de Conservação Estaduais do Amapá	62
5.2.4. Oficina de Integração das iniciativas de comunicação das Áreas Protegidas do Estado do Amapá	66
6. PAINEL DE EXPERIÊNCIAS DO SAPEG.....	76
6.1. Experiências de Ordenamento Territorial	76
6.1.1. Experiência de Ordenamento Territorial da RESEX Tapajós-Arapiuns	76



Organização



Participação e Apoio





2^o Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do Pará e Amapá

6.1.2. Experiência de Ordenamento Territorial da Floresta Nacional do Tapajós.....	79
6.1.3. Os desafios para o ordenamento territorial no Trombetas	81
6.1.4. Projeto Radiografia da Amazônia e as Áreas Protegidas do Amapá	85
6.1.5. A experiência de planejamento territorial de Juruti e o impacto sobre a gestão das Áreas Protegidas	90
6.2. Experiências de Cadeias Produtivas	93
6.2.1. Origens Brasil: Sistema de garantia de origem para produtos oriundos de Territórios de Diversidade Socioambiental.....	93
6.2.2. Experiência do Manejo Florestal Comunitário da FLONA Tapajós.....	97
6.2.3. A experiência de Oriximiná com o repasse de recursos financeiros oriundos da Concessão Florestal da FLONA Saracá-Taquera	103
6.2.4. Como os municípios da Calha Norte podem acessar o FUNDEFLORE?	107
7. REUNIÃO DOS CONSELHOS GESTORES DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	113
8. CARTA ABERTA DO II SAPEG.....	114
9. ENCERRAMENTO	117
ANEXOS	123
ANEXO I – Lista das instituições, organizações e áreas protegidas que participaram do II SAPEG	123
ANEXO II – Lista de participantes do II SAPEG.....	127
ANEXO III – ATA da Reunião dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação, realizada no dia nove de novembro do ano de dois e dezesseis durante o II SAPEG.....	145



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

1. INTRODUÇÃO

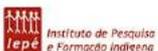
O Seminário de Áreas Protegidas do Escudo das Guianas - SAPEG foi concebido para ser um espaço de articulações e divulgação dos trabalhos desenvolvidos em prol das Áreas Protegidas localizadas no Escudo das Guianas. Além disso, visa subsidiar órgãos gestores municipais, estaduais e federais, organizações não governamentais, financiadores, povos e comunidades tradicionais a respeito de políticas públicas e experiências exitosas implementadas na região. O primeiro seminário foi realizado em 2013, na Ilha de Mosqueiro, em Belém-PA. Por três dias, os participantes fizeram uma reflexão sobre “Comunicação e Governança para a Gestão Territorial”. Antes de partir para o segundo seminário, o Comitê Técnico recomendou que fossem realizadas reuniões setoriais em 2015: Uma no Amapá e outra no Pará, com o propósito de aprofundar debates sobre aspectos regionais e reforçar as articulações entre órgãos gestores das áreas protegidas.

No Pará, o foco do evento foi a proposta de reconhecimento do Mosaico Calha Norte e no Amapá os participantes se debruçaram sobre o Bloco Regional Transfronteiriço de Áreas Protegidas no Escudo das Guianas, envolvendo Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Para dar continuidade a esse processo, nos dias 07, 08 e 09 de novembro de 2016 foi realizado o II SAPEG, na Vila de Alter-do-Chão, situada a 30 km da área urbana do município de Santarém, estado do Pará.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**



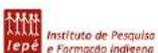
Foto 1: Credenciamento dos participantes (Foto: Rafael Araújo)

Nos três dias do evento discutiu-se o tema “Desenvolvimento e Participação Social a partir da Gestão Territorial do Bloco de Áreas Protegidas da Calha Norte do Pará e Amapá”.

Participaram do seminário 213 pessoas, representando 36 instituições governamentais federal e estaduais do Pará e Amapá, 58 organizações não governamentais e 15 áreas protegidas, conforme lista no Anexo I. A informações sobre os participantes encontra-se no Anexo II.



Organização



Participação e Apoio

Financios



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

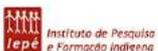
Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**



Foto 2: Participantes do II SAPEG (Foto: Rafael Araújo)



Organização



Parceiros



2^o Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

2. ABERTURA

A abertura do seminário ocorreu no terraço do Hotel Mirante com uma apresentação de representantes de povos indígenas de diferentes etnias, línguas e costumes.



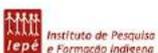
Foto 3: Lideranças indígenas fazendo a abertura do II SAPEG (Foto: Rafael Araújo)

Em seguida, o moderador César Haag conduziu a apresentação dos presentes. Usou como método a caracterização do público através de recortes em que os mesmos pudessem se identificar: indígena, não indígena, quilombola, não quilombola, paraenses, amapaenses, residentes em outros estados do país, representantes governamentais, sociedade civil, comunidades, mulheres, homens, conselheiros de unidades de conservação e não conselheiros.

Logo após, foi lida a programação do evento:



Organização



Participação e Apoio



Patrocinadores





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

• 07/11 •

Período	Horário	Programação	Resumo
MANHÃ	A partir das 11h00	BOAS VINDAS	Almoço receptivo*, acomodação e distribuição de material do evento.
TARDE	16h30	ABERTURA	Instituições e representações de comunidades envolvidas na gestão das Áreas Protegidas debatem a importância da criação do Mosaico da Calha Norte para a gestão do Bloco de Áreas Protegidas do Escudo das Guianas e para os povos e comunidades tradicionais da região.
17h30		COFFEE-BREAK (HOTEL MIRANTE DA ILHA)	
TARDE	18h00	FEIRA DO SAPEG	Momento reservado para lançamento e divulgação de publicações, exposição de artesanatos e produtos agroextrativistas das Áreas Protegidas.
NOITE	20h00	AGENDA CULTURAL	Atração cultural, integração, jantar e confraternização.

*Exclusivo para participantes-visitantes que não residem em Santarém-PA e que cheguem ao hotel até as 13 horas.

Figura 1: Programação do primeiro dia do seminário

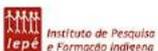
• 08/11 •

Período	Horário	Programação	Resumo
MANHÃ	8h00	MESA DE DEBATE Planejamento, Oportunidades e Desafios para a Gestão Territorial do Bloco de Áreas Protegidas do Escudo das Guianas	O objetivo da Mesa é debater a integração das Áreas Protegidas a partir dos instrumentos de planejamento e gestão das Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas. (Hotel Mirante da Ilha) <i>Palestrantes:</i> Marcos Pinheiro – Rede Mosaicos “O que são Mosaicos? Experiências de Planejamento e Gestão de Mosaicos de Áreas Protegidas na Amazônia” Francisco Paes – Funai/BA “A lógica da participação dos povos indígenas e seus territórios na governança do Bloco de Áreas Protegidas do Escudo das Guianas – Calha Norte do Pará e Amapá” Marcos Velho – Funai/CR Amapá e Norte do Pará “Estado da arte dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas da Calha Norte do Pará e Amapá”

Figura 2: Programação do início da manhã do segundo dia do seminário



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**



Foto 4: Leitura da programação do seminário (Foto: Rafael Araújo)



Organização



Parceiros



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

• 08/11 •

(continuação)

Período	Horário	Programação	Resumo
MANHÃ	8h00	MESA DE DEBATE Planejamento, Oportunidades e Desafios para a Gestão Territorial do Bloco de Áreas Protegidas do Escudo das Guianas	Renata Apoloni – Departamento de Extrativismo - Ministério de Meio Ambiente “Novas perspectivas para a gestão ambiental e territorial dos territórios quilombolas: construindo instrumentos de apoio no âmbito das políticas públicas”
10h40 COFFEE-BREAK (HOTEL MIRANTE DA ILHA)			
MANHÃ	11h00	DEBATES REGIONAIS O objetivo dos Debates Regionais é aprofundar questões regionais ligadas as Áreas Protegidas da Calha Norte do Pará e do estado do Amapá	Debates Regionais da Calha Norte do Pará (Hotel Mirante da Ilha) A consulta e participação dos povos e comunidades tradicionais na criação do Mosaico de Áreas Protegidas da Calha Norte do Pará. Debates Regionais do Amapá (Hotel Borari) Os planos e projetos para a Comunicação das Áreas Protegidas do Amapá. <ul style="list-style-type: none">• Marcos Pinheiro (Rede Mosaicos) – Plano de Comunicação do Mosaico da Amazônia Oriental• Cassandra Oliveira (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) – Projeto de Educação do Mosaico da Amazônia Oriental• Jair Borges (Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá) – Plano de Comunicação das Unidades de Conservação Estaduais do Amapá
12h30 ALMOÇO (HOTEL MIRANTE DA ILHA)			
TARDE	14h00	PAINEL DE EXPERIÊNCIAS DO SAPEG*	Painel Experiências de Ordenamento Territorial (Hotel Borari) Joanisio Mesquita – Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará “Os desafios para o ordenamento territorial no Trombetas” Patrick Farias – Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá “O Projeto Radiografia da Amazônia e as Áreas Protegidas do Amapá” Ellen Acioli – Conservação Internacional “A experiência de planejamento territorial de Juruti e o impacto sobre a gestão das Áreas Protegidas”

* O Coffe-Break será acordado com os participantes durante o evento.



Organização



Participação e Apoio



Patrocinadores





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Figura 3: Programação do segundo dia do seminário.

• 08/11 • (continuação)			
Período	Horário	Programação	Resumo
TARDE	14h00	PAINEL DE EXPERIÊNCIAS DO SAPEG*	<p>Painel Experiências de Cadeias Produtivas (Hotel Mirante da Ilha)</p> <p>Patrícia Cota Gomes – Coordenadora Sênior do Origens Brasil - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola "Origens Brasil: Sistema de garantia de origem para produtos oriundos de Territórios de Diversidade Socioambiental"</p> <p>Jeremias Batista Dantas – Cooperativa Mista da Flona do Tapajós "Experiência do Manejo Florestal Comunitário da FLONA Tapajós"</p> <p>Marcello Borges – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Elzo Picango – Secretária Municipal de Meio Ambiente de Oriximiná "A experiência de Oriximiná com o repasse de recursos financeiros oriundos da Concessão Florestal da FLONA Saracá-Taquera"</p> <p>Wendel Andrade – Diretor de Gestão e Monitoramento de Unidades de Conservação e Cintia Soares – Diretora de Gestão de Florestas Públicas de Produção - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará Como os municípios da Calha Norte podem acessar o FUNDEFLO?</p>
NOITE	20h00	AGENDA CULTURAL	Atração cultural, jantar e integração.

* O Coffe-Break será acordado com os participantes durante o evento.

• 09/11 •			
Período	Horário	Programação	Resumo
MANHÃ	8h00	DEBATES REGIONAIS	<p>Calha Norte do Pará: Reunião dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação.</p> <p>Amapá: Oficina de Integração das iniciativas de comunicação das Áreas Protegidas do Estado do Amapá.</p>
	12h00	ALMOÇO (HOTEL MIRANTE DA ILHA)	
TARDE	14h00	PLENÁRIA FINAL	Apresentação dos resultados e encaminhamentos do II SAPEG.
	16h00	ENCERRAMENTO	
NOITE	20h00	JANTAR (HOTEL MIRANTE DA ILHA)	

Figura 4: Programação do final do segundo dia e do terceiro dia do seminário.





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

3. DEBATE SOBRE A IMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO DO MOSAICO CALHA NORTE PARA A GESTÃO DO BLOCO DE ÁREAS PROTEGIAS DO ESCUDO DAS GUIANAS E PARA OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIÃO

Os debates começaram com um rápido panorama do processo de discussão até o seminário. A discussão começou em 2015, no SAPEG Pará, onde foi realizado um workshop sobre a proposta de formação do mosaico. O grupo de trabalho fez uma proposta inicial. Essa proposta ecoou na sociedade civil que culminou em uma reunião realizada nos dias 6 e 7 de novembro entre as lideranças indígenas presentes no II SAPEG e algumas lideranças quilombolas que levantaram algumas dúvidas em relação ao processo de reconhecimento do mosaico.

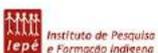
A liderança indígena Ângela Kaxuyana lembrou ao moderador que nem todas as lideranças indígenas têm o domínio da leitura principalmente na língua portuguesa. Sugeriu que fosse feita uma leitura das propostas de composição do mosaico constantes nas páginas 8, 9 e 10 do Texto Base do seminário. A proposta foi pactuada em plenária. Em seguida, o moderador leu o conteúdo das três propostas.

Na página 8 consta um mapa com uma composição do mosaico somente com unidades de conservação. Esse é o primeiro cenário de desenho do mosaico. Estão inclusos nesta proposta a Estação Ecológica do Jari, a Reserva Biológica, do Rio Trombetas, a Floresta Nacional Saracá-Taquera, a Floresta Nacional Mulata, a Área de Proteção Ambiental Paytuna, o Parque Estadual de Monte Alegre, a Floresta Estadual do Paru, a Floresta Estadual do Trombetas, a Floresta Estadual de Faro, a Estação Ecológica do Grão-Pará e a Reserva Biológica Maicuru. Tudo isso soma 14,1 milhões de hectares.

O segundo cenário descrito na página 9 é composto por unidades de conservação e terras indígenas. Além das unidades de conservação acima, nesta proposta estão contempladas a Terra Indígena Nhamundá Mapuera, a Terra Indígena Trombetas Mapuera, a Terra Indígena Zo'é e a Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana, que está em processo de homologação. Não entrariam as Terras Indígenas Parque Montanhas do Tumucumaque e Rio Paru d'Este, já que fazem parte do Mosaico da Amazônia Oriental. Essas áreas somam 19,8 milhões de hectares.



Organização



Participação e Apoio



Financiam





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

A terceira composição está na página 10 e engloba todas as áreas protegidas que está na tabela da página 11. Nessa proposta, além das unidades de conservação e das terras indígenas entram os territórios quilombolas. A Terra Quilombola Boa Vista, a Terra Quilombola Água Fria, a Terra Quilombola Trombetas, a Terra Quilombola Erepecuru, a Terra Quilombola Alto Trombetas, a Terra Quilombola Cabeceiras e a Terra Quilombola Pacoval. Essa proposta atingiria 20,2 milhões de hectares.



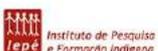
Foto 5: Lideranças quilombolas (Foto: Rafael Araújo)

No final da leitura, o moderador ressaltou que nenhuma das propostas está validada. Nenhuma delas foi encaminhada. A ideia é que elas fossem apresentadas e discutidas no II SAPEG.

Em seguida, a liderança indígena Juventino Kaxuyana fez a tradução para que todos os representantes indígenas pudessem compreender o conteúdo das propostas de desenho do mosaico.



Organização



Participação e Apoio



Fineanciam





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**



Foto 6: Juventino e Ângela Kaxuyana, lideranças indígenas (Foto: Rafael Araújo)

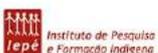
Ao final da tradução Juventino pediu a compreensão dos coordenadores sobre a necessidade da tradução. Ressaltou que quando é pedida a palavra ela deve ser cedida. Ficou acordado que quando houvesse a necessidade, Juventino faria a tradução do português para a língua indígena.

Antes de começar o debate, devido ao fato de muitos desconhecerem a palavra mosaico, o moderador solicitou ao representante da Rede de Mosaicos, Marcos Pinheiro, que fizesse uma breve explanação sobre o conceito de mosaico de áreas protegidas.

Marcos Pinheiro, representante da Rede de Mosaico: No tempo do meu pai não existia Unidade de Conservação, não existiam os direitos dos indígenas e nem dos povos quilombolas. Com o tempo a importância de se proteger a natureza e os direitos das populações tradicionais começaram a ser reconhecidos. Por isso, aos poucos foi-se criando as unidades de conservação e reconhecendo as terras quilombolas e indígenas. Hoje quando olhamos para esse mapa que estamos debruçados aqui, vemos que, praticamente, todo o território tem áreas protegidas, unidades de conservação, terras quilombolas e indígenas. O governo federal brasileiro no ano 2000, há 16 anos, pensou o seguinte: uma unidade de conservação, uma terra quilombola ou uma terra indígena sozinha não conseguirá fazer frente a esse modelo de desenvolvimento que vemos no



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Brasil, de avanço do desmatamento e da degradação da natureza. Então, vamos criar um mecanismo para juntar as populações que moram dentro das unidades de conservação, os quilombolas, os indígenas e, principalmente, os órgãos governamentais que fazem a gestão desses territórios, para, de forma conjunta, fazer frente a esse modelo de desenvolvimento que vem avançando. Protegendo esses territórios. O nome dessa ação conjunta ou atividade integrada de proteção do território é mosaico. É importante deixar claro que todos os direitos já reconhecidos dos quilombolas, dos indígenas e a proteção da natureza são preservados. Não vai ser criada uma nova unidade de conservação, não vai ser criada uma nova terra indígena. É um processo aonde se busca uma gestão do território comum. Mosaico é uma ação conjunta entre os órgãos gestores e as populações tradicionais que vivem no território. De forma muito resumida é isso.

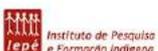
Hugo, representante quilombola de Oriximiná: Vimos na leitura que aparece todas as unidades de conservação e as terras quilombolas distantes do lado. Como chama para a comunidade quilombola que está sobreposta com unidades de conservação federal e estadual? Qual seria o caminho para olhar para essa realidade?

Com essas perguntas do Hugo foi iniciada a rodada de debate. O moderador contribuiu destacando que a questão do representante quilombolas é como envolver os quilombolas que ainda estão morando dentro de unidades de conservação e ainda estão em processo de titulação de seus respectivos territórios. Como é que isso se trata no mosaico.

Marcos Pinheiro, representante Rede Mosaicos: Existem duas formas das uma terra quilombola participar de um mosaico. A primeira é quando a terra já está titulada e as organizações da sociedade civil que compõem a terra quilombola manifestam seu interesse em participar do mosaico. Então, aquele território fará parte do conjunto de áreas protegidas que compõem o mosaico, estará no mapa do mosaico. Algumas terras quilombolas ainda não estão tituladas, então não poderão estar no mapa. Uma segunda forma de participar do mosaico é sendo conselheiro. O mosaico tem um conselho gestor desse território. Então, para uma terra quilombola não titulada que não consegue participar da primeira forma, pode reivindicar a participação no conselho do mosaico e eleger um representante que se reconhecido, pelos seus parceiros, como representante dos quilombolas pode participar do conselho. Lembrando que o reconhecimento do mosaico não é a criação de uma nova área protegida. O Ministério do Meio Ambiente reconhece que há uma



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

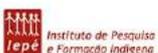
gestão conjunta, integrada. Uma vez seu território sendo titulado, você pode solicitar que o Ministério do Meio Ambiente inclua o seu território no mosaico.

Juventino Kaxuyana, representante indígena: Primeiramente queremos colocar aqui na frente os gestores. Por favor. A nossa pergunta é direcionada aos gestores. ICMBio, IDEFLOR-Bio e quem mais estiver aqui. A nossa pergunta é direcionada a eles. Primeiramente quero agradecer a nossa participação indígena em peso para entender o que é mosaico, porque ainda não foi entendido essa palavra, porque não existe na língua indígena. Eu não sei se vou conseguir falar, porque é uma emoção para nós como indígena. Primeiro a proposta do mosaico já foi lançada. Portanto, quero aqui manifestar a nossa indignação, a nossa ofensa. Vocês nos ofenderam em construir um mosaico sem a participação indígena nem dos quilombolas. Por isso, neste momento estou me sentindo triste, abalado por falta da construção em conjunto. Agora a pouco o coordenador falou que o projeto mosaico é para fazer gestão compartilhada, não aconteceu, não está acontecendo. Vocês montaram o mosaico no escritório, vocês trouxeram o pacote pronto para nós, ribeirinhos, quilombolas, aprovarem. Essa é a nossa indignação. Então nesse sentido gostaria de lançar para o comitê algumas perguntas: Por que o governo e as organizações não governamentais não reconheceram neste plano o território indígena Kaxuyana/Tunayana, não reconheceram as terras indígenas e quilombolas? Por que o governo continua errando nas suas decisões? A participação que tanto se fala. Em 2006, o Governo do Estado criou várias unidades de conservação. Nenhum momento nós povos indígenas da região fomos consultados ou pelo menos ouvidos. O mesmo vocês gestores estão fazendo, o mesmo erro de 2006. Vocês montaram um mosaico. Cadê a participação indígena? Cadê a participação quilombola? Em que momento o governo pretende consultar os povos indígenas? Só para aprovar, é isso? O Presidente da República assinou a Convenção 169 que deveria ser respeitado pelos gestores. Portanto estão passando por cima da lei que o próprio Presidente assinou. Vocês gestores não estão respeitando. Porque a OIT diz onde tiver qualquer impedimento, qualquer coisa, os povos afetados deverão ser consultados. Hoje de manhã tivemos uma reunião onde perguntamos se alguém foi pelo menos perguntado, ninguém soube responder. Porque o governo federal, estadual não prioriza a regularização dos territórios que estão esperando a sua regularização? O que está faltando? São essas as minhas perguntas. Obrigado.

Wendel Andrade, representante do IDEFLOR-Bio: Em primeiro lugar em nome do Governo do Estado, somos do IDEFLOR-Bio, quero agradecer a vocês por estarem aqui, por prestigiarem este



Organização



Participação e Apoio



Patrocinio





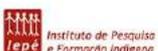
2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

evento. É o segundo evento, mas há três, quatro anos tem o esforço de tentar unir muitas cabeças, muitas pessoas em prol de desafios que atingem a todos nós. Direcionando a você Juventino, acho que é papel de qualquer gestor, de qualquer servidor público do nosso país, reconhecer a importância, a legitimidade de vocês que colocam as questões aqui ou qualquer outro espaço público. Em primeiro lugar meu respeito a você e a todos que estão aqui, todas as etnias, todas as pessoas que estão aqui presentes. Acho que a gente como servidor público tem que ter a humildade de reconhecer que o serviço público é feito de pessoas. A gente fala em governo, em estado, em governo federal, governo estadual, mas o governo é feito por pessoas que tem muitas coisas em comum. Então naturalmente a gente acerta muitas vezes, mas temos que ter humildade para reconhecer quando os erros acontecem. Acima de definir o que é o acerto e o que é o erro, acima de tudo isso tem que estar à disposição do serviço público de conversar com as pessoas, porque nosso salário é pago por vocês. A gente trabalha para servir a vocês. Mas, antes de ser servidor público nós somos seres humanos. Temos sensibilidade, nós temos valores, nós temos princípios que a gente carrega desde a infância. Isso vem reforçar o nosso sincero respeito, nosso sincero reconhecimento à sua fala. A gente está disposto sempre, e este é um momento importante para isso, para a gente abrir esse canal de diálogo. Até porque é uma proposta não oficializada pelo MMA, não reconhecida ainda pelo ministério. Se a gente tiver que construir um espaço conjunto, todos, eu acho que é o caminho, a tendência a se seguir, que seja pactuado que todos os lados têm responsabilidade. O Estado tem uma grande responsabilidade. O Governo Estadual tem uma enorme responsabilidade, assim como o Governo Federal aqui presente, assim como os municípios que compõem a Calha Norte também. Mas, é preciso que a gente enxergue que essa responsabilidade é tão grande, tão importante, que ela não pode ficar somente em poucas mãos, ela precisa ser compartilhada com todos vocês. Então gostaria, sinceramente, Juventino de aproveitar estes próximos três dias para poder conversar contigo e conversar com todos e abrir esse canal de diálogo. A gente tem a convicção de que ouvir é sempre essencial para construir algo decente. Algo que caiba todos vocês. Mais uma vez meu profundo respeito. Reconhecimento à tua fala, tua emoção. Acho que isso reflete o sentimento de todos vocês que vieram participar e dizer que a gente está disponível sempre para essa conversa. Se a gente não fizer isso, a gente não está servindo ao povo, nós somos servidores públicos. Eu queria pedir na verdade que essa fala de governo não fosse única da minha parte, eu peço para os colegas complementarem porque a gente está falando de um mosaico que envolve instituições estaduais, federais, mais de uma instituição. Eu peço para os colegas para complementar, para que a gente tenha um momento mais



Organização



Participação e Apoio



Patrocinio





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

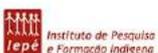
Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

participativo nestes três dias e além disso, muito além deste seminário, teremos meses de troca de experiência. Obrigado.

Paulo Russo, ICMBio/MMA: Muitos aqui já me conhecem de uma história, de uma trajetória, temos a Ângela, lideranças indígenas, lideranças comunitárias. Eu quero falar um pouco do formato que acabou ficando. Gestores de um lado e lideranças comunitárias de outro. Não é para ser assim. Mosaico não é para ser assim. Era para estar tudo junto e misturado. Porque isso é o mosaico. Outra questão: os próprios colegas que estão aqui, eles fazem parte da ponta de um sistema, que envolve gestores maiores e outras escalas de decisão. E o espaço do mosaico, apesar de ainda não ser reconhecido formalmente, mas que ele exista nessa prática que estamos vendo aqui, ele é o momento em que a gente tem que colocar a nossa insatisfação. Nós dos setores públicos temos nossas insatisfações enquanto gestores de territórios. Então sabemos que a gestão do território não pode ser feita de forma compartimentada, tem que ser feita de forma integral, porque a paisagem é integral. Estamos em um momento político ideal para o reconhecimento do mosaico. Nós já tivemos uma experiência no caso do Amapá, o Mosaico da Amazônia Oriental. Ali nós tivemos um mosaico também com terras indígenas e quem se lembra da caminhada do Mosaico da Amazônia Oriental, a nossa ideia era colocar os assentamentos também através das reservas legais, através das APPs, para ir além dessa composição unidades de conservação e terras indígenas. Como não conseguimos colocar dentro do desenho do mosaico, conseguimos colocar no conselho. Assim como neste mosaico mesmo que não esteja representado no contorno as terras indígenas e quilombolas legítimas neste território, elas vão fazer parte do conselho. Fazer parte do conselho gestor. A gente vai colocar na discussão política, mas se mesmo assim nós formos vencidos a lei nos ampara em inserir todos esses grupos sociais no conselho gestor do mosaico, que é o conselho que define o caminhar do mosaico. Quero dizer que temos a lei para garantir esses espaços, garantir esses direitos. Quero dizer que as pessoas que estão aqui comigo, elas não são do outro lado. Não existe uma linha de oposição de um lado e de outro uma trincheira. Se estamos todos reunidos, todos vieram com predisposição, de coração abertos, vieram com espírito de pensar o mosaico como ele é. Conversando há pouco com Joanísio sobre o que seria um mosaico contemplando as áreas indígenas, seríamos todos companheiros, vários pedaços formando um todo. Isso é um mosaico. Juventino, as pessoas que estão aqui, estão do lado dos povos indígenas, estão do lado dos quilombolas. Vamos pensar que estamos aqui lutando por um todo. Ninguém está lutando apenas pela sua casinha. Estamos lutando aqui pelo território.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





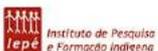
2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Paulo Wai wai, representante indígena: Eu sou Paulo, representante dos povos indígenas. Vou falar sobre o que estamos tratando. É muito bom o que o Marcos coloca. Na época não existia os direitos dos povos indígenas. Hoje existem direitos. Isso é um grande ganho para os povos indígenas. Tratamos do mosaico no primeiro SAPEG que eu participei lá em Mosqueiro que ficamos sabendo do mosaico lá do Amapá que teve o acompanhamento dos povos indígenas. Desde o início do mosaico as lideranças indígenas do Amapá estiveram presentes na construção. Isso foi muito bom para eles, acompanhar desde o início. Então para cá, no Mosaico Calha Norte tem uma proposta desenhada sim. Enquanto nós povos indígenas da região da Calha Norte não participamos, não acompanhamos o processo de construção dessa proposta do mosaico. Não estamos contra esse mosaico. Quando o Marcos coloca que é muito bom a gente gerir em conjunto, isso é muito bom para nós. Só que nós precisamos acompanhar juntos. Nosso amigo falou (Paulo Russo) não somos contra as terras indígenas, somos favoráveis, todos, tanto com terras indígenas, terras quilombolas, ICMBio, somos parceiros. Precisamos de diálogo. Eu sei que vocês têm experiência com povos indígenas. Nós erramos? Nós erramos sim. Nós precisamos corrigir? Sim. Precisamos corrigir. Quando você coloca que somos servidores públicos, achei muito boa a sua colocação. O Marcos disse que vai estar nestes três dias para tirar nossas dúvidas. Então digo para vocês lideranças indígenas, vamos aproveitar estes três dias para tirar nossas dúvidas. Outra coisa, o Joanísio está aqui presente e quero falar para ele: enquanto na Sema em 2006 foi criado o decreto da FLOTA do Trombetas. O que aconteceu? Nós recebemos apenas quando foi publicado no Diário Oficial. Nós não fomos consultados. Então hoje precisamos discutir em conjunto para não acontecer o que aconteceu em 2006. É muito bom os gestores da região da Calha Norte e do Ministério do Meio Ambiente estarem aqui para ouvir essa fala. Ouvir essa necessidade dos povos indígenas. Nós precisamos construir juntos. Assim que funciona. Se vocês não fizerem juntos o que vai acontecer? Como o Juventino falou, vocês não estão dialogando com os povos indígenas. Vocês sabem muito bem que povos indígenas estão atuando naquela região. Então eu digo nós e vocês vamos passar estes três dias para vocês falarem para nos esclarecer. O Marcos deixou bem claro para nós. Tanto com terras indígenas, quanto quilombolas que apareceram no mapa. Nós tivemos uma prévia da proposta do mosaico. Só que aquele que não tem processo de demarcação de terras indígenas, os representantes de vocês têm que procurar os responsáveis pelas terras. Isso que foi colocado. Nós viemos nesta reunião para debater com vocês. Muito obrigado.



Organização



Participação e Apoio

Financiam



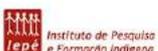
2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Cecília Apalaí, representante indígena: Meu nome é Cecília Apalaí, da Terra Indígena Parque Tumucumaque e presidente da Associação Indígena do Povos Apalaí. Nós povos indígenas do norte do Pará somos esquecidos pelo Governo do Estado do Pará. Essa é a verdadeira história do nosso povo lá no parque. É um prazer muito grande estar participando deste encontro para que possamos discutir áreas protegidas como vocês falam. Na nossa língua não existe. Nossos antepassados nunca falavam de áreas protegidas. O Brasil era dos povos indígenas. Não era dos brancos. Os brancos que vieram invadiram nossas terras. Nós estamos discutindo em relação à nossa terra. Nós que somos donos da terra. Muitas vezes o Governo Federal fala que a terra é da União, mas não é dele. Com relação à criação do mosaico, só vou falar um pouquinho como foi criado o Mosaico da Amazônia Oriental. De quem foi a iniciativa? Do Governo do Estado? Não. Foi uma instituição juntamente com os povos indígenas. A instituição não apresentou uma proposta pronta como está aqui. A discussão aconteceu várias vezes. Dialogado com as comunidades lá da base, não é assim com representantes. Nós somos representantes, nós não decidimos, nós não assinamos nenhum tipo de documento feito pelo Governo do Estado. Os gestores de áreas protegidas não podem decidir sozinhos. Devem decidir juntamente com populações tanto indígenas, quilombolas, ribeirinhos, que têm direito à sua terra. O Governo do Estado do Pará deve reconhecer, porque a lei existe. A lei existe a partir de 1974 mais ou menos que várias vezes foi reformulada em relação aos direitos dos povos indígenas. Vou complementar o que o nosso parente colocou, que durante a fala dele ele se emocionou muito e eu também porque sou filha da terra. A terra para nós indígenas é um tesouro, a terra para nós é o supermercado. É por isso que nós precisamos discutir dentro da possibilidade, com responsabilidade, que a terra é a terra, sem a terra nós não somos nada. Hoje estamos aqui. Estamos aqui por causa de vocês? Não. Estamos aqui para discutir como vai ser a criação desse mosaico. Não é para trazer pronto, para gente assinar o documento. Não. Vocês gestores precisam chegar na base. Nós indígenas precisamos ser consultados antes de qualquer coisa, antes de qualquer tipo de decisão, nós não somos mais os indígenas de 1500 anos, nós compreendemos, já temos vários indígenas que tem nível superior. Eu estava lendo esta proposta, inclusive não conhecia esta proposta aqui. Eu sou representante como falei, sou liderança, entendo muito bem a língua de vocês. A nossa terra indígena incluída no Mosaico da Amazônia Oriental deve ser também incluída no Mosaico Calha Norte. Por que estou reivindicando isso? Porque a nossa terra no Parque Indígena Tumucumaque, só para vocês saberem, ela pertence ao Pará. Nós povos indígenas que se localizam nessas terras estamos totalmente excluídos da sociedade e do governo, e isso não deve acontecer. Nem sequer o Estado tem parceria como Governo do Estado do Amapá. Várias vezes o



Organização





2^o Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

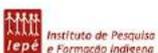
Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

governo tentou fazer esse termo de cooperação. Nós hoje se não tivesse um apoio da instituição, nós não estaríamos fazendo essa gestão territorial da nossa terra indígena. Se não tivesse instituição que amparou povos indígenas Tumucumaque hoje não teríamos a implementação do plano de gestão. Por isso, eu digo a vocês com muito respeito com os indígenas muitas vezes fomos falados pelos não indígenas que somos irracionais, nós somos incapazes, nós somos preguiçosos, que não faz nada, fica apenas dormindo nas aldeias. Mas, essas pessoas que falam da gente não veem nossa realidade, o que nós fazemos em nossas terras. Nós cuidamos muito bem das nossas terras, florestas. Hoje em nossas terras indígenas você não vê desmatamento. E nas não indígenas? Queria que vocês fizessem essa comparação. Por isso que hoje estamos aqui. Na busca do diálogo. Nós queremos que a discussão do mosaico seja levada lá na base para ser repassada para todas as comunidades, até porque os povos indígenas têm o direito de serem incluídos nesse mosaico, tanto quanto nossos parentes quilombolas e ribeirinhos. É direito da população de modo geral. O governo, os gestores devem respeitar a Convenção 169, devem conhecer. Nós indígenas conhecemos. Nosso papel é a memória, nós salvamos em nossa memória. Estou falando porque eu me senti excluída. Apesar de sermos excluídos há muito tempo os povos do parque, eu me senti mais excluída ainda. Eu queria que vocês revesse com carinho essa proposta juntamente com os representantes lá na base.

Aretiná Tiriyo, representante indígena: falou na língua materna e Ângela Kaxuyana traduziu - Meu nome é Aretiná Tiriyo, sou do Parque Indígena do Tumucumaque e como sou mais velho vou aconselhar vocês. Vou aconselhar vocês que fazem a gestão no Estado do Pará. Não pensem em trabalhar sozinhos que vocês não vão dar conta. Não pensem em querer proteger a floresta sozinhos, porque nós também queremos proteger. Não tentem criar um filho sozinhos porque vocês não vão conseguir, porque um filho precisa de um pai e uma mãe. Não tentem fazer conversas fechadas, porque a conversa não vai chegar a lugar nenhum. Eu estou triste porque a proposta saiu não de forma conjunta. A proposta é de vocês. Por que vocês não se espelham em outras experiências? Lá no Amapá quando a gente começou a conversar sobre o mosaico, sentamos todo mundo junto e falamos qual a proposta que a gente queria. Não foi desse jeito. O que vocês estão mostrando para gente, o mapa nem tem cor. Nem tem gente nesses mapas. É o que vocês estão nos apresentando. Eu aconselho vocês a estabelecer diálogo com eles aqui. Porque na prática quem vai proteger essa terra tão querida por nós, são eles. Vocês não vão proteger não. Porque daqui vocês vão para casa de vocês e vão ficar lá nos seus escritórios e eles vão continuar morando



Organização





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

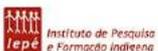
na terra. Então não pensem que vão dar conta lá da casa de vocês, que vocês não vão. É preciso vocês repensarem, mas repensarem junto com eles. Não só com eles, mas com nossos irmãos quilombolas, sentarem juntos e pensarem sobre o que vocês querem para a região. Porque nós temos a nossa terra protegida, então devo entender que vocês também querem a floresta protegida. Todos que estamos aqui queremos a floresta protegida. Então por que todo mundo não senta para definir o plano, o futuro dessa floresta que a gente quer proteger. Desse jeito, sozinhos não vão conseguir. O mosaico só se cria se tiver todo mundo junto. O mosaico só funciona se cada um contribuir. O mosaico não é feito só de uma pessoa. Eu quero falar da experiência lá no Amapá. Foi assim que nós fizemos desde o início. Ninguém chegou lá com uma proposta. O governo não construiu um mapa. Todos nós falamos o que a gente queria e daí o mapa foi feito. Era isso que eu queria aconselhar para que possam trabalhar juntos. Eu não vou ficar tranquilo eu estando bem nesse mosaico e os meus parentes não estando bem nesse mosaico. A gente está falando da floresta que eu quero proteger e que vocês querem proteger. Eu não vou ficar tranquilo. Porque eu quero que todos os mosaicos estejam bem, para o interesse de todo mundo. A gente está falando de uma floresta que eu quero proteger e você quer proteger. A gente está falando de uma coisa comum. Outro dia conversei com o povo do Água Fria e até comentei isso, que as florestas estão se acabando e a única forma de proteger é unindo com aquelas pessoas que querem proteger aquelas terras. É unindo as pessoas, o governo para poder proteger aquele território. É isso que eu quero trazer para vocês, para considerar a inclusão. Porque eles querem ser incluídos, senão quisessem não estariam aqui. É isso que eu quero falar. Sou conselheiro do mosaico.

Durante a fala das lideranças indígenas vários participantes se manifestaram para falar, mas o moderador esclareceu que aquele era o momento do evento dedicado somente às populações tradicionais.

Carlos Printes, representante da Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná: em nome dos quilombolas quero parabenizar toda a organização deste evento que a gente está presente para participar desta conversa, deste debate e ao mesmo tempo deixar um recado para os gestores das unidades de conservação. Nós quilombolas nos sentimos excluídos também dessa discussão. Na criação da reserva biológica nós quilombolas não fomos consultados, foi criada a floresta nacional do mesmo jeito não fomos consultados. Aí foram criadas as FLOTAs. Dessas já começamos a participar. Falamos do território, das comunidades quilombolas, das áreas da FLOTA que poderia prejudicar. Falaram que iam resolver esse problema e não resolveram e nós



Organização



Participação e Apoio



Patrocinio





2^o Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

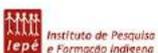
Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

temos um território quilombola que a FLOTA atingiu e hoje está se discutindo um mosaico que a gente não tinha conhecimento dessa discussão, nem nossos irmãos indígenas. Nós queremos participar dessas discussões. Com certeza com a gente participando, discutindo as coisas funcionam melhor, um ajudando o outro resolvendo essas questões. Eu quero dizer que no final do mês de setembro houve uma reunião onde tinha lideranças quilombolas, lideranças ribeirinhas e indígenas e nessa reunião tivemos conhecimento dessa discussão do mosaico, que já estava avançada e quem sabe até hoje já não era para gente está comemorando o seu funcionando, ou seja, a existência desse mosaico. Aí as lideranças fizeram uma carta e talvez isso tenha impedido que hoje se estivesse comemorando a existência desse mosaico e nós não queremos que as coisas sejam assim. Nós queremos participar. E só com a presença dos quilombolas, dos indígenas dos ribeirinhos as coisas funcionam melhor, com a participação da sociedade. Nós queremos dizer para vocês que estamos dispostos a ajudar a proteger, a fazer aquilo que é melhor para natureza, porque nós os quilombolas e os indígenas somos os defensores da natureza, porque aonde existe os quilombos e as áreas indígenas pode ir lá que você se admira de ver a natureza. Então nós somos os protetores, nós somos os defensores da natureza. Por tudo isso nós queremos participar. Então quero dizer a todos que as nossas comunidades lá precisam desse conhecimento, precisam discutir, precisam participar dessas discussões para que seja viável esse mosaico. Eu sempre digo que os indígenas e os quilombolas eles são irmãos na mesma luta. Nós temos algo em comum: o jeito de tratar da natureza. Como nossa parente falou lá é o nosso supermercado, é de lá que tiramos o sustento de nossas famílias. Assim como ela falou também chamam os quilombolas de preguiçosos porque chegam lá e veem a natureza bonita, aí chamam de preguiçosos. Por que não fazem grandes roçados para plantar? É o nosso jeito de viver. Porque nós vivemos da natureza. Eu quero deixar esse recado. Dizer para vocês que nós estamos dispostos a construir, a ajudar a proteger a natureza, é por isso que estamos aqui. Muito obrigado. Olhem com carinho para essa situação.

Aluízio Silvério, representante quilombola: Eu queria agradecer aquele representante – Marcos Pinheiro – você falou que quando era criança não tinha essas coisas, eu estou com 66 anos e também não tinha essas coisas. Tinha uma unidade que quando os pretos vinham para cidade moravam lá. Nós conhecemos mosaico como pedacinhos de cimento com areia para fazer o piso. Todo quebradinho. Acho que ainda tem aquele mosaico lá. Agora quando dizem que as terras não reconhecidas dos quilombolas e dos indígenas não estão no mapa. Estão. Eu acho que esse mapa do mosaico não é bem rascunhado, só tem as unidades, não tem as terras dos indígenas nem dos



Organização





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

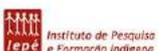
Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

quilombolas. Nós temos uma guerra para reconhecer nossas terras. O Marcello (ICMBio) está aí, ele sabe. Estão no mapa, não estão? Estão sim. Agora eu fico assim quando o pessoal do governo diz que nossa terra não está no mapa, então nós estamos sendo excluídos. Eu logo que ouvi falar em mosaico fiquei me perguntando o que era isso. É uma coisa diferente que os quilombolas e indígenas sabem. A convivência dos quilombolas e indígenas começou com os negros fugidos que se apegaram com os índios, hoje temos uma amizade não é de ontem não. É de guerra de séculos atrás, de anos atrás que somos parentes. Na Convenção 169 diz que onde mora remanescente vale à pena o governo dá o título definitivo. Estamos há anos lutando. Dão aval para mineração, mas a nossa caneta ainda não foi criada a fábrica para fazer. Isso me entristece. Aí é uma exclusão, porque está na lei, está na Constituição. Então porque não fazem? Eu tenho uma proposta para o mosaico, primeiro vamos demarcar as terras dos índios e dos quilombolas, e depois a gente pensa nesse mosaico. Porque na nossa área está cheia de proteção, mas essa proteção não é dos quilombolas. Quem acaba com a natureza é a madeireira, quem acaba com a natureza é a mineração. Tem uma destruição de terra lá na terra quilombola. Vocês do governo sabem disso. Ajudem a gente a preservar. Esse sistema de tirar área de proteção para dar para madeireiros, para dar para mineração, nós somos contra isso. Como nossos parentes indígenas falaram essa natureza para nós é muito boa. Vocês lá fora não tem mais esse ar que nós temos aqui. É uma proposta que eu tenho: vamos demarcar as terras indígenas e quilombolas depois a gente pensa no mosaico.

Ivanildo, representante quilombola: Ouvindo seu Aluízio fazendo as colocações, a gente um pouco mais jovem se espelha no que ele falou. Se eu dissesse para vocês vamos fazer um SAPEG lá no Rio de Janeiro, lá em Copacabana. Vocês diriam que não faz sentido. Mas, porque está fazendo sentido aqui na região do Calha Norte? Porque tem essa grande quantidade de floresta. Em nome dos indígenas, dos quilombolas e de todos que estão hoje participando eu quero dar minhas cordiais boas-vindas para discutir um pouco mais sobre essa gestão territorial. É muito importante a gente discutir sobre a gestão territorial porque é a identidade da gente, é a história da gente, é a luta, a nossa existência como povo histórico. A gente tem aqui a representação de vários povos indígenas, essa é a delegação que chegou até aqui para discutir uma coisa de cada vez. Resolvendo a questão fundiária, essa questão do território, aí sim vamos para uma outra etapa. Porque se embaralhou tanto na mente dos indígenas e quilombolas. A palavra conflito. O governo não resolveu o problema dos quilombolas e dos indígenas porque tem um conflito. E a gente chegou com várias perguntas no ar e não tinham respostas. Não foram só os indígenas que ficaram



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

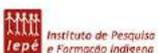
Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

preocupados, nós também ficamos. Entender melhor essa dinâmica, a forma de proteger, a gente sabe que nessa região do Calha Norte os interesses minerários são muito grandes, o potencial hidrelétrico é muito grande. A gente sabe que tem outros interesses madeireiros. E nós temos uma floresta que produz o ar que nós temos. Vocês querem ser parceiros dos quilombolas, dos indígenas? A segurança que existe nas aldeias, nos quilombos, é fruto de que esse povo sabe proteger a floresta. Você pega um avião e vai para o sudeste e não vê mais uma floresta primária como os quilombolas, como os indígenas têm em grande quantidade. Essa é a minha colocação. Eu sou presidente da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, mas somos parceiros dos indígenas porque a outra comunidade mais próxima é indígena. Vamos respeitar as reivindicações das comunidades indígenas porque eles têm direitos. Vamos resolver essa situação dos indígenas e dos quilombolas, que com certeza haverá mais harmonia. Só unidos vamos conseguir ter uma área protegida.

Joanísio, Gerente da Floresta Estadual do Trombetas: Aprendizado. Nós temos aprendido muito nos últimos anos sobre gestão territorial. Ai quando o Juventino pediu que os gestores viessem para cá, vieram os gestores governamentais, porque de fato se todos os gestores da Calha Norte estivessem aqui não ia caber todo mundo. Estariam aqui todas as lideranças indígenas, quilombolas, todos que participam da gestão desse território. Isso é o mosaico. Isso de fato é o mosaico. O mosaico é constituído de experiências. Se nós substituíssemos a palavra mosaico e dissemos aqui: nós não queremos mais a benção do MMA para criar o mosaico, vamos seguir nossas vidas aqui na Calha Norte, vamos continuar discutindo nos conselhos gestores a integração dessas áreas protegidas, dessas unidades de conservação, vamos continuar com nossas vidas aqui com o aprendizado que temos acumulado no decorrer de todos esses anos. Criadas as unidades de conservação em 2006 nós criamos o grande palco, cenário para que essas discussões desses conflitos, dessas expectativas, dessas ansiedades de todos esses habitantes da floresta que estão se manifestando... A nossa ideia de criar o mosaico é fazer o movimento inverso da divisão territorial. Começar a juntar de novo, começar a integrar. Mas, o governo não sabe fazer isso. Não sabe. Se perguntar para a secretaria de saúde se dialoga com a secretaria de educação, se dialoga com a secretaria de meio ambiente. Não tem integração. O que estamos fazendo aqui é muito ousado. É tentar fazer um aprendizado com quem de fato vive nessas áreas protegidas, que a gente consiga de fato fazer isso. A Ângela Kaxuyana uma vez me disse quando falei para ela: olha eu não sei bem o que fazer lá com a questão indígena. Aí a Ângela me disse sai do escritório, vai para campo e



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

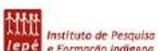
pergunta para eles o que é, como e quando eles querem. A experiência do SAPEG tem mostrado esse aprendizado. Tem mostrado a quem está interessado na proteção dessas áreas como fazer. A gente do governo tem a tendência de fato de apresentar as coisas em desenhos, dentro de caixinhas, mas de fato não está pronto. Cometemos equívocos de programação, de planejamento, isso é bem verdade, mas acreditávamos piamente que ao fazer isso, discutir primeiro com as unidades de conservação, estaríamos dando um passo à frente para posteriormente ganhar musculatura e discutir com populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas. Que equívoco? Deveríamos sim antes de reunir os gestores governamentais e as organizações não governamentais, deveríamos sim ter feito isso. Então é aprendizado. E temos aqui a ampla oportunidade de, de fato, aprender como fazer isso. A resposta para o Juventino, Carlos Printes, para as lideranças que se manifestaram aqui é que nós estamos aqui para fazer isso, para aprender.

Tiago Barros, representante do MMA: Agradeço o convite para participar deste evento. O papel do ministério no processo é ouvir todas as partes interessadas e reconhecer o mosaico. O que isso quer dizer? Quer dizer que a gente não cria o mosaico no Ministério do Meio Ambiente. A gente reconhece que existe determinado território com as condições necessárias, que as várias instituições que trabalham na gestão de áreas protegidas têm condições de trabalhar de maneira conjunta, de maneira integrada. Essa é a condição para o ministério. Mas, ela deve partir da realidade. O ministério vai avaliar. O ICMBio vai participar desse processo como participou de outros. Assim como aconteceu em outros lugares, todas as populações indígenas ou quilombolas com terras reconhecidas ou não devem ser consultadas. Então a gente precisa aproveitar este espaço onde temos a presença de várias lideranças para avançar nessa discussão. O ministério não pode reconhecer o território de um mosaico onde se pressupõe a existência de uma gestão integrada, se ela não existir. A gente pode ter tido atropelo, falta de comunicação nesse processo, mas existe intenção de recuperar isso, e avançar no diálogo. Se a gente não puder assinar uma carta de intenções, mas definir que esforços irão se desenvolver para o mês seguinte, para o ano seguinte. Esta mensagem gostaria de trazer em nome do ministério.

Juventino Kaxuyana, representante indígena: Desculpe, mas vocês ainda não me responderam, nenhuma pergunta vocês responderam. Primeiro, por que a terra indígena não foi reconhecida na proposta? Ela foi publicada no diário oficial, mas não foi reconhecida no mosaico. Segundo ponto, temos três mapas, vocês falaram que não foi aprovado, o mapa já está pronto, o pacote está pronto. Na programação de amanhã tem a proposta de consulta. Vocês não vão querer



Organização



Participação e Apoio



Patrocinio





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

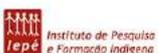
levar essa reunião como consulta. Nós não vamos aceitar que esta reunião aqui seja uma consulta de criação do mosaico. Por último, considerar o Parque Tumucumaque dentro do mosaico.

Joanísio, Chefe da FLOTA do Trombetas: A inclusão da terra indígena Juventino ainda estamos em discussão dentro dessa questão do território e a sobreposição com a FLOTA de Faro e a FLOTA do Trombetas. A publicação reconhece, identifica o território indígena. Agora quanto a incluir ou não dentro do recorte do mosaico é justamente isso que estamos fazendo nesta discussão que veio para o SAPEG. Nós não temos ainda uma definição de um desenho final das terras que entram. Respondendo à questão da consulta. Não vai ter consulta. Na verdade, o que a gente vai estar fazendo é essa discussão. Como vai ser feito, em que período, quem vai fazer, aonde e quais órgãos se responsabilizam. Quanto à inclusão do Parque Tumucumaque, sendo um mosaico com determinadas características aonde essas unidades estão mais próximas então você compõe esse mosaico dessa maneira. Pensa o mosaico com a ideia do desenho. Qual o melhor desenho? Quando você olha da calha do Jari à calha do Nhamundá, do lado leste tem determinadas características, do lado oeste tem determinadas características. Pensar administrativamente qual seria o melhor grupo e pensar junto. Além disso, tem que considerar o tronco linguístico caribe. Que vem desde o Amapá e atravessa toda a Calha Norte. A ideia de mosaico não é só juntar território, é juntar também aspectos culturais, econômicos, porque também devemos fazer essa discussão com todos os municípios que compõe esse bloco, porque as prefeituras não sabem como funcionam, não se identificam. O que tenho para te dizer, Juventino, é que o desenho está no papel, mas não está fechado. O desenho partiu das unidades de conservação, mas decidimos parar porque reconhecemos que deveríamos discutir com as lideranças dos demais territórios presentes. Então o que estava seguindo parou.

O debate foi finalizado com o artista paraense Sebastião Tapajós tocando duas músicas. Após o jantar houve um momento reservado para integração e confraternização entre os participantes.



Organização



Participação e Apoio



Patrocinio





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

4. MESA DE DEBATE: PLANEJAMENTO, OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA A GESTÃO TERRITORIAL DO BLOCO DE ÁREAS PROTEGIAS DO ESCUDO DAS GUIANAS

O segundo dia do seminário começou com uma mesa de debate cujo objetivo foi refletir sobre a integração das Áreas Protegidas a partir dos instrumentos de planejamento e gestão das Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas. Houveram dois palestrantes, um da Rede de Mosaicos e outra do Departamento de Extrativismo do MMA, e a manifestação de dois representantes da FUNAI e três lideranças indígenas. Abaixo segue o conteúdo das falas e apresentações.

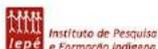
4.1. O que são mosaicos? Experiências de Planejamento e Gestão de Mosaicos de Áreas Protegidas na Amazônia

Por Marcos Pinheiro - Rede Mosaicos de Áreas Protegidas (www.redemosaicos.com.br)

A palavra “mosaico” vem de uma expressão antiga, de juntar pedaços de azulejos e telhas para fazer uma obra de arte. O termo mosaico era muito utilizado por populações antigas que começaram a fazer esse trabalho por volta do ano 1.500 antes de Cristo. Quando se intensificou o trabalho na área da conservação se sentiu a necessidade de adotar novas estratégias para frear a destruição da natureza. Uma das estratégias usadas foi juntar várias áreas protegidas para otimizar sua gestão. Essa estratégia foi chamada de mosaico. Pois, assim como no caso dos pedaços de azulejos, na conservação se junta as áreas protegidas para forma um todo.



Organização



Participação e Apoio

Patrocinadores



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do Pará e Amapá

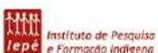


Figura 5: Exemplo de mosaico com pedaços de azulejos. Fonte: Marcos Pinheiro, Rede Mosaicos

Na década de 1970, o Governo Federal implementou um plano de expansão territorial cujo slogan era “Integrar para não Entregar” e incentivou a migração massiva para o Norte do país. Isso causou um grande aumento do desmatamento para implantar atividades agrícolas e a pecuária. As unidades de conservação, as terras indígenas, os territórios quilombolas, as áreas de preservação permanente são fundamentais para frear esse modelo de desenvolvimento. As áreas protegidas ajudam na preservação da floresta, dos rios, dos animais e servem para a manutenção do modo de vida de populações tradicionais.



Organização



Participação e Apoio



Patrocinadores





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**



Foto 7: Marcos Pinheiro, Rede Mosaicos (Foto: Rafael Araújo)

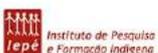
Um **mosaico de áreas protegidas** não se resume em juntar unidades de conservação, terras indígenas, territórios quilombolas, etc. Na conservação o mosaico ganha um novo significado. Para ser considerado um mosaico ele pressupõe que haja **ações conjuntas, gestão integrada** e seja **reconhecido pelo MMA**.

A base legal para se criar um mosaico está no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei 9.985/2000. No seu artigo 26 o SNUC determina que:

*Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto **deverá** ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.*



Organização



Participação e Apoio



Financios





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

No Brasil existem atualmente 21 mosaicos de áreas protegidas reconhecidos pelo MMA, desse total quatro estão localizados na Amazônia, como é possível observar na imagem abaixo.

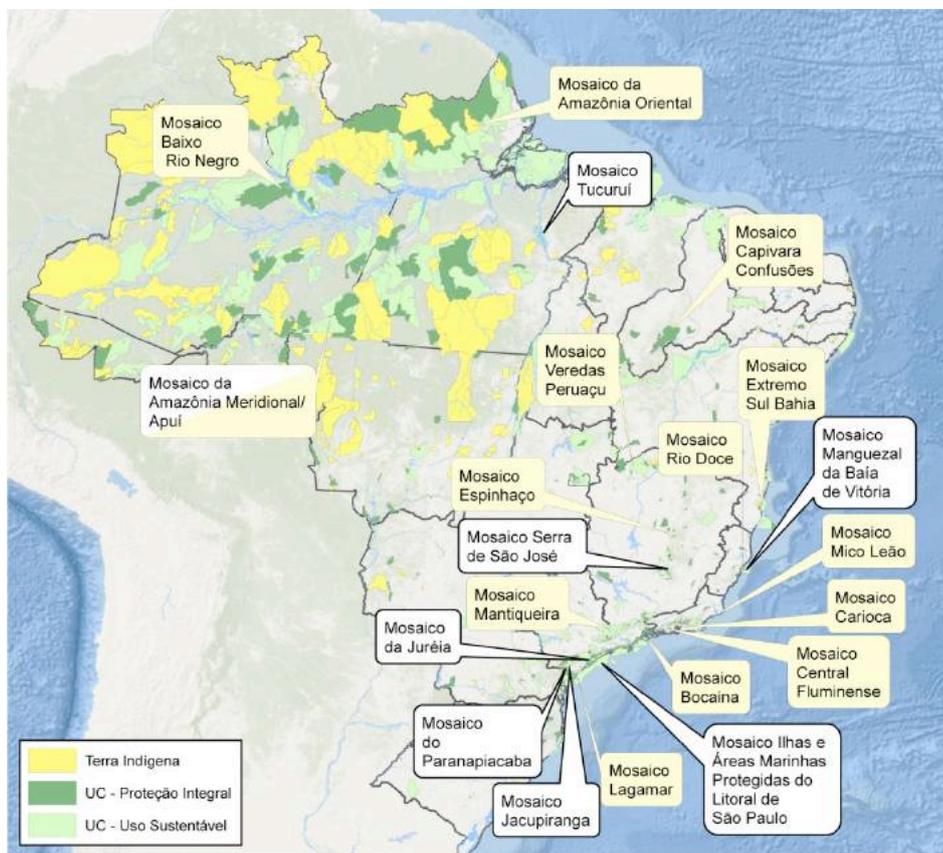


Figura 6: Mosaicos, Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Brasil (Fonte: Marcos Pinheiro, Rede Mosaicos)

Quando existe uma pré-disposição para criar um mosaico, faz-se necessário observar algumas recomendações para definir a sua área.

- Que no mosaico exista unidades de conservação;



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

- Que as áreas protegidas tenham limites definidos e objetivos de conservação da natureza;
- Deve possuir identidade territorial (cultural e ambiental);
- Deve possuir operacionalidade logística;
- Ser um ato voluntário e de ampla articulação interinstitucional;
- Definir objetivos e metas comuns.

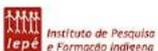
Acesse a apresentação do Marco Pinheiros no seguinte link:
<https://drive.google.com/open?id=OB7slgqa6w6gMTnU0aURyLVA1NE0>

4.2. A lógica da participação dos povos indígenas e seus territórios na governança do Bloco de Áreas Protegidas do Escudo das Guianas – Calha Norte do Pará e Amapá

Por Francisco Paes - FUNAI Bahia; Cacique Aretiná e liderança Wajãpi.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

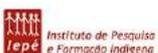


Foto 8: Francisco Paes - FUNAI Bahia, Liderança Wajãpi e o Cacique Aretiná (Foto: Rafael Araújo)

Francisco Paes - representante da FUNAI Bahia: alterou sua apresentação para dar espaço as lideranças indígenas para continuarem manifestando a sua insatisfação por terem sido excluídos do processo inicial de discussão do mosaico. Segundo ele, impondo a lógica da exclusão, onde as comunidades indígenas são usadas para estampar fotografias, mas não para discutir conjuntamente. Parabenizou as lideranças indígenas por estarem tentando entender o que está acontecendo no II SAPEG, e não deixou de manifestar sua indignação pela falta de respeito com os povos indígenas. Acredita que houve um grande equívoco Lembrou que o Cacique Aretiná é uma liderança, um líder espiritual que expôs muito bem a ideia de mosaico. Ressaltou que a lógica dos indígenas não é a nossa. O tempo é diferente, a compreensão, mas tudo passa por uma lógica de confiança. Apresentar algo pronto pode levar a uma quebra de confiança e isso pode atrasar o processo em anos, pode levar anos para consolidar. Deixou a mensagem de evitar esse tipo de coisa. Concluiu sua fala dizendo que houve uma sensação de indignação, de traição, mas que permaneceriam no evento para contribuir no processo.



Organização



Participação e Apoio



Financiam





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

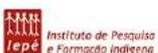
Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Cacique Aretiná: É muito bom estarmos reunidos para conversar sobre o que a gente quer. Antes do governo a terra não era toda cortada, isso aqui já era mosaico, porque a gente andava por toda região, para proteger, ver como estava. Mosaico para mim não é nada mais que juntar todos esses pedacinhos que o governo cortou e cada um tem um dono. Mosaico é para juntar todas essas terras e olhar de forma conjunta. Mosaico é trabalhar de forma conjunta, todos juntos para proteger todos juntos. Antes eu me preocupava. Depois que entendi e percebi que a gente já fazia e fiquei aliviado. O que o governo faz hoje no papel a gente sempre fez, conversando com o parente da ponta para ver o que estava acontecendo. A gente sabe das regras que cada terra tem. As terras da minha gente, as terras do governo. A gente sabe que não pode mais circular porque tem dono. Mosaico é a gente ensinar como a gente cuida dessa terra de forma conjunta. Mosaico é isso: olhar para cada pedacinho de terra e ver o todo. Mosaico é isso.

Liderança indígena Wajãpi, do Amapá: houve um tempo que as terras não estavam divididas. O mosaico é como uma ferramenta que vamos encaixando várias ferramentas dentro e tem vários setores que trabalham para fazer o monitoramento. Tem o parque nacional, tem a FLOTA, tem a RDS, tem a FLONA, todo mundo tem preocupação com sua terra. Vários setores têm interesse no território, isso preocupa as populações indígenas. O mosaico é importante para trazer esse diálogo para gente. Antes não estávamos sabendo, como podemos fazer gestão, monitoramento e implementação da nossa terra indígena, antes não entendia o objetivo do parque nacional, o que vai trazer, o que vai ajudar. Até agora conseguimos nos entender com o governo, com nossos vizinhos, os assentados, temos que entender a preocupação deles numa área reservada. Por isso, pensamos que mosaico é muito importante para gente, mosaico traz muita experiência para gente, traz resultado bom. O mosaico traz informações para entendermos o que o governo está fazendo. Mas, é preciso fazer consulta. Trabalhar sozinho não vai levar a nada. É importante a consulta. Definir qual a decisão que o governo pode tomar junto com os indígenas. Essa é minha fala sobre mosaico.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**



Foto 9: Liderança indígena Wajãpi do Amapá (Foto: Rafael Araújo)

4.3. Estado da arte dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas da Calha Norte do Pará e Amapá

Por Marcos Velho - FUNAI Amapá e Norte do Pará



Organização



Parceiros



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

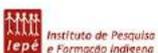


Foto 10: Marcos Velho, FUNAI Macapá (Foto: Rafael Araújo)

Marcos Velho - FUNAI Amapá e Norte do Pará: a FUNAI tem o total interesse de atuar conjuntamente com o IDEFLOR-Bio. É preciso trabalhar conjuntamente para a FUNAI cumprir sua função. Essa era a expectativa quando a instituição foi convidada para ser conselheira nas duas FLOTAS. Infelizmente essa expectativa foi frustrada. Ainda não se conseguiu deslanchar. Existem demandas de fiscalização, tem garimpos que precisam ser removidos. O que sempre se colocou para a integração é a logística das aldeias. Quando se coloca a proposta da criação do Mosaico da Calha Norte ainda é uma questão de sonho. Reforçou o pleito feito pela fala da Cecília Apalaí: os indígenas do complexo Tumucumaque são invisíveis para o Pará. O acesso aos direitos sociais é reconhecido e atendido pelo Governo do Amapá. Os indígenas enxergam no mosaico uma forma de serem reconhecidos, através do mosaico. Enquanto os técnicos falam por suas instituições, os quilombolas e indígenas falam de suas casas, não dá para colocar na mesma balança. Estamos perdendo tempo de construir o mosaico que queremos e precisamos, sem excluir os limites, a legalidade, a morosidade da FUNAI em se mexer. Mas, nos foi permitido ter acesso a um conceito novo, que se pode diminuir com a cegueira institucional. Existe um potencial e ele deve ser aproveitado.



Organização



Participação e Apoio



Financiam





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

4.4. Novas perspectivas para a gestão ambiental e territorial dos territórios quilombolas: construindo instrumentos de apoio no âmbito das políticas públicas

Por Renata Apoloni, MMA - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável / Departamento de Extrativismo / Gerência de Agroextrativismo. (renata.apoloni@mma.gov.br - Tel: (61) 2028-1589/2028-1293 -)

Atualmente existem 2.849 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares-FCP (até 20 de maio de 2016) e 164 territórios quilombolas titulados pelo INCRA, além dos reconhecidos pelos órgãos estaduais.



Foto 11: Renata Apoloni (Foto: Rafael Araújo)



Organização



Participação e Apoio



Financiam





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Principais marcos regulatórios utilizados para construir os instrumentos de gestão ambiental e territorial dos quilombos:

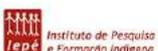
- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) 68 - "*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos*".
- Decreto nº 4.887/03 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ADCT.
- Decreto nº 5.150/04 - Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.
- Decreto nº 5.758/06 Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.
- Decreto nº 6.040/07 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- Lei nº 12.651/12- Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa no Brasil.

O Ministério do Meio Ambiente utilizou esses marcos regulatórios para nortear a agenda de trabalho iniciada em 2013 com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para elaborar proposta de regularização ambiental em terras quilombolas no que concerne ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e para instituição do Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental.

Em 2015 e 2016 iniciou-se o processo para proposição da minuta de diretrizes para a Gestão Territorial e Ambiental em terras quilombolas. Como estratégia foi contratada consultoria técnica e realizadas duas oficinas nacionais e seis oficinas locais nos territórios quilombolas de Alcântara/Maranhão, Brejo dos Crioulos/Minas Gerais, Lagoa dos Campinhos/Sergipe, Erepecu/Pará, Kalunga/Goiás e Campinho da Independência/Rio de Janeiro.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

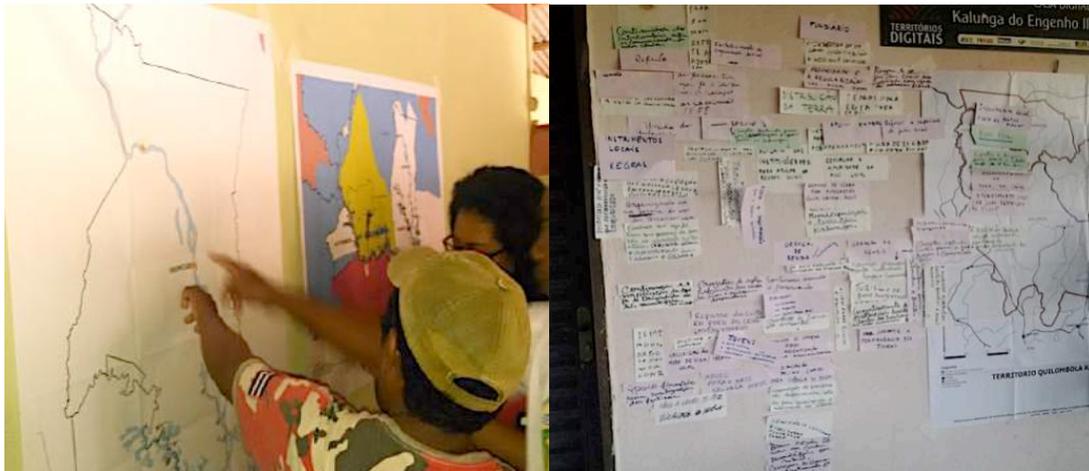


Foto 12: Subsídios produzidos em oficinas em territórios quilombolas (Fonte: Renata Apoloni, MMA)

Esse processo culminou na publicação da Portaria do MMA nº 298, de 21 de julho de 2016, que instituiu o Grupo de Trabalho (GT) para propor diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Territórios Quilombolas e ações para sua efetiva implementação.

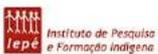
PORTARIA Nº 298, DE 21 DE JULHO DE 2016

Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de propor diretrizes para elaboração do Plano Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Quilombola e propor ações para sua efetiva implementação.

Figura 7: Portaria que instituiu o Grupo de Trabalho Quilombola.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

O GT é composto pelo MMA - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável; Secretaria de Biodiversidade e Florestas; Serviço Florestal Brasileiro; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) - Ministério da Justiça e Cidadania, por meio da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). O GT tem o prazo de 120 dias, prorrogável por mais 120. Seu objetivo é elaborar e propor uma minuta que ampare o processo para a instituição de um instrumento formal que ampare a Gestão Territorial e Ambiental dos Territórios Quilombolas.

A Minuta do Documento-base para Elaboração de Diretrizes para Gestão Territorial e Ambiental em Territórios Quilombolas está elaborada e em processo de consulta junto aos territórios quilombolas.



Foto 13: Entrega de exemplares da Minuta a lideranças quilombolas (Foto: Rafael Araújo)



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Entre os principais desafios Renata destacou: construção de espaços de diálogo intra e interinstitucional, definição do *lócus* institucional, recursos humanos e financeiros, mobilização da sociedade civil.

Os próximos passos previstos pelo MMA são:

- **Projetos de Apoio à GTA em territórios quilombolas** – oficina para capacitação em elaboração de relatórios de execução técnica e financeira e assinatura de contratos (24 e 25 de novembro de 2016);
- Captação de recursos para a realização de novas Chamadas Públicas para apoio a projetos;
- **GT GAT Quilombola** - Pactuação de Plano de Trabalho e metodologia;
- Mobilização de parceiros, recursos humanos e financeiros para realização de consultas;
- Divulgação permanente da pauta (e do documento base de diretrizes) e capilarização das discussões junto aos parceiros e comunidades quilombolas.

A apresentação da Renata Apoloni pode ser acessada no seguinte link:
<https://drive.google.com/open?id=0B7slgqa6w6gMSHRmVnNwU2JuNHc>



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do Pará e Amapá

5. DEBATES REGIONAIS – APROFUNDAR QUESTÕES REGIONAIS LIGADAS ÀS ÁREAS PROTEGIDAS DA CALHA NORTE DO PARÁ E DO ESTADO DO AMAPÁ

5.1. Participação dos povos e comunidades tradicionais na criação do Mosaico de Áreas Protegidas da Calha Norte do Pará

O moderador César Haag inicia o debate destacando a importância da construção coletiva para o processo de formação do Mosaico Calha Norte. Sugere que haja um esforço durante o SAPEG para delinear as diretrizes de uma Consulta Livre, Prévia e Informada para o reconhecimento do Mosaico. Cita o Mosaico da Amazônia Oriental e convida os participantes do mosaico para compartilharem a experiência com a plenária. Encerra sua fala pedindo que as comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas se manifestem para que se legitime o processo de escuta dos povos do território do Mosaico de Áreas Protegidas da Calha Norte do Pará.

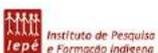
Francisco Paes - FUNAI Bahia: apresenta a publicação do “Protocolo de Consulta Wajãpi”, onde é explicado como as consultas devem ser feitas; o papel do governo em consultar os povos; o momento certo para a consulta (antes que as decisões sejam tomadas); e da necessidade da boa-fé das instituições. Ao final reconhece a imensa dificuldade que a instituição FUNAI tem para realizar as consultas, reconhecendo a importância das parcerias para viabilizar o processo.

José Wagner - Secretaria municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMMATUR) de Laranjal do Jari: convidado para falar da experiência vivida no processo de formação do Mosaico da Amazônia Oriental. Segundo ele na ocasião técnicos do ICMBio visitaram as instituições e comunidades, informando sobre o que é o mosaico. Durante o processo foram tiradas dúvidas e houve a participação de várias comunidades. Relatou que já se reconhece a importância do mosaico na redução do desmatamento na RESEX Cajari, por exemplo.

Paulo Russo - ICMBio Brasília: destacou que além da importância do recorte territorial cartografado, o órgão colegiado do mosaico tem extrema relevância no processo. Ele resgatou o contexto do reconhecimento do Mosaico da Amazônia Oriental e ressaltou o papel do Conselho do



Organização



Participação e Apoio



Patrocinador





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Mosaico, que, antes mesmo de sua criação assegurava o diálogo entre os povos e instituições, contribuindo para o seu reconhecimento.

Wendell Andrade - IDEFLOR-Bio: se colocou na posição de receber todas as críticas direcionadas ao poder público sobre o processo não inclusivo de formação do mosaico. O mesmo pediu desculpas, reconhecendo que houve problemas de comunicação, mas sinaliza que se deve avançar. Ele convidou a plenária a sair do círculo de críticas repetitivas para avançar na busca coletiva de soluções práticas. Ele via o SAPEG como uma excelente oportunidade para tanto. Propôs que se pensasse nas soluções partindo das seguintes perguntas: 1- O que nos une enquanto mosaico? 2- Quais são os desafios comuns? 3- Como vamos operacionalizar o mosaico, como será pós criação? Como cultivar nossa relação de confiança? 4- Quais serão competências de cada um? E encerrou sua fala dizendo que a melhor resposta é aquela construída por várias mãos.

Ângela Kaxuyana - liderança indígena: se reportou às falas do dia anterior dizendo que as falas foram calorosas, porque eles estão falando das suas vidas. Disse que os indígenas ali representados aceitam as desculpas do Wendell, do Imazon, do Joanísio, e ainda esperam as desculpas do Iepé. Afirma que no II SAPEG se iniciou o processo de diálogo e que os povos estão interessados em contribuir para a construção do mosaico, mas que isso só vai acontecer de forma conjunta.

Elzo Picanço - Secretaria municipal de Meio Ambiente (SEMMA) de Oriximiná: questionou o porquê dos órgãos municipais não terem sido consultados e informados durante o processo de formação do Mosaico Calha Norte. Solicitou que fosse registrada a necessidade de inclusão do poder público municipal no processo.

Silvano Silva - ACORQAT: relatou que sua instituição se sente ameaçada, pois mesmo com a participação ativa no processo de criação da FLOTA, foram desconsideradas as suas reivindicações. E hoje tentam desafetar seus territórios num processo complexo. Questionou se as áreas em processo de titulação continuarão nesse cenário. Segundo ele, as lideranças e comunidades estão preocupadas e carecem de informações para no futuro decidirem se apoiam ou não a criação do mosaico.

Rogério - ARQMO: questionou se o mosaico ajuda ou dificulta em relação aos grandes projetos, citando as hidrelétricas, os projetos madeireiros e minerários.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

O moderador esclareceu que o mosaico amplia e fortalece a discussão sobre a entrada dos projetos na região.

Denis Pereira - Engenheiro Florestal: esclareceu a possibilidade de concessão nas áreas públicas, informando como o mosaico poderia atuar.

Luiz Farias - liderança quilombola: declarou que sem a participação as comunidades não concordam com a proposta. Ressalta que tudo deve ser feito com consulta.

Dona Maria Jorge - conselheira da FLOTA do Paru: relatou a negligência do poder público em sua comunidade. Informou que sua família está na região há 120 anos e que sabe o que um mosaico significa: é sinônimo de preservar.

Para contemplar à necessidade de construir uma agenda conjunta para realização de consulta a respeito do reconhecimento do Mosaico Calha Norte, ficou acordado entre os presentes que no final do dia, após a programação, os participantes voltariam a se reunir no auditório do Hotel Mirante.

O que não pode deixar de acontecer na consulta sobre o Mosaico Calha Norte?

Passo anterior:

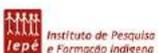
- Mostrar no mapa territórios indígenas e quilombolas;
- Mapear todas as áreas que querem fazer parte do mosaico;
- Mosaico com suas gentes e territórios dentro;
- Começo de uma conversa sobre mosaico.

1. Mosaico
2. Consultas
3. Ordenamento territorial

- Discussão sobre mosaico pauta das reuniões de conselhos gestores das Unidades de Conservação.
- .
- Quilombolas: precisamos conversar melhor com as bases.
- Extrativismo na FLOTA do Paru com passagem pela ESEC Jari.
- Tem muitas unidades nesse mosaico, mas a gente não vê gente dentro desse mosaico.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

- Os municípios também têm que fazer parte da conversa sobre esse mosaico.
- Queremos o mosaico?
- Conversar com as comunidades ribeirinhas.
- Política de concessões florestais.
- O que nos une enquanto mosaico?
- Estabelecimento de um plano de trabalho com um norte para a conversa.

Os quilombolas solicitaram apoio com material didático apropriado para explicar o que é mosaico e apoio logístico para discutir nas comunidades (combustível e alimentação). Depois disso, eles responderiam se aceitavam ou não entrar na composição do mosaico.

Indígenas Terra Indígena Mapuera: Solicitam a presença do Estado em uma de suas Assembleias para explicar o que é mosaico;

Indígenas Kaxuyana-Tunayana (rios Trombetas e Nhamundá): o Iepé irá apoiar as consultas nas comunidades.

5.2. Os planos e projetos para a comunicação das áreas protegidas do Amapá

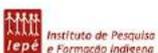
Este debate foi realizado com os representantes do Amapá no Hotel Borari. Houveram três palestrantes que apresentaram as experiências na área da comunicação implementados ou em fase inicial no mosaico da Amazônia Oriental e nas unidades de conservação do Estado do Amapá.

5.2.1. Plano de Comunicação do Mosaico da Amazônia Oriental

Por Marcos Pinheiro, Rede Mosaicos.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do Pará e Amapá

Quando se pensa em comunicar conceitos, informações, conhecimento sobre conservação da natureza e sobre as populações tradicionais que nela habitam, é importante compreender o grande desafio das áreas protegidas: Incluir seus objetivos no processo de desenvolvimento da região.

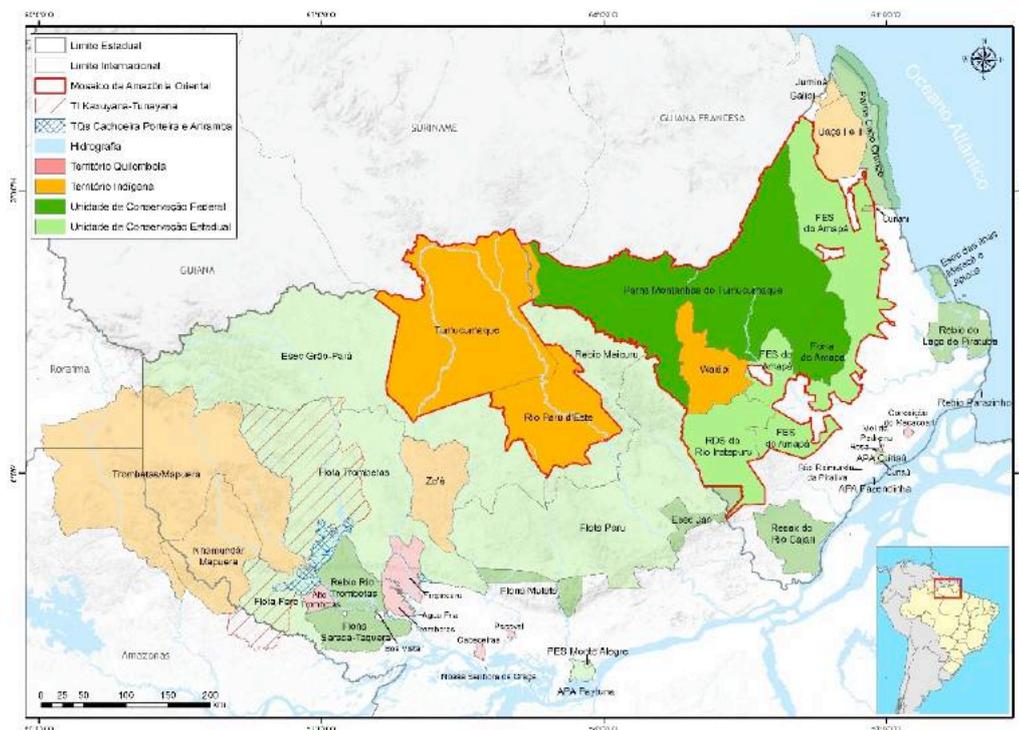


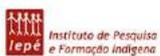
Figura 8: Mosaico da Amazônia Oriental (Fonte: Imazon)

A Comunicação caminha lado a lado com a Educação, pois as duas são:

- Instrumento de conservação da natureza
- Consciência das pessoas (apoio ao conselheiro)
- Contra informação



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Quem trabalha em áreas protegidas lida com uma diversidade cultural que desafia quem quer comunicar e espera que as pessoas assimilem as informações. Por isso, foi criado o método dos 4P, usado para construir o Plano de Comunicação do Mosaico da Amazônia Oriental. O conteúdo desse método deve ser construído em oficinas participativas onde os diversos segmentos da comunidade ou da organização possam ter vez e voz para usar a imaginação e criar estratégias adequada à realidade da região onde estão localizadas as áreas protegidas e seu entorno.

O nome "4-P" deriva de quatro seções principais da oficina:

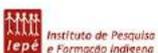
- Avaliar os **problemas** de conservação para serem enfocados pela educação e comunicação;
- Identificar e analisar o **público** da estratégia;
- Determinar a grande parte de **produtos** apropriados para alcançar esse público;
- Desenhar um **plano** de ação.

Figura 9: Método 4P (Fonte: Marcos Pinheiro, Rede Mosaicos)

O **primeiro** P são os **problemas**, as ameaças ou as mudanças ambientais negativas, que ocorrem dentro de uma região. O **segundo** P são os **públicos** com quem se quer comunicar. O **terceiro** P são os **produtos**, ou seja, as ferramentas de comunicação, atividades ou eventos através dos quais se atingirá os públicos-alvo. O **quarto** P é o **plano**. Este é o último passo da oficina e deve resultar em estratégias que serão usadas para criar iniciativas específicas de consciência ecológica



Organização



Participação e Apoio



Patrocinador





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

na região. As pessoas devem se conduzir a pensar criativamente sem a limitação de tempo ou orçamento/recurso financeiro.

Mídia Impressa	Televisão	Rádio	Eletrônico
Notícias históricas	Notícias	Entrevistas	Sites
Charges	Documentos	Notícias	Banners
Editoriais	Entrevistas	Shows	E-mails
Editoriais opinativas	Serviços (anúncios)	Programa religioso	Protetor de tela
Suplementos	Dramas locais	Programas temáticos	Mídias sociais (Facebook, Twitter, Instagram)
Livrinho/Brochura	Novelas	Serviços	Foto de capa (Facebook)
Notícias factuais		Jingles	
Histórias em quadrinhos		Rádio comunitária	

Figura 10: Ferramentas de comunicação e educação (Fonte: Marcos Pinheiro, Rede Mosaicos)

Promocional	Eventos	Educacional	Outros
Quadro para cartazes	Festivais	Manual do professor	Projetos demonstrativos (jardins, hortas)
Canções	Concursos (fotos, ensaios, músicas, poesias etc)	Bibliotecas	Intercâmbio (comunidades)
Camisetas	Eventos religiosos	Viagens / Excursões escolares	Mapeamento dos recursos (comunidades)
Bonés	Encontros comunitários	Gibis	Oficinas de capacitação
Bolsas	Conferências, oficinas,	Livros de contos	Embaixadores /



Organização



Participação e Apoio



Financios





2^o Seminário
 Áreas Protegidas do
 Escudo das Guianas
 Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
 a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
 do **Pará e Amapá**

	seminários etc		celebridades
Adesivos	Excursões	Eco clubes	Prêmios ambientais
Calendários	Concertos	Desfiles	Viagens de campo
Lápis e canetas	Teatro	Concursos para crianças	Press frio
Estojo	Exposições de fotos	Experiências e pesquisas (apresentações de marionetes, participações teatrais etc)	
Crachás	Vídeos	Exposições	
Brochuras	Barracas em eventos	Jornais infantis	
Banners	Desfiles	Pátio escolar / praças	
Cartões postais	Eventos de limpeza	Jogos	
Newsletter	Eventos Esportivos	Projetos / festivais (música, dança etc)	
Folders	Desfiles	Gincanas	

Figura 11: Exemplos de produtos de comunicação e educação (Fonte: Marcos Pinheiro, Rede Mosaicos)



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Exemplos de datas importantes

- 26 de janeiro.....Dia Internacional da Educação Ambiental
- 2 de fevereiro.....Dia Mundial de Áreas Úmidas
- 21 de março.....Dia Mundial da Silvicultura
- 22 de março.....Dia Mundial da Água
- 9 de abril.....Dia Internacional das Aves
- 22 de abril.....Dia da Terra
- 22 de maio.....Dia Internacional da Biodiversidade
- 5 de junho.....Dia Mundial do Meio Ambiente
- 8 de junho.....Dia Mundial dos Oceanos
- 26 de junho.....Dia Internacional das Florestas Tropicais
- 9 de agosto.....Dia Internacional dos Indígenas
- 22 de setembro.....Dia Internacional das Praias Limpas
- 3 de dezembro.....Dia Mundial da Conservação
- ANIVERSÁRIO DO MOSAICO E/OU DAS ÁREAS PROTEGIDAS E TERRAS INDÍGENAS

Figura 12: Exemplos de datas importantes para se comunicar com os públicos-alvo (Fonte: Marcos Pinheiro, Rede Mosaicos)

A principal finalidade da etapa do **plano** é priorizar os produtos e os públicos-alvo. O resultado pode ser uma matriz de planejamento, onde conste a data, o produto/atividade, o local, o público, o objetivo e a instituição responsável.

Data	Produto/ Atividade	Local	Público	Objetivo	Instituição responsável

Figura 13: Exemplo de matriz de planejamento (Fonte: Marcos Pinheiro, Rede Mosaicos)

A apresentação do Marcos Pinheiros pode ser acessada no seguinte link:
https://drive.google.com/open?id=OB_YjP6MOaBxZRjVOUzFXLTIXSVU



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

5.2.2. Projeto de Educomunicação do Mosaico da Amazônia Oriental

Por Cassandra Oliveira, PNMT/ICMBio-AP (cassandra.oliveira@icmbio.gov.br - Tel. (96) 3243-1555 - Skype: oliveira.cp)

A Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA) é o marco legal utilizado na construção e implementação do Projeto de Educomunicação do Mosaico da Amazônia Oriental.

O projeto começou a ser construído no seminário interno do Mosaico em 2015. Nele foram identificados os pontos que precisavam ser fortalecidos no âmbito geral e no interno.

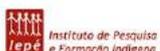
GERAL	INTERNO
<ul style="list-style-type: none">• Compreensão do que é o Mosaico;• Compreensão do que é Gestão Integrada;• Conhecimento dos objetivos das áreas protegidas para o desenvolvimento regional.	<ul style="list-style-type: none">• Envolvimento dos conselheiros nas ações do Mosaico;• Reconhecimento das ações conjuntas como sendo do mosaico;• Rotina de ações para além das reuniões;• Integração das agendas áreas protegidas envolvendo jovens de forma transversal;• Falta posicionamento e influência política do mosaico;• Instrumentos de comunicação para os conselheiros darem retorno as comunidades;• Grande rotatividade de conselheiros;• Falta de informações sobre impactos na natureza e conflitos sociais;• Carência de pesquisa científica.

Também foram identificadas demandas diretas de ações de comunicação, no geral e internamente.

GERAL	INTERNO
<ul style="list-style-type: none">• Compreensão do que é o Mosaico;• Compreensão do que é Gestão	<ul style="list-style-type: none">• Integração das agendas das Unidades de Conservação, Terras Indígenas e assentamentos envolvendo jovens



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

<p>Integrada;</p> <ul style="list-style-type: none">• Conhecimento dos objetivos das áreas protegidas para o desenvolvimento regional;	<p>de forma transversal;</p> <ul style="list-style-type: none">• Melhorar os instrumentos de comunicação para os conselheiros retornarem a informação às comunidades;• Falta de informações sobre impactos na natureza e conflitos sociais.
--	--

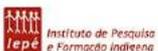
Além das demandas diretas de ações de comunicação, foram identificadas as indiretas:

- Envolvimento dos conselheiros nas ações do Mosaico (papel do conselheiro);
- Reconhecimento das ações conjuntas como sendo do Mosaico;
- Rotina de ações para além das reuniões;
- Falta posicionamento político do Mosaico.

Essas demandas são geradas pela falta de influência política e carência de pesquisa científica. As reflexões a cerca dessas problemáticas levaram os participantes do seminário do Mosaico definirem a necessidade de construir um Plano de Comunicação que contemplasse os conceitos da educomunicação. A Educomunicação prima pela inversão das relações de poder, a necessidade de novos grupos de aprendizagem e a visão crítica e autônoma do mundo. A partir disso, definiu-se a (Edu)Comunicação como Estratégia de inserção Regional. As ações e públicos pensados em 2015 foram: Jovens Protagonistas, Oficina de Jovens Editores da FLONA Amapá, Biodiversidade nas Costas Tumucumaque, Cinegrafistas Indígenas Wajãpi e Curso de Pedagogia de Projeto em Temas Ambientais (CPPTA).



Organização





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**



"A comunicação não é uma extensão de uma ação revolucionária. Ela é, e deve ser, a ação revolucionária em si mesma." Santiago Álvarez

Foto 14: Jovens Protagonistas do Amapá (Fonte: Cassandra Oliveira, PNMT/ICMBio AP)

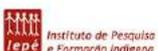
O resultado do seminário gerou uma proposta de Projeto de Educomunicação do Mosaico aprovado pelo ARPA que tem como público alvo: Conselheiros do mosaico e das áreas protegidas, Jornalistas e Comunicadores, Órgãos Gestores das áreas protegidas, Poder Público local e Sociedade Local.

Os principais objetivos são:

- Integrar as agendas das Áreas Protegidas e Assentamentos Agrícolas, envolvendo os jovens de forma transversal;
- Promover o entendimento do papel do conselheiro;
- Elaborar e disponibilizar instrumentos de comunicação para que os conselheiros retornem as informações às suas comunidades;
- Estimular a construção de posicionamento político do Mosaico;
- Sistematizar e estimular a geração de conhecimento sobre os impactos na natureza e conflitos socioambientais.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

Para atingir esses objetivos serão realizadas as seguintes ações:

- Organizar a comunicação interna da Secretaria Executiva com os conselheiros do Mosaico;
- Articulação de agendas;
- Visitas institucionais;
- Manter espaços virtuais de divulgação (Site, Facebook e Blogs);
- Desenvolver materiais impressos sobre a importância das Áreas Protegidas;
- Levantamento fotográfico de paisagens humanas / naturais do Mosaico;
- Pesquisa;
- Apoiar a divulgação do Mosaico pelos conselheiros;
- Banners para Exposição Itinerante;
- Folheto do Mosaico
- Cartilha Ilustrada sobre as comunidades;
- Kit do conselheiro;
- Mobilizar outros atores chaves para apoiar a divulgação do Mosaico;
- Representação do Mosaico em eventos do território;
- Realizar Oficinas de Capacitação para Jornalistas e Comunicadores;
- Oficinas de Educomunicação com jovens.

A apresentação da Cassandra Oliveira pode ser acessada no seguinte link:

https://drive.google.com/open?id=0B_YjP6MOaBxZdjhzVFp1NUwyTnc

5.2.3. Plano de Comunicação das Unidades de Conservação Estaduais do Amapá

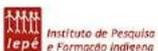
Por Jair Borges, SEMA Amapá (jairborges_ap@hotmail.com - Fone: (96) 40099450/98124-6198)

O Amapá possui cinco unidades de conservação estaduais:

- Área de Proteção Ambiental da Fazendinha



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

- Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú
- Reserva Biológica do Parazinho
- Floresta Estadual do Amapá
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru

O Plano de Comunicação reúne dados necessários para transmitir as informações, de maneira adequada, sobre todas as Unidades de Conservação Estaduais do Amapá, estabelecendo as estratégias, instrumentos e um conjunto de ferramentas de comunicação que deverão ser adotadas entre:

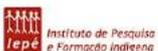
- Gestores x Gestores;
- Gestores x Público residente ou usuários das Unidades de Conservação;
- Gestores x Conselheiros;
- Conselheiros x Conselheiros;
- Gestores x Comunidade Acadêmica/pesquisadores;
- Gestores x Sociedade em geral;
- Gestores x ONG's.

Objetivos Estratégicos do Plano:

- Buscar o amplo envolvimento dos atores com as Unidades;
- Capacitar os membros envolvidos para que eles sejam agentes de comunicação;
- Garantir a divulgação midiática das ações das Unidades de Conservação;
- Promover a disseminação das atividades associadas às Unidades de Conservação;
- Estreitar o relacionamento com os públicos estratégicos.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Metodologia adotada:

Para a elaboração do Plano de Comunicação optou-se pela metodologia “4P”, aplicada no dia 26 de setembro de 2016, em Macapá. Participaram da oficina representantes da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amapá (SEMA-AP), Instituto Estadual de Florestas (IEF), ICMBio, Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), CI-Brasil, facilitadores e convidados.



Foto 15: Oficina de construção do Plano de Comunicação das Unidades de Conservação do Amapá (Fonte: Jair Borges, SEMA-AP)

Nessa oficina foram identificados os principais **problemas** na comunicação:

- Conflito de agendas – impossibilita participação plena;
- Falta de internalização do Mosaico como espaço para gestores;
- Muitas pessoas envolvidas nas Unidades de Conservação e dificuldade de encontrá-las;
- Níveis diferentes de entendimento sobre as Unidades de Conservação;
- Ausência de estrutura de comunicação nas comunidades;
- Lideranças comunitárias sem preparo para comunicação;



Organização



Participação e Apoio



Financios





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

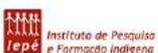
Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

- Falta de divulgação de ações em Unidades de Conservação para o empoderamento;
- Dificuldade na forma de difundir a comunicação – de que forma vamos fazer?;
- Falta de continuidade de ações para manter o diálogo;
- Falta de envolvimento dos atores locais – zona de conforto;
- Falta de domínio da imprensa no tema;
- Distância entre os órgãos e a comunidade;
- Falta de informação;
- Comunicação interna entre os Conselheiros;
- Falta comunicação interna;
- Isolamento das Unidades de Conservação;
- Falta de estratégia de comunicação definida na SEMA-AP;
- Falta de definição de quais veículos de comunicação usar;
- Canal de comunicação com a comunidade;
- Ausência de comunicação no início dos processos;
- Falta de articulação entre gestores estaduais e federais;
- Falta de esforço institucional para gestão integrada das Unidades de Conservação;
- Falta de planejamento.

Elaborou-se um plano de ação para cada unidade de conservação. Na última reunião de avaliação os técnicos da SEMA-AP chegaram à conclusão que eles precisam definir melhor as estratégias de comunicação.



Organização



Participação e Apoio

Financios



2º Seminário
Áreas Protegidas do
Escudo das Guianas
 Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
 a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
 do **Pará e Amapá**

AÇÃO	PRAZO	META	RESPONSÁVEL
Articular com a Secretaria de Comunicação do Estado do Amapá (SECOM) e Rádio Difusora de Macapá (RDM) espaço para divulgação de temas ambientais	Até dez/2016	15min por semana de inserção	Secretário/Diretor da RDM
Elaborar cartilhas sobre: - Funcionamento do Conselho Gestor - APA da Fazendinha: resíduos sólidos, extrativismo ilegal, importância da APA, etc	Até mar/2017 Desenvolvimento e diagramação até abril/2017	200 cartilhas impressas sobre Conselho Gestor 2000 cartilhas impressas sobre a APA	Conteúdo: técnicos da SEM Alotados na CGUC e CCIA Diagramação: Denis. Impressão: Gabinete
Elaborar folders/panfletos/flyers sobre a APA e temas específicos	Até abril/2017	10 a 20 temas elaborados 2000 unidades de cada tema impressas	Conteúdo: técnicos da SEM Alotados na CGUC e CCIA Diagramação: Denis Impressão: Gabinete
Criar página oficial da APA da Fazendinha (Blog) Definir: site de hospedagem, layout, conteúdo	Até março/2017	1 blog criado	Conteúdo: técnicos da SEM Alotados na CGUC e CCIA Diagramação: Denis
Definir logomarca da APA da Fazendinha	Até outubro/2016	1 logomarca definida	Equipe da APA da Fazendinha

Figura 14: Plano de Comunicação da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha (Fonte: Jair Borges, SEMA-AP)

A apresentação do Jair Borges pode ser acessada no seguinte link:
https://drive.google.com/open?id=0B_YjP6MOaBxZZ1kxblpfY2tPNDg

5.2.4. Oficina de Integração das iniciativas de comunicação das Áreas Protegidas do Estado do Amapá





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

No dia seguinte deu-se continuidade ao debate regional sobre comunicação com a realização de uma oficina visando integrar as iniciativas apresentadas. Os participantes formaram subgrupos tendo como referência cinco públicos-alvo e nos que mais se identificavam. Cada subgrupo deveria propor produtos de comunicação, pelo menos duas ações estratégicas e fazer recomendações para as experiências apresentadas no dia anterior. O resultado da oficina encontra-se abaixo:

Público alvo: Moradores Tradicionais não indígenas das Unidades de Conservação



Foto 16: Oficina de comunicação – grupo Moradores Tradicionais não indígenas das Unidades de Conservação (Foto: Rafael Araújo)

1. Produtos de Comunicação:

- Placas de Sinalização, Placas informativas e motivacionais;



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

- Distribuição de camisetas e bonés durante as ações.
2. Ações Estratégicas:
- Encontro dos conselheiros das Unidades de Conservação para troca de experiências e capacitação (preferencialmente encontros bianuais);
 - Capacitação de multiplicadores (professores das escolas locais e líderes comunitários).
3. Recomendações para se trabalhar com o público alvo:
- Trabalhar com formadores de opiniões;
 - Implantação de caixas de sugestões para coletar demandas das comunidades, que posteriormente serão apreciadas nas reuniões dos conselhos gestores;
 - Utilização das radios.

Público Alvo: Poder Público Local



Organização

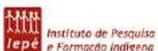




Foto 17: Oficina de Comunicação – grupo Poder Público Local

1. Produtos de comunicação para esse público:

- Desenvolver **Protocolo de Comunicação** que sistematize diretrizes para a comunicação nos seguintes níveis:

- Nível local intra-gestores; (Prefeitos conversarem com seus próprios secretários).
- Nível local: poder público-sociedade civil;

- Desenvolver um **Portfólio** com legislação, políticas públicas especificidades locais, fortalezas e desafios, e informações detalhadas a respeito das áreas protegidas, do Mosaico, e que congregue documentos da própria sociedade civil organizada (como Planos de Gestão Socioambiental das Terras Indígenas) em prol da gestão socioambiental integrada e participativa.

2. Ações estratégicas:

- Consolidar um Fórum Permanente de gestores, com uma agenda própria e pactuada. Um secretariado executivo exercendo a gestão do Fórum, e que se dedique a debater sobre a gestão das áreas protegidas e de seu entorno, a fim de pactuar estratégias conjuntas que transcendam as racionalidades de gestão e facultem a aplicação integrada das políticas públicas sob sua responsabilidade com vistas à promoção da sociobiodiversidade. Esses Fóruns devem pactuar sua agenda;

- O Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia Oriental deve se comprometer a provocar, induzir, estimular e apoiar (financeira e tecnicamente) a criação desses fóruns locais de poder público com essa finalidade.

3. Recomendações para trabalhar a comunicação com os gestores locais:

Recomendamos que no processo de comunicação com gestores locais acerca das áreas protegidas e populações tradicionais de seu entorno:





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

- Criar um Protocolo de Comunicação para estabelecer critérios para a qualificação da informação e dos processos formativos e comunicativos voltados aos gestores;
- Estabelecer parâmetros de continuidade nos processos comunicativos, independentemente da transição democrática decorrente do processo eleitoral;
- Incluir no Protocolo um portfólio no qual se apresente justificativas para esforços conjuntos e integrados em prol da gestão socioambiental integrada, participativa, e comunitária em âmbito municipal e local;
- Criar instrumentos por meio dos quais se qualifique a sociedade civil local, como um todo, e, especialmente, os conselheiros de áreas protegidas e instâncias de governança.
- Consolidar um pacto entre gestores de órgãos (inclusive federais e estaduais, uma vez que esses órgãos possuem técnicos que atuam em âmbito local), e com o poder público local de maneira global (prefeitos, vereadores, secretários e corpo técnico).
- Engendrar processos formativos por meio dos quais a sociedade civil possa, em âmbito local, ocupar instâncias de governança, exigir do poder público local a aplicação desse Protocolo e do Pacto, comprometendo-se a promover fóruns nos quais representantes desse poder possam ser incluídos.
- Transcender as racionalidades de gestão, de maneira a superar a fragmentação inerente às políticas públicas, e de modo a permitir que os gestores locais se articulem para integrar as políticas públicas e seguir as diretrizes pactuadas, comunicando-se entre si, segundo os termos do Protocolo.

Recomendações para além das perguntas:

- Os produtos de comunicação sugeridos devem seguir o Plano de Educomunicação, reiterando sua visão e orientações, inclusive para facilitar a realização das ações previstas, uma vez que o mesmo fornece diretrizes, ações, encaminhamentos e propostas prontas e qualificadas. Como exemplo, Jair Borges fala da estrada do Curiaú e o aplicativo Urubu;
- Levar em consideração a Lei de Acesso à Informação e a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental para Unidades de Conservação (ENCEA) na execução desses processos.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Público alvo: **Jovens – Comunicação com a Juventude**



Foto 18: Oficina de Comunicação – grupo Jovens

1. Produtos de comunicação:

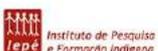
- Utilizar redes sociais como forma de discussão, conscientização e divulgação;
- Criar um espaço de produções artísticas que se diferencie de uma comunicação tradicional – desenhos.

2. Ações Estratégicas:

- Construir um processo de pré-mobilização e de mapeamento;



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

- Utilizar recursos lúdicos e interativos que facilitem a discussão em equipe;
- Trabalhar fora do ambiente escolar;
- Realizar ações fora do período escola – festividades, férias escolares e finais de semana;
- Buscar grupos de diversas expressões artísticas, metodologias e culturais.

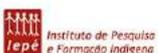
3. Recomendações:

- O repasse de conhecimento feito de jovem para jovem com uma linguagem informal e dinâmica;
- Criar um espaço de discussão onde todos possam contribuir com a construção do processo;
- Quebrar o paradigma da educação formal e trabalhar de forma igualitária.

Público Alvo: Povos Indígenas do Oiapoque



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





Foto 19: Oficina de Comunicação – grupo Povos Indígenas do Oiapoque (Foto: Rafael Araújo)

1. Produtos de comunicação:

- Vídeo produzido pelos indígenas;
- Cartilhas para escolas;
- Comercial para rádio;
- Exposição no Museu Kuahí.

2. Ações Estratégicas:

- Fazer uma oficina de áudio visual com jovens e agentes ambientais para produção de material a ser utilizado nas assembleias do Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque (CCPIO), Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM), encontro jovens e outros eventos;
- Discutir no conselho do Mosaico e nas comunidades de base a inclusão das áreas protegidas do Oiapoque na composição do Mosaico da Amazônia Oriental, ou reconhecer outro mosaico na região;
- Apoiar a criação de uma Reserva Extrativista (RESEX) Marinha.

3. Recomendações:

- Aproximar povos indígenas do Oiapoque das discussões do Mosaico da Amazônia Oriental, incluindo um representante do Oiapoque no conselho do Mosaico;
- Trabalhar com as lideranças caciques, jovens e agentes ambientais;
- Trabalhar junto à FUNAI;
- Trabalhar junto ao CCPIO – conselho dos caciques – 50 aldeias, 4 povos e 3 terras indígenas;
- Participar de reuniões e assembleias;



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

- Realizar oficinas nas aldeias;
- Proporcionar intercâmbios;
- Trabalhar junto com o Núcleo Técnico do (Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA));
- Utilizar estrutura do Museu Kuahí.

Público Alvo: Wajãpi: Apina, Awatac e Apiwata



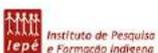
Foto 20: Oficina de Comunicação – grupo Wajãpi: Apina, Awatac e Apiwata (Foto: Rafael Araújo)

1. Meios de Comunicação:

- Manter contato com as organizações indígenas, para que as mesmas comuniquem às comunidades via rádio;



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

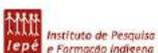
- Produzir vídeos sobre as atividades para divulgar durante as assembleias indígenas, encontro de chefes e reuniões;
- Manter contato pessoal, pelo facebook e whatsapp com as organizações indígenas e agentes socioambientais Wajãpi (ASA) que trabalham com gestão socioambiental da nossa terra;
- Promover trocas de experiências por meio de intercâmbios e visitas, principalmente com as comunidades da Perimetral Norte, no qual há projetos em conjunto;
- Divulgar as informações no site do Mosaico;
- Formar jovens “comunicadores” Wajãpi;
- Enviados sempre os relatórios e Atas das reuniões por e-mail para os conselheiros Wajãpi e para as nossas organizações;
- Utilizar a radiofonia para comunicação. Assim, é necessário garantir rádios de comunicação no plano do mosaico de 2017.

2. Recomendações

- Consultar as organizações Wajãpi: Conselho da Aldeias Waiãpi (Apina), Associação Wajãpi Ambiente, Terra e Cultura (Awatac) e Associação dos Povos Indígenas Waiãpi - Triângulo Amapari (Apiwata);
- Aguardar o Apina divulgar as informações para as comunidades;
- Fazer reuniões dentro da terra indígena Wajãpi, com autorização do Apina, para explicar o trabalho a ser realizado;
- Sempre garantir tempo nas reuniões para a tradução;
- Envolver os parceiros, como o Iepé e a FUNAI;
- Planejar as atividades junto com as organizações, respeitando o calendário das comunidades indígenas.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

6. PAINEL DE EXPERIÊNCIAS DO SAPEG

Durante o II SAPEG houve dois painéis de partilha de experiências: Ordenamento Territorial e Cadeias Produtivas. Os painéis são estratégias para partilhar e trocar experiências, permitindo o acesso a informações sobre políticas públicas disponíveis para as organizações e representantes de comunidades presentes no II SAPEG.

6.1. Experiências de Ordenamento Territorial

6.1.1. Experiência de Ordenamento Territorial da RESEX Tapajós-Arapiuns

Maurício Santa Maria, Chefe da RESEX/ICMBio.

Assumi a gestão da RESEX em 2009, no auge da *insurgência de povos étnicos* que retornaram a sua cultura original depois de anos de repressão. Desde o princípio, preocupou-se em estabelecer um fluxo de gestão lógico na Unidade de Conservação, voltado para a gestão de resultados.

O foco era fazer com que a RESEX alcançasse seu objetivo de criação: garantir o modo de vida das populações tradicionais residentes. Para isso, o próprio Sistema Nacional de Unidades Conservação (SNUC) define que a RESEX deve ser gerida por um conselho de caráter deliberativo. Quando chegou, havia um ano que o conselho não se reunia.

Quando o conselho foi chamado para assumir o seu papel de gestor, as demandas indígenas não eram tratadas dentro do conselho e os gestores não concordavam com essa discussão. Às vezes, quem está dentro do processo não consegue entender, sendo necessário uma opinião externa. Quando se dá um passo para trás, às vezes se consegue visualizar o todo de forma mais ampla.



Organização



Participação e Apoio





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**



Foto 21: Maurício Santa Maria, chefe da RESEX Tapajós-Arapiuns (Foto: Rafael Araújo)



Organização





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

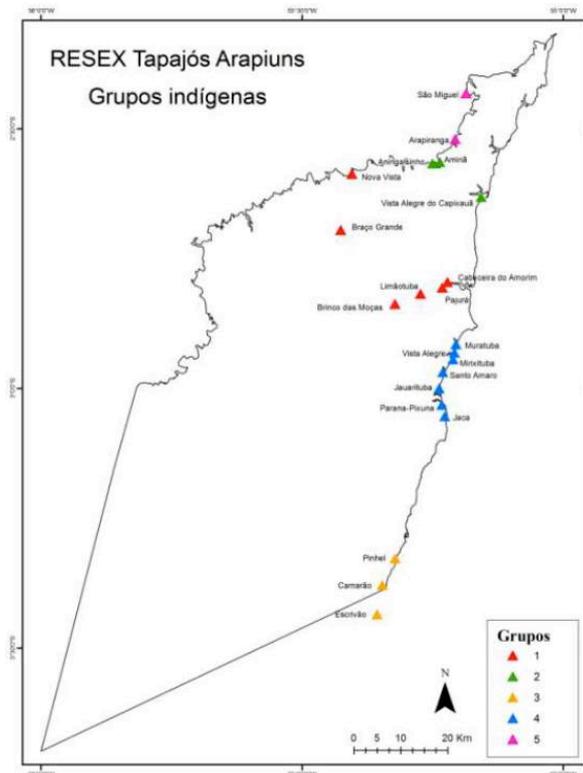


Figura 15: Mapa do Ordenamento Territorial da RESEX Tapajós-Arapiuns (Fonte: Maurício Santamaria)

Em 2010, visualizando que o conflito entre identidades indígenas e não indígenas se iniciava na RESEX, o ICMBio/Brasília, com apoio do Programa das Nações Unidas (PNUD) contratou um estudo sobre a questão identitária na RESEX Tapajós-Arapiuns.

O pesquisador trabalhou na RESEX Tapajós-Arapiuns com o apoio dos gestores e das comunidades. Após quase dois anos, foi publicado o relatório preliminar, destacando que as demandas indígenas não eram debatidas dentro do conselho gestor da RESEX. Isso nos fez olhar para a composição do conselho.



Organização



Participação e Apoio



Financiado





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

Nessa ocasião, o conselho era formado por 12 organizações comunitárias moradores da RESEX, dos quais 11 representavam os interesses dos não indígenas e apenas uma representava os indígenas. Então aquela organização não tinha poder político no conselho para aprovar ou colocar qualquer demanda de seu interesse a ser debatido pelos demais do grupo.

A partir daí houve uma reflexão do conselho e conseguimos estabelecer um caminho natural para o aprimoramento da RESEX, voltado para os instrumentos de gestão da Unidade de Conservação. Isso, porque houve o entendimento sobre a necessidade de formalidade dessa discussão nos instrumentos de gestão, como conselho e plano de manejo. Esses seriam as melhores ferramentas para internalizar esse processo dentro da gestão, para que não haja perdas com a nova composição do conselho.

Nesse sentido, a preocupação era estabelecer um caminho lógico para trazer todos os grupos de moradores da RESEX (indígenas e não indígenas) para dentro do processo de gestão. Isso foi iniciado em 2010 com a reformulação do conselho gestor, passando de uma para quatro organizações que representavam os interesses indígenas. Em 2013, o conselho foi novamente reformulado passando de quatro para 12 organizações que representavam os interesses indígenas. Em novembro de 2015, o conselho sofreu a última reformulação, onde quase 50% das organizações dos moradores da RESEX representam os interesses indígenas.

6.1.2. Experiência de Ordenamento Territorial da Floresta Nacional do Tapajós

Por José Risonei Assis da Silva - Chefe da FLONA Tapajós/ICMBio (jose-risonei.silva@icmbio.gov.br - Fone: (93) 3522-0564 / 99158-8128)

A Floresta Nacional do Tapajós foi criada pelo Decreto nº 73.684 de 19 de fevereiro de 1974. Seus limites foram alterados pela Lei 12.678 de 25 de junho de 2012. Atualmente sua área abrange 527.319 hectares. Desses, 111.217 hectares estão sob gestão exclusiva do ICMBio. Os contratos de concessão de direito real de uso somam 76.933,63 hectares.

Em 2015, as Terras Indígenas foram reconhecidas em sobreposição a FLONA Tapajós pelas portarias de posse permanente nº 567 e 568 do Ministério da Justiça. Através destas, o Ministério



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

reconheceu a Terra Indígena Bragança-Marituba com 13.515 hectares e a Terra Indígena Munduruku-Takuara com 25.323 hectares.

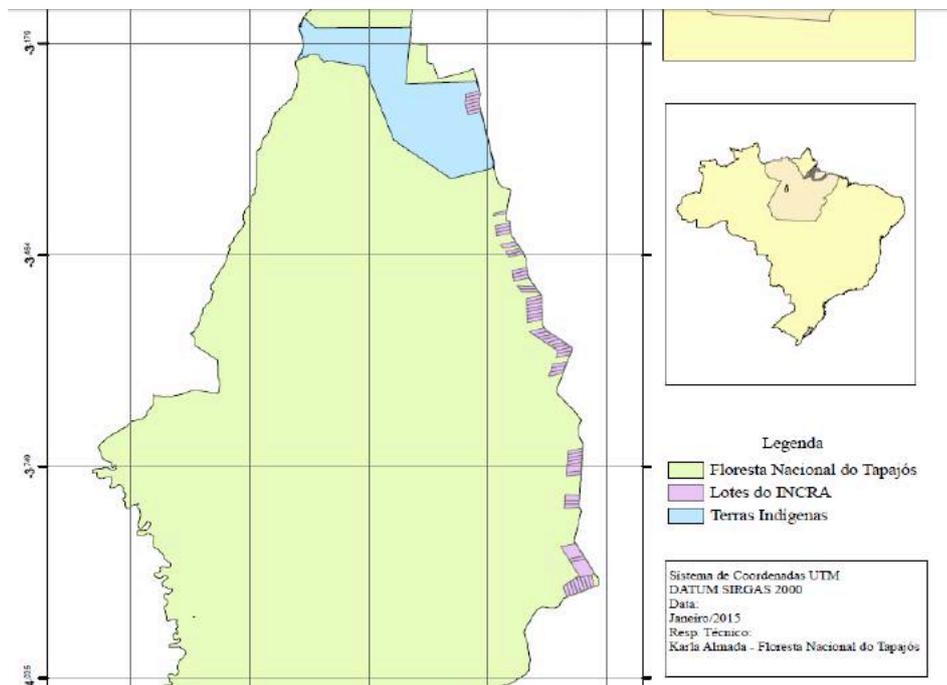


Figura 16: Ordenamento Territorial da FLONA Tapajós (Fonte: José Risonei Assis da Silva, Chefe da FLONA Tapajós)

Considerando esse cenário, os principais desafios da gestão estão focados em:

- Identificar a representação legal dos indígenas;
- Manter a relação de confiança mútua para conservação da natureza e o respeito aos direitos territoriais e culturais indígenas;
- Revisar o Plano de Manejo da FLONA do Tapajós considerando esta nova conjuntura;
- Melhorar o arranjo interinstitucional voltado à gestão da área protegida em sobreposição;



Organização



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

- Elaboração e implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental em consonância com o Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) e o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP).

A apresentação do José Risonei da Silva pode ser acessada no seguinte link:
https://drive.google.com/open?id=0B_YjP6MOaBxZNUdISVjdWs4Vlk

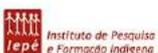
6.1.3. Os desafios para o ordenamento territorial no Trombetas

Por Joanísio Mesquita, IDEFLOR-Bio, Pará (Gerente da Região Administrativa Calha Norte II /Florestas Estaduais de Faro, Trombetas e Paru–Fone:(91) 98849-4949, (93) 99110-4984 - joanisiomesquita@gmail.com / FLOTAs.calhanorte@gmail.com)

O IDEFLOR-Bio é responsável pela gestão de 25 Unidades de Conservação distribuídas no Estado. As maiores Unidades de Conservação sob gestão do Estado estão localizadas da calha do rio Nhamundá à calha do rio Jari, permeadas por terras indígenas e territórios quilombolas, região conhecida como Calha Norte. Esta região tem um histórico de ocupação iniciado nas décadas de 1960 e 1970 com a abertura de estradas, como a perimetral norte e a BR 163.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**



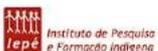
Foto 22: Vila de Cachoeira Porteira (Fonte: Joanísio Mesquita. IDEFLOR-Bio)

Na foto é possível observar como essa região foi ocupada para atender aos diversos interesses de construção de hidrelétrica e mineração, além do Projeto Jari, no município de Almeirim.

Nas décadas de 1960 e 1970, o Governo Federal tinha a expectativa de ter uma hidrelétrica no rio Trombetas. No entanto, desde de 1880, essa região era habitada por quilombolas que haviam fugiram de fazendas localizadas na calha do Rio Amazonas. Além disso, indígenas também habitavam a região antes dos quilombolas. Com o início dos trabalhos para a instalação da hidrelétrica, essas populações foram atropeladas, sofrendo retirada sistemática de indígenas que habitavam os rios Cachorro, Mapuera e Trombetas. Esses indígenas foram levados para o Parque Indígena do Tumucumaque. Muitos sobreviventes desse período ainda contam essa história e como aconteceu essa violência.



Organização





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**



Foto 23: Joanísio Mesquita, IDEFLOR-Bio (Foto: Rafael Araújo)

O tempo passou, hoje se tem outro cenário. A hidrelétrica não foi construída. Passados quase 40 anos, grupos que habitavam nessa região retornam e encontram uma outra situação. Em 2006, o governo estadual cria as Florestas Estaduais de Faro, Trombetas e Paru.

O pedido de titulação do Território Quilombola de Cachoeira Porteira foi protocolado 2004. No entanto, o Governo do Estado, naquele momento, não reconheceu os atuais moradores como remanescente de quilombos, mas como trabalhadores da Andrade Gutierrez.

Concomitante é iniciado o processo de criação da Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana. Isso gerou um conflito interinstitucional, porque o Governo do Pará e o Governo Federal, através da FUNAI, estabeleceram uma disputa pelo território, envolvendo duas populações que historicamente conviviam de forma harmoniosa. Isso tem levado muito tempo. Depois de muitas idas e vindas à Brasília, da intervenção do Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, sendo parceiros, dando alternativas para que se conseguisse dialogar e contornar essa situação, além de muitas



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

reuniões dos conselhos, foi estabelecido como única pauta da FLOTA do Trombetas, a questão de território. Essa é prioridade máxima definida pelo conselho. Enquanto não for definida a questão do território os conselheiros não querem discutir outra pauta. O Governo chegou a fazer um estudo para o manejo florestal, mas o conselho gestor se recusou e o Governo acatou a sua decisão.

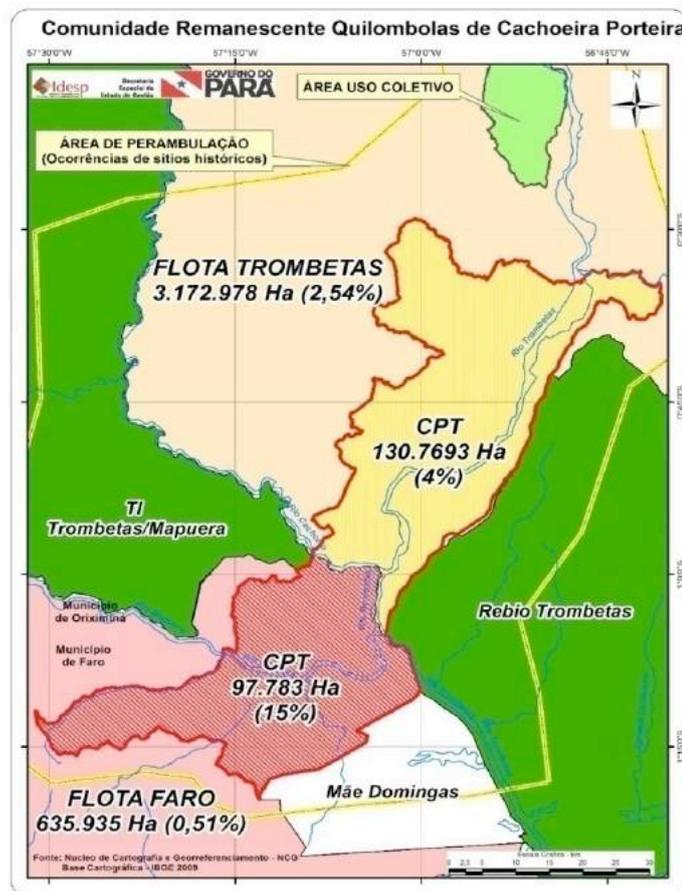


Figura 17: Situação do território da Comunidade Remanescente Quilombola de Cachoeira Porteira (Fonte: Joanísio Mesquita, IDEFLOR-Bio)



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

Para a titulação dos territórios quilombolas há necessidade de desafetação das FLOTAs de Faro e Trombetas. Já houve o pedido formal pelas comunidades. O IDEFLOR-Bio e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) deram parecer favorável. Atualmente, o processo encontra-se na Casa Civil, nas mãos do Governador. É ele que encaminha à Assembleia Legislativa. Somente a Assembleia pode modificar a Lei que criou as FLOTAs. Aprovada, o Governador sanciona, publica no Diário Oficial do Estado e o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) titula.

A apresentação do Joanísio Mesquita pode ser acessada no seguinte link:
https://drive.google.com/open?id=OB_YjP6MOaBxZRkpFWEpkMGZYTUk

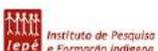
6.1.4. Projeto Radiografia da Amazônia e as Áreas Protegidas do Amapá

Por Patrick Farias, SEMA-AP.

Base cartográfica é um conjunto de plantas, cartas e mapas de determinada uma região. Os temas variam de acordo com os objetivos e vocação de cada lugar. Na avaliação de um determinado território considera-se como temas básicos: vegetação, malha viária, hidrografia, relevo, localidades e limites administrativos.



Organização



Participação e Apoio



Fineancios





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**



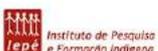
Foto 24: Patrick Farias, SEMA-AP (Foto: Rafael Araújo)

Para a gestão territorial trata-se de informação de grande relevância, pois conforme definição da Organização das Nações Unidas (ONU), “a cartografia é a primeira ferramenta a ser utilizada antes que outras possam ser postas em trabalho. Ela deve ser bem especificada, normatizada, executada e controlada para que todas as atividades possam ser construídas sobre uma representação precisa e atual do espaço geográfico”.

Apesar dessa importância, existe um grande vazio cartográfico no Estado do Amapá, conforme é possível observar na imagem abaixo.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2^o Seminário
Áreas Protegidas do
Escudo das Guianas
Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do Pará e Amapá

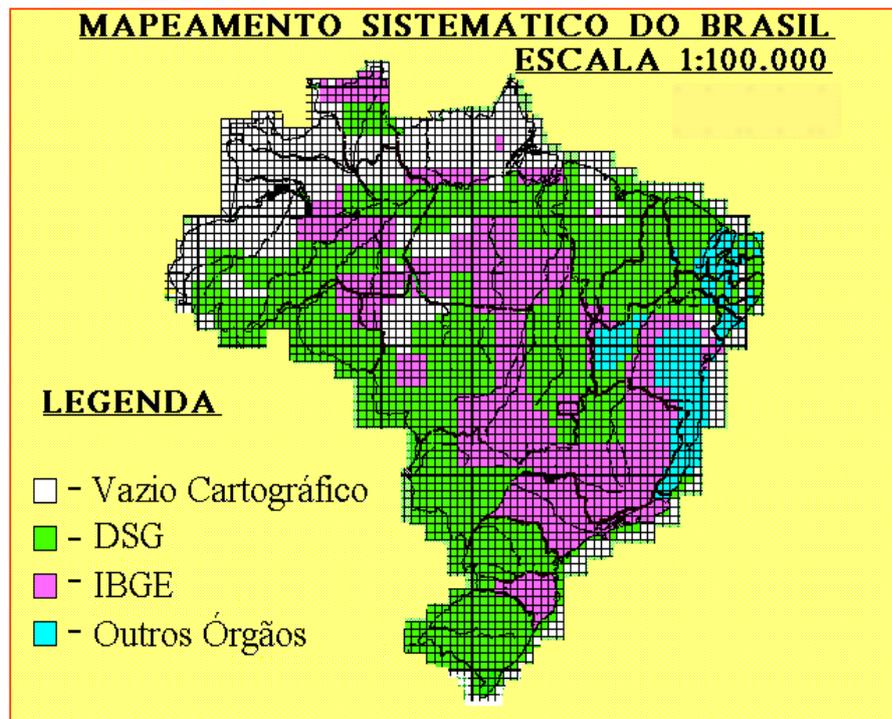


Figura 18: Vazio cartográfico do Estado do Amapá (Fonte: Patrick Farias, SEMA-AP)

Esse vazio cartográfico traz inúmeras consequências como:

- Informações “desencontradas”, incoerentes. As informações espaciais não coincidem.
- Informações cartográficas não correspondem a realidade, induzindo a graves erros de gestão e planejamento.
- Mau investimento do recurso público para gestão de informação espacial. Sobreposição (insumos e produtos).
- Mapeamentos realizados para atender finalidades específicas.
- Escalas inadequadas.
- Informações desatualizadas e incompletas.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Existe um interesse comum no mapeamento da Amazônia demonstrado pela Serviço Geográfico do Exército (DSG), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), Força Aérea Brasileira (FAB), Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil (DHN) e Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Essa preocupação culminou com a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica entre os interessados, visando à consecução do projeto denominado **“Radiografia da Amazônia”**, previsto no Programa de governo nº 0496, Ação Orçamentária 114H, do Plano Plurianual 2008-2011. Esse projeto compõe-se de três subprojetos: Cartografia Terrestre, a ser executada pela **DSG**, com apoio da FAB; Cartografia Geológica, a ser executada pela **CPRM**; e Cartografia Náutica, a ser executada pela **DHN**.

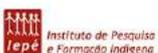
As Etapas de Planejamento compreendem:

- 1- Conhecer as Especificidades do Local;
- 2- Planos e Estratégias para Desenvolvimento;
- 3- Produtos e Temas;
- 4- Custo Benefício.

No âmbito do Estado do Amapá, o convênio foi assinado em abril de 2014 entre a Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) com o Exército Brasileiro/DSG: Centro de Imagens e Informações Geográficas do Exército (CIGEx) e 4ª divisão de levantamento (DL) em abril de 2014 e publicado no Diário Oficial do Estado e da União em maio de 2014. O Banco Nacional de Desenvolvimento Sustentável (BNDS) fez a avaliação e o primeiro desembolso saiu em agosto de 2014. A SEMA-AP participa do convênio como Interveniente Técnica. Ou seja, depositária e administradora da base cartográfica. A base depois de pronta será pública, gratuita e de livre acesso. Para isso, o usuário deverá se cadastrar e criar um login e uma senha para entrar no sistema e baixar as imagens que precisar. Quando a base estiver concluída ela estará disponível para todas as Áreas Protegidas do Estado.



Organização



Participação e Apoio

Financiam



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Do ponto de vista prático a base cartográfica contribuirá efetivamente na gestão das Áreas Protegidas, no monitoramento de ameaças como o avanço e aumento do desmatamento no seu entorno. Além disso, o projeto fornecerá:

- 1 - Sistemas de Informações Geográficas para Gestão;
- 2 - Monitoramento de áreas alteradas;
- 3 - Delimitação de Áreas de Preservação Permanente (APPs);
- 4 - Zoneamento de Unidades de Conservação;
- 5 - Monitoramento de ameaças e/ou problemas das Unidades de Conservação.

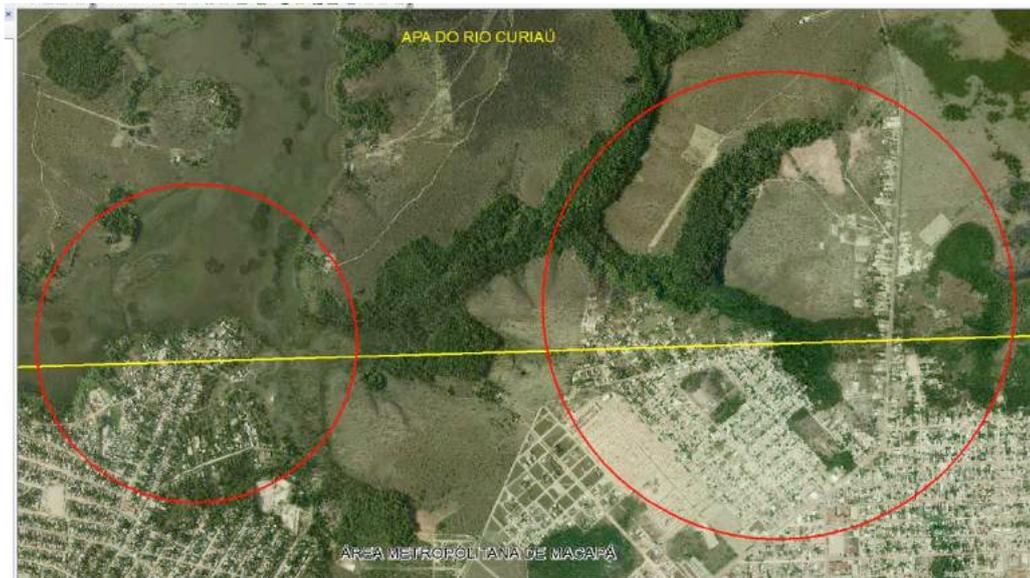


Figura 19: Avanço do desmatamento sobre a APA do Rio Curiaú (Fonte: Patrick Farias, SEMA-AP)

Outro benefício muito importante da base cartográfica são as imagens das áreas urbanas e rurais dos municípios que fornecerão subsídios para o planejamento territorial e definição de



Organização



Participação e Apoio



Financios





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

políticas públicas mais adequadas para potencializar oportunidades e minimizar ou eliminar problemas e ameaças.

Os próximos passos do projeto são:

- Aquisição da infraestrutura necessária para o armazenamento, segurança e distribuição da Informação;
- Elaboração do Plano Cartográfico Estadual;
- Definição da Política Cartográfica do Estado do Amapá;
- Capacitação de servidores para manutenção da Base Cartográfica;
- Capacitação de servidores para utilização os dados gerados para a gestão da informação;
- Divulgação do Projeto e disponibilização dos produtos;
- Celebração de Convênio com Exército para elaboração da Base Cartográfica cadastral das Sedes Municipais.

A apresentação de Patrick Farias pode ser acessada no seguinte link:

https://drive.google.com/open?id=0B_YjP6MOaBxZSFF4TkFGX20xX2M

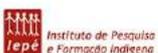
6.1.5. A experiência de planejamento territorial de Juruti e o impacto sobre a gestão das Áreas Protegidas

Por Ellen Acioli, Conservação Internacional-CI.

O planejamento territorial visa principalmente fazer a gestão da interação ser humano/espaço natural. Ou seja, consiste no planejamento das ocupações, no potencial do



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

aproveitamento das infraestruturas existentes e assegurar a preservação dos recursos naturais. Além disso, permite saber que ferramenta usar para ser efetivo no uso e conservação.

No caso do Município de Juruti, conforme é possível observar na foto abaixo, em 2007 haviam muito mais áreas verdes que em 2014. Em sete anos a perda de florestas e o avanço do concreto foi significativa. Isso tem impacto direto na qualidade de vida da população e na diminuição de espécies da fauna silvestre. Já que muitas são endêmicas das áreas onde a cidade avança.



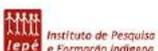
Foto 25: Situação da cobertura vegetal na área urbana do Município de Juruti em 2007 e 2014 (Fonte: Ellen Acioli, CI)

No início do processo de discussão do planejamento territorial de Juruti foram identificadas algumas oportunidades, como:

- Zoneamento Ecológico Econômico Municipal;
- Atualização do Plano Diretor;
- Cadastro Técnico Multifinalitário;



Organização



Participação e Apoio



Financios





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

- Plano Estratégico de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Município de Juruti.

Para integrar os dados pré-existentes e os que precisavam ser atualizados, assim como definir Indicadores Municipais de Juruti, considerou-se a necessidade de ser criado um Laboratório de Geodados Municipal, o GeoJuruti. Atualmente esse laboratório está em funcionamento e o grande desafio é convencer técnicos e funcionários das secretarias municipais e iniciativas do terceiro setor e de empresas da necessidade de concentrar os dados no GeoJuruti, pois a intenção é transformá-lo em um banco de dados do Município e não de governo.

Um dos resultados das discussões durante o planejamento foi a criação do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Lago Mole, pois nas pesquisas identificou-se que esse lago é um berçário que fornece peixe para os outros de seu entorno. Ou seja, além de contribuir para a preservação de inúmeras espécies, o lago ainda abastece os lagos usados por ribeirinhos, que têm na pesca a sua principal fonte de renda.

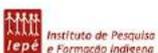
Quanto ao Lago Jará foi identificado que está ocorrendo ocupação desordenada. Ele tem potencial de uso público e necessita de um plano de desenvolvimento territorial e de criação de uma área protegida.

Outras ações também importantes estão em andamento:

- Geodados coletados e em monitoramento;
- Plano de conhecimento e turismo ecológico de base comunitária atrelado a Rota do Turismo do Estado do Pará;
- Atrelado (fortalecido) aos programas, planos e políticas públicas – ZEE, Política Municipal de Meio Ambiente, Pacto da Sustentabilidade.



Organização



Participação e Apoio

Financios



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**



Foto 26: Consulta pública que criou o Refúgio de Vida Silvestre Lago Mole (Fonte: Ellen Acioli, CI)

A apresentação de Ellen Acioli pode ser acessada no seguinte link:
https://drive.google.com/open?id=0B_YJP6MOaBxZZHBkdzFORjhBRnM

6.2. Experiências de Cadeias Produtivas

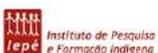
6.2.1. Origens Brasil: Sistema de garantia de origem para produtos oriundos de Territórios de Diversidade Socioambiental

Por Patrícia Cota Gomes, Coordenadora Sênior do Origens Brasil, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (www.origensbrasil.org.br / patricia@imaflora.org – Fone:(19) 3429-0800)

O Origens Brasil® nasceu de um desafio de aproximar os produtos dos povos das florestas (produção extrativista) com o mercado e o consumidor.



Organização



Participação e Apoio



Financiado





2º Seminário
Áreas Protegidas do
Escudo das Guianas
Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**



Figura 20: Exemplo do uso da tecnologia digital para vender produtos oriundos da floresta (Fonte: Origens Brasil)

O Origens Brasil atua na Amazônia nos territórios do Calha Norte e no Xingu. Usando o slogan “onde tem essa marca, tem um produto ou uma empresa que respeita os territórios de diversidade socioambiental”.

O Origens Brasil possui uma plataforma, onde os produtores são cadastrados. Lá são inseridas as informações do produto, do local da produção e do produtor (como a sua história de vida). A plataforma digital disponibiliza as informações e os indicadores de impacto da iniciativa (como produção, preços, compradores, etc). Cada produto final comercializado (como exemplo, pão integral) possui um QRcod em sua embalagem que dará acesso a plataforma. Isso tudo ajudar a contar a história para o consumidor.

O Origens Brasil utiliza três tipos de indicadores de impacto: econômico, socioambiental e de governança.

Econômico	Socioambiental	Governança
<ul style="list-style-type: none"> • Transparência, ética e respeito à realidade local nas 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento e modo de vida tradicional; 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços coletivos de diálogo para tomada de decisão;



Organização

Participação e Apoio

Financiam



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

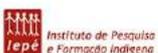
<ul style="list-style-type: none">• negociações;• Repartição de benefícios entre empresas e produtores;• Fortalecimento e formalização de parceiras comerciais;• Preço pago ao produtor;• Valorização da origem dos produtos;• Gestão da produção;• Ações coletivas;• Distribuição de renda.	<ul style="list-style-type: none">• Manutenção da cultura;• Vínculo com o território;• Proteção do território;• Conservação;• Relações sociais;• Bem-estar;• Subsistência e segurança alimentar;• Conflitos.	<ul style="list-style-type: none">• Autonomia das organizações no processo de comercialização.
---	---	--

Todo o processo de certificação, o estabelecimento de parcerias e o monitoramento são realizados por instituições de apoio, populações, associações/cooperativas e pelo administrador.

Para divulgar seus produtos os produtores participam de eventos (como feiras), onde expõem painéis com informações sobre a origem dos produtos. Esses painéis também ficam disponíveis nas comunidades, empresas parceiras e instituições de apoio.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**



Foto 27: Patrícia Cota Gomes, Origens Brasil (Foto: Rafael Araújo)

O território onde o processo está mais avançado é no Xingu, onde tem uma Rede de Produtores funcionando. Nela participam 245 produtores, distribuído em 38 aldeias com suas cantinas de produção de castanha, mel, artesanato, cumaru, babaçu, copaíba e borracha.

As empresas que participam, apoiam a iniciativa e adquirem os produtos são:

Empresa	Produtos
Grupo Pão de Açúcar, através do Caras do Brasil	Mel e outros produtos
Wickbold	Castanha
Mercur	Borracha
Firmenich	Copaíba e cumaru
Tucum	Artesanato
Atina	Farinha de babaçu



Organização



Participação e Apoio



Financiam





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

A apresentação de Patrícia Cota pode ser acessada no seguinte link:
<https://drive.google.com/open?id=0B7slgqa6w6gMbzM5SG9aa1FjcFk>

6.2.2. Experiência do Manejo Florestal Comunitário da FLONA Tapajós

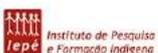
Por Jeremias Batista Dantas, Cooperativa Mista da FLONA Tapajós-COOMFLONA.

A Floresta Nacional do Tapajós é uma Unidade de Conservação de uso sustentável, localizada às margens do rio Tapajós, no estado do Pará, ocupando uma área de aproximadamente 527.000 hectares. Criada em 1974, é a Unidade de Conservação federal na categoria de Floresta Nacional, sendo a que mais abriga pesquisa científica do país. Em 2013, estavam sendo realizadas 65 tipos de pesquisa segundo o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO).

No final dos anos de 1990, a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO), uma organização intergovernamental que promove a conservação de florestas tropicais e sua gestão sustentável, uso e comércio, implantou uma concessão empresarial florestal sustentável na FLONA.



Organização



Participação e Apoio



Financiado



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**



Foto 28: Jeremias Dantas, COOMFLONA (Foto: Rafael Araújo)

Em 2001, o IBAMA, através do ProManejo, fomentou a elaboração do Estudo de Viabilidade Prévia da Implantação de um Plano Piloto de Manejo Florestal Comunitário na FLONA Tapajós. Baseado nesse estudo, em 2003, o IBAMA publicou a Portaria 40 e implantou o Projeto Ambé, de caráter piloto. Em 2005, foi criada a Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós (COOMFLONA), como ente econômico e detentor do Plano de Manejo.

O manejo florestal feito por empresas madeireiras consiste na administração de florestas naturais para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando os mecanismos de sustentação dos ecossistemas, utilizando múltiplas espécies, assim como produtos e subprodutos da flora e serviços ambientais.

Enquanto o **manejo florestal comunitário** é a execução do plano de manejo florestal realizado por povos e comunidades tradicionais beneficiários das RESEXs, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), FLONAs e FLOTAs.



Organização





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**



Foto 29: Inventário florestal, etapa: medição de árvores (Fonte: Jeremias Dantas, COOMFLONA)

As etapas do manejo florestal comunitário são:

- 1) Macroplanejamento: quando se faz o dimensionamento da Unidade de Produção Anual (UPA) e planejamento da infraestrutura;
- 2) Inventário florestal 100%: nesta etapa deve-se localizar, identificar, medir e avaliar as árvores dentro da Unidade de Trabalho (UT)
- 3) Estabelecimento de critérios para a colheita:
 - Árvores acima de 155 cm de circunferência à altura do peito (CAP) ou 50 cm de diâmetro à altura do peito (DAP);
 - Árvores com fustes retilíneos (1 e 2);



Organização



Participação e Apoio



Financios





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

- Árvores não ocadas;
- São deixadas como remanescente 10% ou 3 árvores por 100 hectare/espécie de árvores aptas para corte e todas as árvores com DAP abaixo de 50 cm;
- As espécies selecionadas para colheita são aquelas que apresentam potencial comercial e quantidade de árvores suficiente para garantir sua continuidade.

4) Colheita: nesta etapa são realizadas atividades de derruba, planejamento de arraste, arraste de toras, romaneio e baldeio; e, processamento de dados.



Foto 30: Manejo florestal comunitário. Etapa: Colheita de árvores (Fonte: Jeremias Dantas, COOMFLONA)

Em 2013, o manejo florestal comunitário realizado na FLONA Tapajós recebeu a certificação do Forest Stewardship Council (FSC), no padrão SLINF. A permanência da certificação implica que o



Organização



Participação e Apoio



Financiam





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

manejo seja realizado por pequenos produtores e o mesmo garanta benefícios sociais, ambientais e econômico na FLONA.

Os recursos oriundos da comercialização da madeira são divididos com os manejadores comunitários (sistema de cota) e o restante é distribuídos da seguinte forma:

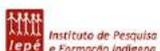
- Fundo de Investimento – 45%
- Fundo de Apoio Comunitário – 15%
- Fundo Saúde – 5%
- Fundo da Reserva – 10%
- Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – 5%
- Decisão da Assembleias Geral – 20%

Os benefícios gerados pelo manejo florestal comunitário e pela COOMFLONA até o presente momento são:

- A COOMFLONA gera aproximadamente 150 postos de trabalho diretos no período da safra;
- Colabora de forma significativa no aumento da renda e qualidade de vida dos moradores da FLONA.
- 2016 → Previsão de repasse de 2 milhões para manejadores cooperados nas atividades do manejo.
- Interação com as comunidades, discutindo as demandas, os desafios e construindo uma agenda coletiva;
 - Apoio logístico e financeiro para a realização das assembleias da Federação, Associação Intercomunitária do Tapajós (AITA) e Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais do Tapajós (ASMIPRUT).



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**



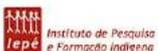
Foto 31: Cooperados da COOMFLONA (Fonte: Jeremias Dantas, Vice-presidente)

Entre os desafios que a COOMFLONA enfrenta atualmente pode-se destacar:

- Atuação efetiva juntamente com a Federação em busca de novas alternativas de renda e desenvolvimento da FLONA;
- Distribuição dos benefícios gerados pela COOMFLONA de forma a satisfazer todas as comunidades da FLONA;
- Gerar 400 postos de trabalhos diretos;
- Implantação de uma movelaria, com maquinário semiautomático dentro da área de manejo;
- Implantação de uma serraria dentro da área de manejo, em parceria com a Conservação Internacional do Brasil (CI-Brasil), com recursos do Fundo Amazônia;
- Captação de recursos e Licenciamento;
- Contribuir com o Manejo Florestal em outras Unidades de Conservação, como por exemplo a RESEX Tapajós-Arapiuns;
- Oferecer cursos, treinamentos e intercâmbios baseados na experiência que vem dando certo.



Organização



Participação e Apoio



Financios





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

- As duas unidades de manejo florestal (UMFs), pertencentes a COOMFLONA, foram sobrepostas por territórios indígenas e áreas de pesquisas;
- Em 2016, a área de manejo florestal da COOMFLONA é de aproximadamente 3.000 hectares.

A apresentação do Jerimias Dantas pode ser acessada no seguinte link:
<https://drive.google.com/open?id=0B7slgqa6w6gMS25XNTctbjBsMHM>

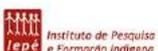
6.2.3. A experiência de Oriximiná com o repasse de recursos financeiros oriundos da Concessão Florestal da FLONA Saracá-Taquera

Por Marcello Borges, ICMBio (marcello.borges@icmbio.gov.br - (93) 99192-9137 / 354907229) e Elzo Picanço, SEMMA Oriximiná (Chefe de Controle Ambiental – SEMMA/ORX, Tesoureiro do FUMDAM/ Membro do COMDEMA e Conselho Gestor - Fone: (93) 99135-3932 - e-mail: pmosematur@yahoo.com.br / er-picanco@bol.com.br)

A Floresta Nacional de Saracá-Taquera uma Unidade de Conservação de uso sustentável, criada pelo Decreto número 98.704 de 27 de dezembro de 1989, publicado no D.O.U. de 27/12/89. Possui 429.600 hectares, dos quais 135.304,46 são destinados à concessão florestal. Possui um grande potencial de recursos naturais renováveis (madeira e outros produtos não madeireiros), além de outros não renováveis (bauxita) e importância ecológica significativa. Esses fatos, aliados às características ambientais dessa área transformaram-na em Unidade de Conservação prioritária na proteção e conservação de importantes ecossistemas do bioma floresta tropical existente na Região Norte do Brasil.



Organização



Participação e Apoio



Financios





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do Pará e Amapá



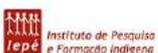
Figura 21: Comunidades localizadas na FLONA Saracá-Taquera. Fonte: Elzo Picanço, SEMMA Oriximiná.

A concessão florestal é a parceria entre o governo e um agente privado para realização de manejo florestal sustentável em florestas públicas. A concessão tem o amparo legal da Lei 11.284/2006 (Lei de Gestão de Florestas Públicas) e do Decreto 6.063/2007 que regulamenta a Lei 11.284/2006.

Os recursos oriundos dessa parceria são distribuídos entre o ICMBio, os estados, os municípios e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), conforme figura abaixo.



Organização



Participação e Apoio



Financios





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do Pará e Amapá



Figura 22: Distribuição dos recursos arrecadados pela concessão em Florestas Nacionais (Fonte: Elzo Picanço, SEMMA Oriximiná)

Oriximiná foi o primeiro município brasileiro a se habilitar para receber recursos gerados pelo uso econômico das florestas públicas federais. O município recebeu do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) um repasse de R\$ 753 mil, referente à produção de madeira sustentável na Floresta Nacional de Saracá-Taquera.



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**



Foto 32: Elzo Picanço, SEMMA Oriximiná (Foto: Rafael Araújo)

Os municípios que quiserem se habilitar para receber recursos devem observar o Art. 39 da Lei nº 11.284/06. No seu 3º parágrafo institui que o repasse dos recursos a Estados e Municípios será condicionado à instituição do conselho de meio ambiente, com a participação dos segmentos interessados.

Além de criar o conselho de meio ambiente, Oriximiná criou também o Fundo Municipal de Desenvolvimento Ambiental (FUMDAM). É no planejamento deste fundo que se define o destino dos recursos oriundos das concessões florestais a partir das necessidades apresentadas pelas comunidades.

São 33 comunidades legíveis a receber os benefícios dos recursos da concessão florestal. Já foram feitas licitações e pregões para atender as demandas de **nove comunidades**. No entanto, 3 não obtiveram seus projetos aprovados devido aos recursos serem inferiores às propostas oferecidas pelas empresas que participaram da licitação. As demais encontram-se com orçamentos em andamento.

Os principais desafios e gargalos enfrentados atualmente na concessão florestal são:





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

- Desinteresse dos construtores;
- Dificuldades logísticas;
- Falta de recursos humanos;
- Demanda do serviço/infraestrutura acima do valor disponível;
- Falta de profissionais;
- Necessidade de revisão das leis;
- Desinteresse dos comunitários;
- Comunidades não legalizadas;
- Desinteresse do comércio local;
- Burocracia.

Para potencializar a experiência recomenda-se:

- Revisão da Lei 11.284/06;
- Recursos do Indicador Social (A3) sejam repassados diretamente às comunidades pelas concessionárias, facilitando a celeridade das distribuições dos mesmos;

As apresentações de Marcello Borges e Elzo Picanço podem ser acessadas nos seguintes links:
<https://drive.google.com/open?id=0B7slgqa6w6gMYjITeWVVN1dETEU> e
<https://drive.google.com/open?id=0B7slgqa6w6gMMDQ5UFVjOGZuQ28>

6.2.4. Como os municípios da Calha Norte podem acessar o FUNDEFLOR?

Por Cintia da Cunha Soares, IDEFLOR-Bio (www.ideflorbio.pa.gov.br)



Organização



Participação e Apoio





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

As concessões florestais no Estado do Pará são realizadas na modalidade de gestão instituída pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei Federal nº 11.284/2006), que a define no Art. 3º, inciso VII, como:

“Delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços numa unidade de manejo, mediante licitação, à pessoa jurídica. Consórcio ou não, que atenda as exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado”.

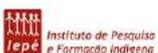
São considerados produtos para a concessão florestal a madeira em tora e material lenhoso residual e produtos não-madeireiros.

A Concessão Florestal no âmbito do Estado do Pará vem sendo implementada desde 2008. Destaca-se que o Pará, foi o primeiro Estado, em 2011, a assinar contratos de concessão de floresta pública estadual, considerando os seguintes avanços:

- Aproximadamente 545 mil hectares de áreas de floresta concedidas;
- 11 contratos de concessão florestal assinados, sendo três no Conjunto de Glebas Mamuru-Arapiuns e oito na FLOTA do Paru.



Organização



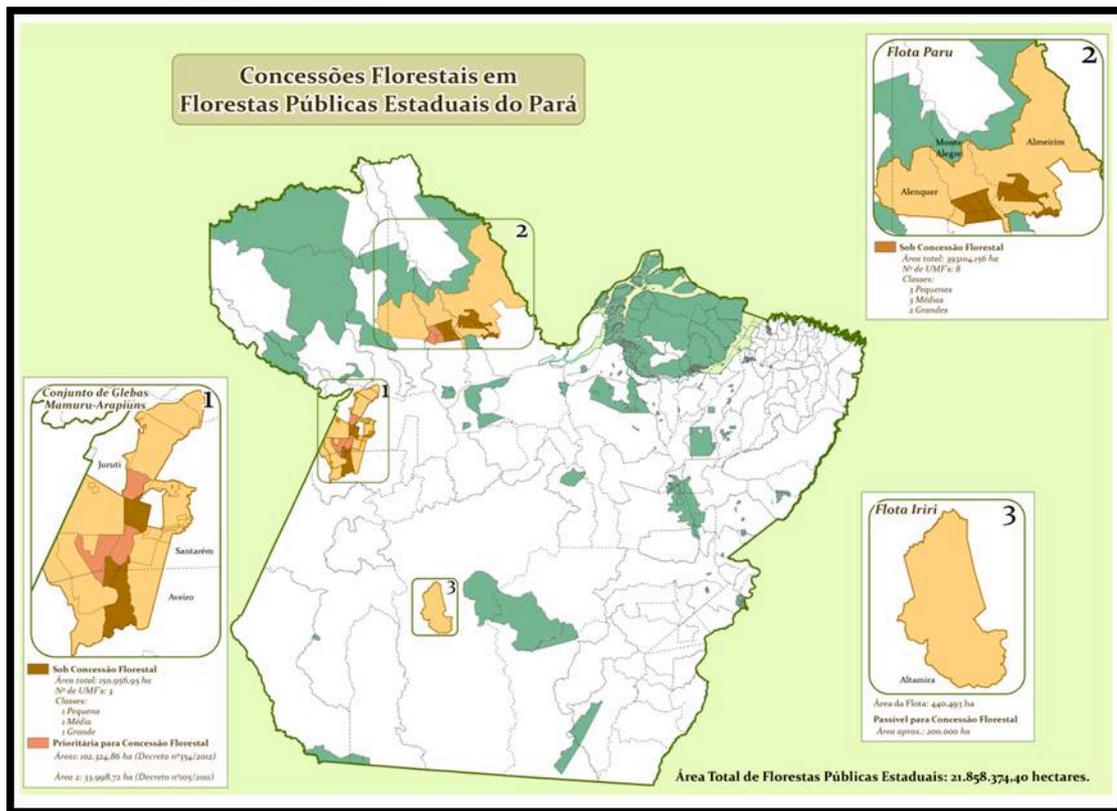


Figura 23: Concessões Florestais em Florestas Públicas Estaduais do Pará (Fonte: Cintia Soares. IDEFLOR-Bio)

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal (FUNDEFLO) foi criado por meio da Lei Estadual nº 6.963, de 16 de abril de 2007, com o objetivo de promover, fomentar e apoiar o ordenamento, a diversificação, a verticalização e a dinamização das atividades sustentáveis de base florestal no Estado. O Fundo é regulamentado pelo Decreto Estadual nº 2.237, de 07 de abril de 2010. Ele é gerido pelo IDEFLOR-Bio, tendo como conselho consultivo a Comissão Estadual de Floresta (COMEF).

O recurso oriundo do FUNDEFLO destina-se a:

- **30%** - *Aparelhamento e funcionamento do Instituto;*



Organização

Participação e Apoio

Parceiros



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

- **30%** - Municípios onde estão situadas áreas florestais de domínio estadual, submetidas ao regime de concessão florestal.
- **40%** - Programas, ações, projetos ou atividades aprovadas pelo IDEFLOR-Bio ou executados sob sua coordenação, de acordo com as linhas de fomento.



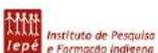
Foto 34: Cintia Soares e Wendell Andrade, IDEFLOR-Bio (Foto: Rafael Araújo)

A aplicação dos 40% é feita através de Edital de Chamada Pública; Convênio ou Gestão Direta. A seleção de projetos que se submetem à Chamada Pública deve:

- Atender às linhas de fomento;
- Atender aos critérios de regionalidade e público alvo (Termo de referência);
- Habilitação jurídica;
- Habilitação técnica;



Organização



Participação e Apoio



Fineancas





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

- Menor valor de apoio apresentado no Plano de Trabalho, desde que comprovada sua viabilidade.

As linhas de fomento atuais são:

- Apoio a pesquisa e ao fomento de manejo florestal e demais modelos de uso e aproveitamento sustentáveis de produtos madeireiros e não madeireiros;
- Fomento a recuperação de áreas alteradas mediante cultivo florestal;
- Capacitação e treinamento de mão-de-obra e agentes envolvidos na cadeia da produção, comercialização e industrialização de produtos e subprodutos florestais;
- Apoio a assistência técnica e a extensão de manejo florestal e cultivo florestal;
- Apoio a difusão e ao aprimoramento de tecnologias inovadoras de beneficiamento industrial de produtos e subprodutos de base florestal.

Seleção de Projetos/Chamada Pública

Quem pode enviar projetos?

Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, incluindo cooperativas.

Quem pode ser beneficiário?

Cooperativas ou associações comunitárias localizadas na área de abrangência ou não, das áreas de concessão florestal, que estejam implementando atividades extrativistas produtivas em florestas nativas.

Quais são os valores dos projetos?

Os custos do projeto serão arcados diretamente pelo FUNDEFLOR, por meio da contratação de instituições prestadoras de serviços, através de licitação. Logo, os projetos não têm um valor específico, apenas precisam estar compatíveis com valor destinado aos projetos no ano que vigorar.



Organização



Participação e Apoio



Fineancios





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

Não há repasse de recursos financeiros. Como os beneficiários terão acesso aos produtos e serviços ofertados?

O FUNDEFLOL realizará contratação, por meio de licitação, de prestadora de serviços ou oferta de produto. Não há transferência de recursos à instituição demandante, nem ao beneficiário, e sim a oferta direta de produtos e serviços.

Como será o acompanhamento dos projetos?

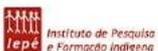
Os projetos serão monitorados por técnicos do IDEFLOR-Bio, por intermédio de avaliações de resultados durante o apoio e, após o seu término.

Os beneficiários e as instituições demandantes serão convidados a participar da estratégia de monitoramento e avaliação da execução dos serviços, colaborando na avaliação das atividades.

A apresentação de Cintia da Cunha Soares pode ser acessada no seguinte link:
<https://drive.google.com/open?id=0B7slgqa6w6gMWHhwdmpOVHhJZFk>



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

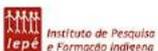
Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

7. REUNIÃO DOS CONSELHOS GESTORES DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Ata no Anexo III.



Organização



Participação e Apoio



Fineancas





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

8. CARTA ABERTA DO II SAPEG

CARTA DO II SAPEG

O II SAPEG foi realizado entre 07 e 09 de novembro de 2016, na vila de Alter-do-Chão, município de Santarém, Estado do Pará. O evento reuniu 218 participantes entre representantes dos governos municipais, estaduais (Pará e Amapá) e federal, lideranças indígenas, quilombolas, ribeirinhas, organizações não-governamentais, conselheiros das Unidades de Conservação e demais atores atuantes nas Áreas Protegidas do Escudo das Guianas – Pará e Amapá, conforme lista de presença em anexo.

Reconhecendo que é consenso que a gestão das áreas protegidas de maneira integrada é mais eficiente, a participação da sociedade civil nesse processo, salvaguardadas às suas demandas e necessidades específicas, é fundamental para que cumpram o seu papel. Nesse sentido, mosaicos de áreas protegidas são modalidades de gestão desejáveis, especialmente quando criados mediante a colaboração plena com a sociedade civil. Assim, os participantes do II SAPEG expressam nesta CARTA alguns encaminhamentos tomados a partir dos debates promovidos no evento:

1. Sobre a Gestão Territorial e Ambiental da Calha Norte:

- a) Manifestamos a necessidade de que o Governo do Estado do Pará e o Governo Federal conduzam efetivamente as demandas legítimas dos povos tradicionais e, paralelamente avancem na gestão ambiental e territorial da Calha Norte do Pará, de modo integrado, sinérgico e complementar, entre os entes do Poder Público e da Sociedade Civil, e cujas responsabilidades devem ser compartilhadas entre os diferentes atores locais e regionais, devido a abrangência e complexidade desta região;
- b) Expressamos a necessidade prioritária de regularização definitiva da Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana e da titulação dos territórios quilombolas de Cachoeira Porteira, Alto Trombetas I, Alto Trombetas II e Ariramba;
- c) Solicitamos com urgência que o Governo do Estado do Pará desenvolva uma agenda conjunta de trabalho com os órgãos federais atuantes na Calha Norte, em especial o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na expectativa de superar os limites institucionais individuais e alcançar metas de implementação de macropolíticas públicas, como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI) e o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). Para isso, na ocasião conclama o esforço de aproximação interinstitucional para o desenho de uma estratégia concatenada de atuação no território;

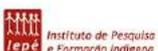
- d) É consenso entre os participantes que a criação e consolidação de novas áreas protegidas é fundamental e desejada, e que a participação da sociedade civil é essencial para que sua implementação e gestão sejam efetivas. Assim, declaramos apoio à criação de uma unidade de conservação municipal em Óbidos.

2. Sobre o Mosaico Calha Norte:

- a) Concordamos que a composição das Áreas Protegidas do Mosaico Calha Norte está aberta, e que não existe nenhuma proposta validada;
- b) A participação das Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e das Unidades de Conservação que tenham moradores descendentes de povos e comunidades tradicionais será amplamente debatida com as comunidades, segundo termos e procedimentos com elas acordados, amparados a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- c) A composição do Conselho Gestor do Mosaico Calha Norte será construída de forma participativa com as comunidades;
- d) As lideranças quilombolas e demais participantes levarão para as suas comunidades e aldeias, as informações que foram debatidas no II SAPEG e para isso, solicitaram apoio logístico e material didático sobre Mosaicos;
- e) Também foi solicitado um documento escrito nas diferentes línguas indígenas, que possa ajudar as lideranças a explicar o conceito de Mosaico em suas aldeias;
- f) Os representantes dos municípios e Conselheiros das Unidades de Conservação, levarão as informações sobre o Mosaico para seus respectivos municípios e instituições;
- g) As lideranças indígenas e as instituições parceiras acordaram com o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), o ICMBio e



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

a FUNAI (Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará e a Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema), o compromisso de construção conjunta de uma proposta técnica de desenho/configuração espacial do Mosaico e o plano de consultas a ser realizado nas Terras Indígenas da Calha Norte;

3. Sobre o Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará - Mosaico da Amazônia Oriental:

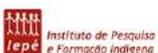
- a) As lideranças indígenas do Amapá sugerem a inclusão de um representante das terras indígenas do Oiapoque, no Conselho do Mosaico da Amazônia Oriental, para debater a possibilidade de incluir em sua composição oficial o Parque Nacional Cabo Orange e as Terras Indígenas UAÇÁ, GALIBI e JUMINÃ; ou a criação de outro mosaico que contemple essas áreas protegidas. Para isso, considera-se necessário que o Mosaico da Amazônia Oriental promova um processo de informação qualificada nas Terras Indígenas do Oiapoque.

Os participantes do SAPEG assinam essa CARTA.

Alter-do-Chão, 09 de novembro de 2016



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

9. ENCERRAMENTO

Wendell Andrade, Diretor de Gestão e Monitoramento de Unidades de Conservação – IDEFLOR-Bio: quero agradecer mais uma vez a todos por terem feito o esforço de vir participar deste seminário. Como representante do Governo do Estado quero assumir algumas limitações e algumas falhas. Mas, nem por isso nos colocamos fora dessa discussão, muito pelo contrário, a nossa postura e da nossa equipe é ser sempre prepositivo. Essa foi uma experiência de muito aprendizado para todos nós. Desejo um ótimo retorno a vocês todos, a gente se ver em breve.

Bruno Caporrino, representante do Iepé Macapá: quero agradecer as lideranças indígenas que vieram participar deste SAPEG, que deixaram suas casas, suas famílias para estarem juntos aqui. E agradecer as instituições que estão presentes, que souberam escutar, para que todos juntos possamos construir o Mosaico.



Foto 33: Bruno Caporrino e Denise Farjado do Iepé (Foto: Rafael Araújo)



Organização



Participação e Apoio



Financios





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Afonso Jesus, representante da FUNAI Amapá e Norte do Pará: nós viemos com uma delegação boa de Macapá. A gente tem que agradecer ao Iepé por impulsionar a nossa vinda. A gente sai muito feliz enquanto Coordenação Regional de ver que houve um entendimento por parte dos indígenas e que a vontade deles ficou garantida dentro desse processo. Então a Coordenação Regional só tem a agradecer a todos e bom retorno.

Paulo Russo, ICMBio Brasília: quero lembrar da dinâmica de apresentação no primeiro dia que faltou colocar um último quem é o Mosaico. Peço que na construção do Mosaico da Calha Norte a gente se inspire no processo do Mosaico da Amazônia Oriental. Porque precisamos caminhar para o entendimento de qual mosaico nós queremos. Não se trata apenas de colocar um limite externo, mantendo as divisões, mas precisamos pensar como vamos gerir, como vamos administrar esse território. Para isso, precisamos ainda exercer certos desapegos. Não é um caminho simples, não é um caminho fácil, mas é possível construí-lo. Mosaico é uma sementinha de gestão de um território, então não é só somar o meu e o seu modo de pensar, e sim juntos construirmos um outro modo de pensar e agir com o outro.



Foto 34: Paulo Russo, ICMBio Brasília (Foto: Rafael Araújo)



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Cacique Aretiná, liderança indígena: quero agradecer a todos, a cada um aqui, eu quero dizer que eu estou muito feliz principalmente pelo esforço do governo. Eu acho que é isso que falta em nós, para que possamos saí muito feliz daqui. Eu estou muito aliviado de não senti culpa do valor usado para eu saí da minha aldeia. É muito caro e quando eu vi a reunião começar pesada, eu fiquei preocupado da gente não consegui saí daqui com um bom diálogo. Mas, hoje eu quero dizer que estou muito feliz pela abertura do diálogo. Começar a reunião atrasada foi necessário porque a gente estava defendendo uma coisa que todo mundo quer que é proteger a floresta, por isso que todo mundo ficou tenso. Todo mundo quer vê a floresta bem, então eu saio daqui muito feliz, eu vou procurar a comunidade para poder dizer que é possível construir um diálogo junto com todos, principalmente com o governo. Obrigado.



Foto 37: Ângela Kaxuyana e Cacique Aretiná, lideranças indígenas (Foto: Rafael Araújo)

Paula Gomes, Vereadora do Município de Óbidos: quero parabenizar os realizadores do evento nessa questão de ouvir a todos, por que nós sabemos que a questão da Amazônia,



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

principalmente quem é Professor, muitas vezes não se dá muita atenção para pensar no povo amazônica. A gente observa agora que muitas pessoas estão envolvidas nesse processo de nos ouvir, mas eu também quero aproveitar para colocar aqui a minha indignação, relacionado ao ponto em que nós colocamos. Eu quero deixar algumas interrogações. Primeiro eu lembro que a representante do IDEFLOR-Bio, Cintia Andrade foi à Câmara Municipal, eu sou vereadora no meu município, justamente com uma proposta de exploração da floresta e agora eu soube que não é possível, mas tem liberação da parte do governo para grupos de fora do nosso município.



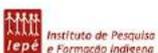
Foto 35: Paula Gomes, Vereadora do Município de Óbidos

Moderador: Registra-se que são angustias de vários municípios da Amazônia.

Joelma, representante quilombola do Amapá: quero agradecer a oportunidade de estar aqui pela primeira vez. Eu vim conhecer o trabalho e conhecer a estratégia como é que funciona, para levar essa informação para o meu povo. Essa é a minha missão, chegar e reunir as comunidades.



Organização



Participação e Apoio



Patrocinador





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

Quero agradecer a oportunidade da gente está aqui, da gente poder construir esse processo que é maravilhoso.

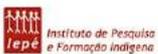


Foto 36: Joelma, representante quilombolas do Estado do Amapá (Foto: Rafael Araújo)

César Haag, moderador: quero agradecer pessoalmente a todos vocês, em especial aos organizadores desse evento, sem os quais antes disso não seria possível. O SAPEG é um ambiente criado para apoiar a articulação entre as instituições atuantes nas Áreas Protegidas, e que para isso precisa ser um ambiente democrático e por vezes contestatório, baseado nas diferenças e liberdade de pensamento e expressão. Desejo que todos voltem em paz e amor para casa, que a gente então continue todos juntos e misturados. Dessa forma encerro solenemente o II SAPEG.



Organização





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**



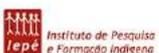
Foto 37: César Haag, moderador do II SAPEG (Foto: Rafael Araújo)



Foto 38: Encerramento do II SAPEG (Foto: Rafael Araújo)



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da Gestão Territorial do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do Pará e Amapá

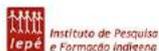
ANEXOS

ANEXO I – Lista das instituições, organizações e áreas protegidas que participaram do II SAPEG

INSTITUIÇÕES, ORGANIZAÇÕES E ÁREAS PROTEGIDAS		
Representação Governamental	Representação não governamental	Áreas Protegidas
FUNAI CR MACAPÁ	APIWATA	APA CURIAÚ
SECRETARIA DE ESTADO E MEIO AMBIENTE DO AMAPÁ	ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS MAPUERA-APIM	TERRA INDÍGENA KAXUYANA-TUNAYANA
EMATER MONTE ALEGRE	MÃE DOMINGAS – ASSOCIAÇÃO MÃE	FLONA AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ	IMAFLORA	PARNA MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIODIVERSIDADE – IDEFLOR-BIO	INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA - IEPÉ	FLONA SARACÁ-TAQUERA
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – SFB SANTARÉM	ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KAXUYANA, TUNAYANA E KAHYANA - AIKATUK	TERRA INDÍGENA TROMBETAS-MAPUERA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – CR3	ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ	FLOTA AMAPÁ
ESCOLAS DE ENSINO TÉCNICO DO PARÁ – EETEPA MONTE ALEGRE	ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE ORIXIMINÁ - ARQMO	REBIO PARAZINHO
EMATER ÓBIDOS	APINA	ESEC JARI
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE	INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON	TERRA INDÍGENA NHAMUNDÁ-MAPUERA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS	COLETIVO JOVEM	FLONA MULATA
EMATER ALMERIM	AMIM	REBIO TROMBETAS
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – CR4	CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL - CI	APA FAZENDINHA
EMATER MÉDIO AMAZONAS	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ERERÊ	RDS IRATAPURU
FUNAI CR SUL DA BAHIA	ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS WAYANA APALAI - APIWA	PARNA CABO ORANGE



Organização



Participação e Apoio

Patrocinadores



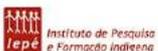
2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

CÂMARA MUNICIPAL DE FARO	SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE ÓBIDOS - STTR	
SEMMA ALENQUER	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES DA ÁREA DO REPARTIMENTO DE ÓBIDOS -ACDAR	
INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ – IFAP LARANJAL DO JARI	ASSOCIAÇÃO DOS MICROS E MINI PRODUTORES RURAIS E EXTRATIVISTAS DA COMUNIDADE DE REPARTIMENTO DOS PILÕES E VILA NOVA - ASMIPPS	
FUNAI CR MACAPÁ – CTL OIAPOQUE	DIOCESE DE ÓBIDOS	
EMATER FARO	INSTITUTO DE FLORESTAS DO AMAPÁ - IEF	
FUNAI CTL SANTARÉM	ASSOCIAÇÃO VILA VERDE	
SEMMATUR LARANJAL DO JARI	ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS ARIRAMBA -ACRQA	
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE	NATUREZA, SOCIEDADE E CONSERVAÇÃO - NSC	
CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ	SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE FARO - STTR	
FUNAI CR MACAPÁ – CTL TUMUCUMAQUE	ASSOCIAÇÃO HORTO FLORESTAL	
SEMMA MONTE ALEGRE	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE CACHOEIRA PORTEIRA - AMOCREQ	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA	WWF BRASIL	
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - MPE	COOPERATIVA MISTA DA FLONA DO TAPAJÓS - COMFLONA	
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA FLOTA DE FARO - AMACEFF	
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR	CONSELHO DOS CACIQUES DO OIAPOQUE	
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ - RURAP	ASSOCIAÇÃO BANDEIRA	



Organização



Participação e Apoio

Patrocinadores



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

PROJETO DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA CUÇURU - PAE	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES PRODUTORES E EXTRATIVISTAS DA COMUNIDADE DE PADARIA – AMPECP	
MUSEU EMILIO GOELDI - MPEG	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DO ALTO TROMBETAS II - ACORQAT	
PROJETO DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA SÃO DIOGO - PAE	AWATAC	
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA DEPARTAMENTO DE EXTRATIVISMO	JOVEM PROTAGONISTA – PERIMETRAL NORTE	
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – BRASÍLIA	COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO - CPI	
	COMUNIDADE SANTO ANTONIO - AP	
	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS TRABALHADORES RURAIS, EXTRATIVISTAS, HORTIFRUTIGRANJEIROS DA COMUNIDADE MORADA NOVA DO JARI – APROMOVA	
	REPRESENTANTE QUILOMBOLA – AMAPÁ	
	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES, AGRICULTORES, EXTRATIVISTAS E AMBIENTALISTAS DA LOCALIDADE DE CACHOEIRA DO PANAMÁ E REGIÃO DO RIO PARU - AMOEXPA	
	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA FLORESTA AGROEXTRATIVISTAS DO VALE DO JARI - COOPERFLORA	
	UNIDADE INTEGRADA DE DEFESA AMBIENTAL – UNIDA	
	COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES E EXTRATIVISTAS DO RIO IRATAPURU	
	JOVEM – RDS IRATAPURU	
	SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE MONTE	



Organização



Participação e Apoio

Patrocinadores



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

	ALEGRE - STTR	
	SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE ORIXIMINÁ - STTR	
	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS SERRA AZUL - APRSA	
	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES PRODUTORES E EXTRATIVISTAS DA COMUNIDADE DE PADARIA – AMPECP	
	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DA PANCADA, ARAÇÁ, ESPÍRITO SANTO, JAUARI, BOA VISTA DO CUMINÁ, VARRE VENTO, JARAUACÁ E ACAPU – ACORQUE	
	RIO CACHORRO E TROMBETAS	
	AGENTE AMBIENTAL INDÍGENA	
	AGENTE SOCIOAMBIENTAL INDÍGENA	
	ASSOCIAÇÃO DE QUILOMBO DA COMUNIDADE ÁGUA FRIA – ACRQAF	
	FUNDAÇÃO JARI	
	ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS TIRIYÓ, KAXUYANA E TXIKUYANA - APITIKATXI	
	CTI	
	ASSOCIAÇÃO FLORESTA PROTEGIDA	



Organização



Participação e Apoio



Parceiros





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do Pará e Amapá

ANEXO II – Lista de participantes do II SAPEG

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	EMAIL	TELEFONE
1	ADEMAR MENDES	FUNAI MACAPÁ		96 998714579
2	ADRIANA SABRINA LAU DOS SANTOS	SEMA – SECRETARIA DE ESTADO E MEIO AMBIENTE DO AMAPÁ APA CURIAU	adrianasabrinlau@yahoo.com.br	96 99162-4308
3	AFONSO DE JESUS RODRIGUES	FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - CR MACAPÁ	afonso.rodriques@funai.gov.br / afonsojesus@bol.com.br	96 98103-9922
4	AKAUPOTYR WAIWAI	APIM – ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS MAPUERA	apiwata@uol.com.br	
5	ALAIN GIORGIO BAIA XAVIER	EMATER - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - MONTE ALEGRE	alain.giorgio@yahoo.com.br	93 99182-6336
6	ALDO ANTÔNIO DA SILVA	APIM – ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS MAPUERA	apim.waiwai@gmail.com	93 99164-4164
7	ALTINO BENTES DE OLIVEIRA GUIMARÃES	PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ	altinobentes@hotmail.com	93 99144-6815
8	ALTINO REGIS DE MELO			93 99102-9035
9	ALUÍSIO SILVERIO DOS SANTOS	MÃE DOMINGAS - ASSOCIAÇÃO MÃE DOMINGAS DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS ABUI, PARANA, TAPAGEM, SAGRADO CORAÇÃO E	maedomingas1@outlook.com	93 99100-1376



Organização

Participação e Apoio

Parceiros



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

		MÃE CUÉ		
10	ANA BLASER		ana.bblaser@gmail.com	11 99535-9526
11	ANA PATRÍCIA COTA GOMES	IMAFLOA	patricia@imaflora.org	19 3429-0800
12	ANDRÉIA COSTA DANTAS	IDEFLOR-BIO – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIODIVERSIDADE	andreiadantas.tur@gmail.com	
13	ANDREIA DA SILVA VAZ	IEPÉ – INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA	andrea@institutoiepe.org.br	93 98100-0158
14	ANDRESSA NEVES	IMAFLOA	andressa@imaflora.org	93 99239-3323
15	ANGELA KAXUYANA	AIKATUK - ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KAXUYANA, TUNAYANA E KAHYANA	aikatuk@gmail.com	91 98905-1324 / 93 99162-9126
16	ANGELO DE LIMA FRANCISCO	SFB – SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SANTARÉM	angelo.francisco@florestal.gov.br	
17	ANTÔNIA CARVALHO PINTO DA SILVA	ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ		96- 99185.0310
18	ANTONIO CARLOS PINTES	ARQMO – ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE ORIXIMINÁ	carlospintes1@hotmail.com	93 9124-3303 / 93 99158-6492
19	ANTÔNIO EDILSON SENA	ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - CR3	antonio.sena@icmbio.gov.br	
20	ANTÔNIO JORGE	PDS SERRA AZUL		93 99221-0366
21	ANTÔNIO VIANA KANAHTXI	TI KAXUYANA – TUNAYANA		

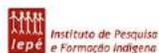




2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

	KAHYANA			
22	ARI CARLOS PRINTES	MÃE DOMINGAS - ASSOCIAÇÃO MÃE DOMINGAS DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS ABUI, PARANA, TAPAGEM, SAGRADO CORAÇÃO E MÃE CUÉ		93 99166-6327
23	ARINÃ WAIAPI	APINA	arinawaiapi@gmail.com	96 98406-0844
24	ARLETE PANTOJA LEAL	FLONA AMAPÁ		96 99176-6623
25	ATACILEI FERREIRA ALVES	ASMACARU – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES AGROEXTRATIVISTAS DAS COMUNIDADES DE SÃO RAIMUNDO, PEDRA BRANCA, CAFEZAL, RECREIO E PANAMA DO RIO PARU	casteloalves.199@gmail.com	93 99239-5218
26	AURELINA VIANA	LININHA VIANA	lininhaviana@yahoo.com.br	
27	BÁRBARA COSTA CARDOSO	COLETIVO JOVEM	babbicardoso10@hotmail.com	96 98114-9375
28	BEKUWA KAIAPÓ	ASSOCIAÇÃO FLORESTA PROTEGIDA		
29	BENJAMIN LATTARETTI	ASSOCIAÇÃO HORTO FLORESTAL	pipalazza31@hotmail.com	93 99158-5259



Organização

Participação e Apoio

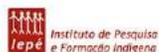
Parceiros



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

30	BENTINHO KAXUYANA TIRIYÓ	TI KAXUYANA – TUNAYANA		
31	BERNARDETE DOS SANTOS	AMIM		
32	BIANOR SARMENTO GEMAQUE	PARNA TUMUCUMAQUE E FLONA AMAPÁ	bianor.gemaque@gmail.com	96 99909-8847
33	BRENO DO AMARAL MOURA	CI		
34	BRUNO CAPORRINO	IEPÉ	bruno@institutoiepe.org.br	
35	CAIO BARROS MATOS	KIRWANE	caio@kirwane.org.br	93 99118-8349
36	CANDIDO KAXUYANA	TI KAXUYANA – TUNAYANA		93 99242-2720
37	CARLA LUCIANE BENTES NOGUEIRA	EETPA – ESCOLAS DE ENSINO TÉCNICO DO PARÁ – MONTE ALEGRE	cbentesnogueira@gmail.com	93 99230-6521
38	CARLOS FERREIRA DA SILVA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ERERÊ		93 99118-9297
39	CARLOS KANEROSA WAIWAI	APIM – ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS MAPUERA		
40	CARLOS MELO DE OLIVEIRA PAULINO	FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - CR MACAPA - CTL WAJÁPI	carlosmopaulino@gmail.com	96 98107-7736
41	CASSANDRA OLIVEIRA	ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - PARNA TUMUCUMAQUE	cassandra.oliveira@icmbio.gov.br	96 98129 5107 / 96 3243-1555
42	CECÍLIA AWEKO APALAI	APIWA - ASSOCIACAO DOS POVOS INDIGENAS WAYANA APALAI	ceciliaawaeko@gmail	96 98116-9057
43	CÉLIO MOREIRA GOMES	STTR - SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DE ÓBIDOS	sttrobidos@yahoo.com.br	93 99152-8843



Organização

Participação e Apoio

Parceiros



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de **Áreas Protegidas da Calha Norte** do **Pará e Amapá**

44	CESAR HAAG	IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA	cesarhaag@gmail.com	41 99998-0870
45	CHRISRAYNA BITENCOURT	CTL NHAMUNDÁ	chrys.clb@gmail.com	92 99298-6382
46	CINTIA SOARES	IDEFLOR-BIO – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIODIVERSIDADE	cintiacsoares@gmail.com	91 98133-8632
47	CLÉLIA PANTOJA	EMATER - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ÓBIDOS	cleliaguerreiro@hotmail.com	93 99182-2266
48	CURUMUM KURUSI TUNAYANA	TI KAXUYANA – TUNAYANA		
49	DARLYSON JUNIO SOUZA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE	darlysonjsouza@hotmail.com	93 99129-3516
50	DAVI KATXUYANA	APITIKATXI - ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS TIRIYÓ ,KAXUYANA E TXIKUYANA		93 99163-8587
51	DECIO YOKOTA	IEPÉ – INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA	decio@institutoiepe.org.br	11 98166-0049
52	DEISE BETÂNIA DE ARAÚJO LIMA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS	deisebal@gmail.com	93 991169335
53	DELSON DA SILVA SANTOS	ACDAR – ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES DA ÁREA DO REPARTIMENTO DE ÓBIDOS	delson.santos123@hotmail.com	93 9197-7127
54	DENYS PEREIRA	IMAZON/EBATA/CONSELHEIRO FLONA SARACÁ - CONSULTOR	denys@ekosistema.eng.br	91 99144-4661
55	DILVA MARIA ARAÚJO	ASMIPPS - ASSOCIAÇÃO DOS MICROS E MINI PRODUTORES RURAIS E EXTRATIVISTAS DA COMUNIDADE DE REPARTIMENTO DOS PILÕES E VILA NOVA	asmipps.rep@gmail.com	96 99141-5035





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

56	DONATO TIRIÓ	TI KAXUYANA – TUNAYANA		
57	DOUGLAS SENA DOS SANTOS	DIOCESE ÓBIDOS	douglassena89@yahoo.com.br	93 99113-0307
58	EDILZA SERRANO	IEPÉ – INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA	edilza@institutoiepe.org.br	96 98138-0200
59	ELI FRANCO VALE	IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA	eli@amazon.org.br	91 991138927
60	ELINALDO MARTINS DA SILVA	EMATER - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ALMEIRIM	elinaldomartins@hotmail.com	93- 99105-4118/98127-2587
61	ELIS ARAÚJO	IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA	elis@amazon.org.br	91 99606-1145
62	ELIZEU RODRIGUES WAI WAI	TI TROMBETAS-MAPUERA		93 99147-1616
63	ELLEN ACIOLI	CI - CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL	eacioli@conservation.org	93 99161-8750
64	ELZO RAMOS PICANÇO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ	er-picanco@bol.com.br	93 99135-3932
65	ERALDO NEVES PEREIRA GOMES	IEF – FLOTA AMAPÁ	eraldoneves@yahoo.com.br	96 99178-0896
66	ERICA OLIVEIRA DE SOUSA	TERRA QUILOMBOLA CABECEIRAS		93 99149-9766
67	EUZIMAR GOMES DA SILVA	IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA	euzimar@amazon.org.br	91 99114-6870
68	EVANDRO OLIVEIRA DE SOUZA		evandrooliveira@gmail.com	93 99133-3914
69	FABIO NOGUEIRA FIGUEIRA			

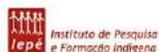




2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

70	FABIO WESLEY DE MELO	INSTITUTO AVALIAÇÃO	fabiowmelo@avaliacao.org.br	93 99217-2757
71	FERNANDO BARBOSA PEÇANHA	ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - CR4	fernando.junior@icmbio.gov.br	91 99267-6452
72	FRANCISCO CARLOS CARVALHO DE LIMA	EMATER - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - MÉDIO AMAZONAS	fcclima@yahoo.com.br	93-99184-3325
73	FRANCISCO PAES SIMÕES	FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - CR SUL BAHIA	francisco.paes@funai.gov.br / paes.fs@gmail.com	
74	FRANCIVALDO DA SILVEIRA MELO FEIJÓ	CÂMARA MUNICIPAL DE FARO	francivaldofeijo7@gmail.com	93 99147-2316
75	GABRIEL GONÇALVES	SFB – SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SANTARÉM	gabriel.goncalves@florestal.gov.br	91 99210-7875
76	GABRIELA ATAIDE	FUNDO VALE	gabriela.ataide@vale.com	21 98977-2002
77	GENTIL VIANA DA SILVA	ASSOCIAÇÃO VILA VERDE		96-99183.0874
78	GERVÁSIO DOS SANTOS OLIVEIRA	ACRQA - ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS ARIRAMBA		93 9126-9017 / 93 99116-6153
79	GLAUBER SAMPAIO COSTA DE OLIVEIRA	SEMMA - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - ALENQUER	biosampa@yahoo.com.br	93 3526 1496/99196 4157
80	GULHERME HIXKARYANA	TI NHAMUNDÁ-MAPUERA	guilhermehexkaryana@live.com	92 99207-3318
81	HELGA YAMAKI	IMAFLORA	helga@imaflora.org	19 98115-9015
82	HENRIQUE CARLOS ALBERTO	NSC - NATUREZA, SOCIEDADE E	henriquenscgrupo@gmail.com	92 98121-6388



Organização

Participação e Apoio

Parceiros



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

	SANTIAGO	CONSERVAÇÃO		
83	HERMOGENES TRAVASSOS FLEXA	STTR – SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DE FARO	amorzinhodefaro@hotmail.com	93 9161-9067
84	HUGO GRAVINO AFONSO		hugogravinoafonso@gmail.com	21 99509=8949
85	HUGO MELO DE SOUZA	CEQMO - COOPERATIVA DOS QUILOMBOS	ceqmo@hotmail.com	
86	ILIVALDO COUTO	ASSOCIAÇÃO HORTO FLORESTAL	ilivaldoluz@gmail.com	93 99110-4382
87	IRANILDA MORAES	IDEFLOR-BIO – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIODIVERSIDADE	iranilda.ideflor@gmail.com	91 98831-8745
88	ITAJURY HENRIQUE SENA KISHI	ASSOCIAÇÃO HORTO FLORESTAL	itajurykishi@hotmail.com	93 991385922
89	ITALA JUAANNY NEPOMUCENO		italatrn@gmail.com	
90	IVANILDO CARMO DE SOUZA	AMOCREQ – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE CACHOEIRA PORTEIRA		93 09128-3303
91	IZAIAS BATISTA DOS SANTOS		izaiasalenquer@gmail.com	93 99138-0210
92	JACKELINNE MATTA CORREA	IFAP - INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ - LARANJAL DO JARI	jacklinne.correa@ifap.edu.br	96 99135-3007
93	JAIR NASCIMENTO BORGES	SEMA – SECRETARIA DE ESTADO E MEIO AMBIENTE DO AMAPÁ	jairborges_ap@hotmail.com	96 98124-6198
94	JAIRO BEZERRA	FUNAI MACAPÁ	jairo.ribeiro@funai.gov.br	96 98116-1578

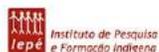




2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

95	JAKELINE RAMOS PEREIRA	IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA	jakelinepereira@amazon.org.br	91 99145-4408
96	JASILENE ABREU	WWF	jasy@wwf.org.br	92 3644-3844
97	JECIANE SOUZA	IEPÉ – INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA	jeciane@institutoiepe.org.br	96 98123-7992
98	JEFERSSON SEIXAS DE SOUZA	DIOCESE ÓBIDOS	jepj_silva@hotmail.com / epandrade_2@hotmail.com	93 99155-4459
99	JEREMIAS BATISTA DANTAS	COOPERATIVA MISTA DA FLONA DO TAPAJÓS	jeremias_batista@hotmail.com	93 99206-4777
100	JOANÍSIO CARDOSO MESQUITA	IDEFLOR-BIO – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIODIVERSIDADE	joanisiomesquita@gmail.com	91 98849-4949/ 98402-6753
101	JOÃO BATISTA OLIVEIRA	TI TROMBETAS-MAPUERA	joao.batista.funai@hotmail.com	93 99184-9422
102	JOENES ANTONIO GUIMARAES PEREIRA	FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - CR MACAPÁ - CTL OIAPOQUE	joenes_pereira@yahoo.com.br	96 98129-2231
103	JOERISSON FULTER NUNES	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA FLOTA DE FARO (AMACEFF)	joerissonnunes@gmail.com	92 9339-4750
104	JONAS GEBARA	IMAFLORA	jonas@imaflora.org	93 99191-2877
105	JONAS TXONA HIXKARYANA	TI NHAMUNDÁ-MAPUERA	jonas.rosinaldodesouza86@gmail.com /jonasfunai.ctl@gmail.com	92 99170-0456
106	JOSÉ CARLOS DAMASCENO	IDEFLOR-BIO – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIODIVERSIDADE	dcjose17@hotmail.com	93 99163-8982





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

107	JOSÉ CELINO FLORIANO RIBEIRO	ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ESEC JARI	jose.ribeiro@icmbio.gov.br	96 99126-4466
108	JOSE DAMASCENO FORTE KARIPUNA	CONSELHO DOS CACIQUES DO OIAPOQUE		96 99907-1675
109	JOSÉ DE LIMA PAIXÃO	ASSOCIAÇÃO BANDEIRA		96 99187-1269
110	JOSÉ GOLÇALVES CORDEIRO	AMPECP - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES PRODUTORES E EXTRATIVISTAS DA COMUNIDADE DE PADARIA		96 99183-4152
111	JOSÉ SILVANO SILVA	ACORQAT - ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DO ALTO TROMBETAS II	silvmarques@hotmail.com	93 99191-9187
112	JOSÉ WAGNER SOUZA E SILVA	SEMMATUR – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO DE LARANJAL DO JARI	wagnersouza_4@yahoo.com.br	96 .99127.6752
113	JOSE WAIWAI			93 99103-7065
114	JOSIELSON SANTOS DA COSTA	DIOCESE ÓBIDOS	cptobidos@gmail.com	93 99107-8806
115	JOSINEI GARCIA	CI - CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL	jgarcia@conservation.org	96 99102-9040
116	JUVENTINO KAXUYANA	AIKATUK - ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KAXUYANA, TUNAYANA E KAHYANA	apiwata@uol.com.br	
117	KAROLINE MARQUES	CI - CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL	kmarques@conservation.org	91 99182-1093



Organização

Participação e Apoio

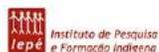
Parceiros



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da Calha Norte
do **Pará e Amapá**

118	KURANATA ARETINA TIRIÓ			93 99194-1313
119	KURENI WAJÁPI	AWATAC	conselho@apina.org.br	96 98133-2138
120	KURUPI WAJÁPI	APINA	conselho@apina.org.br	96 98121-5162
121	KURUSI TUNAYANA			93 99155-2205
122	KURUSIKURUMIM TUNAYANA	APITIKATXI - ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS TIRIYO, KAXUYANA E TXIKUYANA		
123	LENA CRISTINA SOUZA LINS	CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE	l3nalins-22@hotmail.com	93 99175-3989
124	LEO FERREIRA	IMAFLORA	leo.ferreira@imaflora.org	93 99228-7816
125	LEONARDO ROSA	JOVEM PROTAGONISTA - PERIMETRAL NORTE		
126	LEONOR VALENTINO DE OLIVEIRA		leonorv@gmail.com	31 98885-2272
127	LÍCIO MOTA DA ROCHA	ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - FLONA MULATA	licio.rocha@icmbio.gov.br	93 9176-3628
128	LUCENILDO ROCHA ANDRADE	CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ	rochaandrademe@yahoo.com.br	93 99161-0470
129	LUCIA ANDRADE	CPI - COMISSÃO PRO-INDIO DE SÃO PAULO	lucia@cisp.org.br	11 3814-7228
130	LUIZ FERNANDES FARIAS	COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO - AP		96 99206.1864
131	MAKARATU WAIAPI	APINA	conselho@apina.org.br	96 98131-9062



Organização

Participação e Apoio

Parceiros



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de **Áreas Protegidas da Calha Norte** do **Pará e Amapá**

132	MARAKAUEPÉ APALAI			
133	MARCELLO BORGES DE OLIVEIRA E SILVA	ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - REBIO TROMBETAS E FLONA SARACÁ-TAQUERA	marcello.borges@icmbio.gov.br	93 99192-9137
134	MARCOS CÉSAR VELHO DA SILVA	FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - CR MACAPÁ	segat.funai.amapa@gmail	96 99112-4687 /96 99112-4687
135	MARCOS PINHEIRO	IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA	acariquara@gmail.com	14 98129-9705
136	MARCUS VINICIUS PAULINO DA SILVA	APROMOVA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS TRABALHADORES RURAIS, EXTRATIVISTAS, HORTIFRUTIGRANJEIROS DA COMUNIDADE MORADA NOVA DO JARI	mupdasilva@gmail.com	96-99173.4881
137	MARIA DE JESUS DA SILVA	ASMIPPS - ASSOCIAÇÃO DOS MICROS E MINI PRODUTORES RURAIS E EXTRATIVISTAS DA COMUNIDADE DE REPARTIMENTO DOS PILÕES E VILA NOVA		96 99106-8675
138	MARIA DE NAZARÉ GUEDES FIGUEIRA	SEMA – SECRETARIA DE ESTADO E MEIO AMBIENTE DO AMAPÁ	nazafigueira2015@yahoo.com.br	
139	MARIA DENISE FAJARDO GRUPIONI	STAFF	denise@institutoepe.org.br	11 98788-8184
140	MARIA DO CARMO C GOMES		carminha.mggomes@gmail.com	93 99132-9858
141	MARIA JOELMA MENEZES ESTER	REPRESENTANTE QUILOMBOLA - AMAPÁ	joelmamenezes68@yahoo.com.br	96 99117-9706
142	MARIA JORGE DOS SANTOS	AMOEXPA – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES, AGRICULTORES,		96 99113-5720





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de **Áreas Protegidas da Calha Norte** do **Pará e Amapá**

		EXTRATIVISTAS E AMBIENTALISTAS DA LOCALIDADE DE CACHOEIRA DO PANAMA E REGIÃO DO RIO PARU		
143	MARIA JOSÉ FIGUEIRA RODRIGUES	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS	mjborboletas@yahoo.com.br	93 99120-1619
144	MARIOLANDO ARAÚJO	COOPERFLORA – COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA FLORESTA AGROEXTRATIVISTAS DO VALE DO JARI	mariolandoaraujo@hotmail.com	96 99118-7816
145	MARLUCE GOMES DA SILVA	TI TROMBETAS-MAPUERA		
146	MARTA CARMO DE BRITO	SEMA – SECRETARIA DE ESTADO E MEIO AMBIENTE DO AMAPÁ - APA FAZENDINHA	ss.brito@bol.com.br	96 991289996
147	MARUANAMARI WAWAI			
148	MATEUS FEITOSA SIQUEIRA	KIRWANE	mateus@krwane.org.br	93 99213-1066
149	MAYRA ABREU	FUNDO VALE	mayra.abreu@vale.com	21 98822-9889
150	MOEMA VASCONCELOS		vasconcelos.mrr@gmail.com	93 99125-4699
151	MOHARA FAGUNDES PEREIRA	FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - CR MACAPA - CTL TUMUCUMAQUE	moahrafpp@gmail.com	91 98044-2141
152	MURILO MODA CUNHA	IDEFLOR-BIO – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIODIVERSIDADE	murilo_moda@hotmail.com	93 99114-1340
153	MURUANARI APALAI WAIANA			

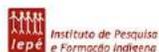




2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de **Áreas Protegidas da Calha Norte** do **Pará e Amapá**

154	NADIA SOUZA DE OLIVEIRA	IDEFLOR-BIO – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIODIVERSIDADE	nadia.adms@yahoo.com.br	91 98406-2704
155	NILCELENA CUNHA DA GLÓRIA	AMOCREQ – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE CACHOEIRA PORTEIRA	nilcelenagloria@yahoo.com.br	93 3544-5113
156	NOYANNA ASSUNÇÃO	SEMMA - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-MONTE ALEGRE	noy-anna@hotmail.com	93 99221-5374
157	ORIVALDO MACIEL	UNIDA – UNIDADE INTEGRADA DE DEFESA AMBIENTAL	ori-maciel@hotmail.com	93 9125-6138
158	ORLANDILEI MOREIRA FLEXA	COMARU - COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES E EXTRATIVISTAS DO RIO IRATAPURU		96 99142-7835
159	OTÁVIO PELEJA DE SOUZA	IDEFLOR-BIO – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIODIVERSIDADE	otaviopeleja@gmail.com	93 99179-8599
160	PANHDJANTI KAIAPÓ	ASSOCIAÇÃO FLORESTA PROTEGIDA		
161	PATRICIA FARIAS	JOVEM - RDS IRATAPURU		96 99137-5588
162	PATRICK SILVEIRA FARIAS	SEMA – SECRETARIA DE ESTADO E MEIO AMBIENTE DO AMAPÁ	patrickfarias@gmail.com	96 98113-5709
163	PAULA ANDREIA DO AMARAL GOMES	CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS	pajs2007@yahoo.com.br	93 99205-1030
164	PAULO MANOEL DOS SANTOS WAWAI	APIM – ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS MAPUERA		



Organização

Participação e Apoio

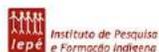
Parceiros



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de **Áreas Protegidas da Calha Norte** do **Pará e Amapá**

165	PAULO ROBERTO RUSSO	ICMBIO	paulo.russo@icmbio.gov.br	61 99427-3108
166	PEDRO FABRICIO PADUA		pfpvoa@gmail.com	21 97959-4142
167	PEDRO NOGUEIRA LOPES	CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS		93 99218-7197
168	PEDRO SHAYAKUMÃ TUNAYANA	TI KAXUYANA – TUNAYANA		93 99129-2880
169	RAFAEL ARAUJO	IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA	contato@rafaelaraujo.com.br	91 981459431
170	RAFAEL GALVÃO	ASSOCIAÇÃO FLORESTA PROTEGIDA	rafael@florestaprotegida.org.br	94 99259-3780
171	RAIMUNDO IVO FERREIRA DA SILVA	UFOPA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	ivo.adm.ufopa@gmail.com	93 99166-2341
172	RAMON DA SILVA SANTOS	MPE- MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	ramonsantos@mppa.mp.br	93 99121-0866
173	RAQUEL SOARES SOUZA	IDEFOR-BIO – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIODIVERSIDADE	rss309@yahoo.com.br	91 98189-1611 /99272-7208
174	RENATA CAROLINA GATTI	MMA - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE - DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS	renata.gatti@mma.gov.br	61 2028-2136
175	RENATA CORREIA APOLONI	MMA - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	renata.apoloni@mma.gov.br	61 98350-6500 /2028-1293
176	RITA LEWKOWICZ	IEPÉ – INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA	rita@institutoiepe.org.br	51 99341-7918
177	ROBERTO DE DEUS	SEMTUR - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO	filosroberto@gmail.com	93 99161-4214





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de **Áreas Protegidas da Calha Norte** do **Pará e Amapá**

178	ROBERTO EVANGELISTA DOS SANTOS	RURAP - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ	resantos78@gmail.com	96 99118-7037
179	ROBERTO GONÇALVES BAIA	AMPECP - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES PRODUTORES E EXTRATIVISTAS DA COMUNIDADE DE PADARIA		96 99277-4786
180	ROBSON MARINHO ALVES	IFAP - INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ - LARANJAL DO JARI	robson.alves@ifap.edu.br	96 99143-2399
181	ROGERIO PEREIRA	ACORQUE - ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DA PANCADA, ARAÇÁ, ESPÍRITO SANTO, JAUARI, BOA VISTA DO CUMINÁ, VARRE VENTO, JARAUACÁ E ACAPU	1971rogeriopereira@gmail.com	
182	ROSA KAMAYU TIRIYÓ	RIO CACHORRO E TROMBETAS		
183	ROSANE CARDOSO	MIRA PAZ - MONTE DOURADO		96 99107-3793
184	ROSENILDA SANTOS MARTINS	AGENTE SOCIOAMBIENTAL INDÍGENA		
185	ROSIMEIRE RAMOS MACEDO	PARNA CABO ORANGE	rosanymacedo@gmail.com	96 99124-3825
186	ROSINALDO MOTA JARDINA	IDEFLOR-BIO – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIODIVERSIDADE	rosinaldomjardina@hotmail.com	93 99145-7414
187	ROSINALDO QUEIROZ FERREIRA	CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS		93 99247-8533
188	ROSÍRIO AZEVEDO ASSUNÇÃO	EMATER - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - MONTE ALEGRE	arosirio@yahoo.com.br	93 99136-0992
189	ROSIVALDO DE MORAES BARROS	PAE - PROJETO DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA CUÇURÚ		93 99197-7696





2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de **Áreas Protegidas da Calha Norte** do **Pará e Amapá**

190	RUBEN CAIXETA	IEPÉ - CONSULTOR	caixetadequeiroz@gmail.com	31 99565-8808
191	RUBENS DE AQUINO OLIVEIRA	IDEFLOR-BIO – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIODIVERSIDADE	rubens.aquino25@gmail.com	91 98406-2704
192	RUDREIC S. SOARES	IEPÉ – INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA	rudreic@institutoiepe.org.br	93 98100-0159
193	RUI RODRIGUES ALBUQUERQUE	SEMA – SECRETARIA DE ESTADO E MEIO AMBIENTE DO AMAPÁ	ruialbuquerque@gmail.com	96 99133-7084
194	SEBASTIANA DO CARMO	ACRQAF - ASSOCIAÇÃO DE QUILOMBO DA COMUNIDADE ÁGUA FRIA		93 99179-9321
195	SILVIO RENAN MOTA MOURA	IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA	renan@amazon.org.br	91 99100-2973
196	SIMONE VIDAL	FUNAI MACAPÁ	simone6vida@gmail.com	96 99909-2934
197	SINAICE KAHYANA	TI KAXUYANA – TUNAYANA		
198	SONIA MARIA VARELA COSTA	FUNDAÇÃO JARI	sonia.costa@fundacaojari.org.br	96 99118-3596
199	STEFANIA RIBEIRO COSTA	IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA	stefania@amazon.org.br	91 98149-7972
200	SUELEM SILVA DOS SANTOS	IDEFLOR-BIO – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIODIVERSIDADE	suellemsanttos97@gmail.com	93 99157-2781
201	TERESA CRISTINA SAUER DE ÁVILA	MPEG- MUSEU EMILIO GOELDI	avilapires@museu-goeldi.br	91 3217-6097, 91 98828-8843
202	THIAGO GIL MARROS	MMA - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE - DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS	thiago.barros@mma.gov.br	
203	TOBIAS BRANCHER	SEMAs – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	tobias.gepaf.sema@gmail.com	91 99151-0997



Organização

Participação e Apoio

Parceiros



2º Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de **Áreas Protegidas da Calha Norte** do **Pará e Amapá**

204	VALÉRIA MELO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	valeria.m2015@hotmail.com	93 98117-6565
205	VERENA ALMEIDA	IEPÉ – INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA	verena@institutoiepe.org.br	96 98148-0013
206	VERRLEI PAWNEY WAIWAI			93 99133-1106
207	VICTOR A SILVA	CENTRO DO TRABALHO INDIGENISTA	victor.alcantara@gmail.com	93 99177-5824
208	VIVIANE CORREA	PAE - PROJETO DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA SÃO DIOGO		96 99174-1616
209	WANDERLY DA SILVA MARQUES	IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO -DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS MONTE DOURADO	wanderly.marques@ibama.com.br	96-99134.9904
210	WENDEL ANDRADE	IDEFLOR-BIO – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIODIVERSIDADE	wendell.andrade1@gmail.com	91 98072-6000
211	WILLIS FRANCINALDO MANEI KAXUYANA TIRIYÓ	APITIKATXI - ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS TIRIYÓ, KAXUYANA E TXIKUYANA	willis-ap@hotmail.com	96 99123-7528
212	ZEZINHO MARATXAW	TI KAXUYANA – TUNAYANA		





2^o Seminário
Áreas Protegidas do
Escudo das Guianas
Pará e Amapá

Desenvolvimento e Participação Social
a partir da **Gestão Territorial** do Bloco de
Áreas Protegidas da **Calha Norte**
do **Pará e Amapá**

ANEXO III – ATA da Reunião dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação,
realizada no dia nove de novembro do ano de dois e dezesseis durante o II SAPEG.



Organização



Instituto de Pesquisa
e Farmação Indígena



Participação e Apoio



Fiscais

